U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MESTRADO EM SOCIOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM DESIGUALDADES E INTERVENÇÃO SOCIAL

O marceneiro no sistema produtivo do mobiliário de Paredes:
Uma análise exploratória sobre as dinâmicas de (des)valorização

Catarina Ribeiro Cruz

M

2025

Catarina Ribeiro Cruz

O marceneiro no sistema produtivo do mobiliário de Paredes:
Uma análise exploratória sobre as dinâmicas de (des)valorização

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025



Este trabalho está licenciado ao abrigo de uma licença CC BY 4

"To me the meanest flower that blows can give

Thoughts that do often lie too deep for tears."

— William Wordsworth, 1807

Para o Avô

Por tudo o que deixou em mim, este trabalho também é seu

Sumário

Declaração de honra / *Declaration of Honour* 6
Agradecimentos 7
Resumo 8
Abstract 9
Lista de abreviaturas e siglas 10
Índice de Tabelas 11
Índice de Gráficos 12
Introdução 13
CAPÍTULO I. PARA UMA ANÁLISE DO TRABALHO MANUAL QUALIFICADO INDUSTRIAL CONTEMPORÂNEO 17
1.A evolução dos sistemas de trabalho: tendências para a desqualificação do trabalho manual 17
2.A divisão simbólica do trabalho e a fragmentação identitária 23
3.A evolução da relação salarial: o contributo da teoria da regulação 29
4.Os conceitos de sistema de emprego e de campo na análise das dinâmicas de (des)valorização dos marceneiros 32
Capítulo II. COORDENADAS DE INVESTIGAÇÃO: O CAMPO EMPÍRICO E A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA 37
1.O Espaço produtivo em estudo: Paredes e o setor do mobiliário 37
1.1. A indústria portuguesa e a especificidade do setor do mobiliário 37
1.2. O tecido produtivo e a sua mão de obra em Paredes 40
2.A estratégia metodológica 44
2.1. Estudo de caso exploratório 44
2.2. Recolha e análise de dados 46
2.3. Reflexões éticas 52
CAPÍTULO III. AS DINÂMICAS DE (DES)VALORIZAÇÃO DOS MARCENEIROS NO CAMPO EM ANÁLISE. 54
1.O mapa institicional do tecido produtivo de Paredes no setor do mobiliário 54
2.Marceneiros tipo e marceneiros em contexto real de trabalho: processo de (des)valorização a partir das tipologias da ocupação e da formação 57
3.Os discursos da (des)valorização: uma análise tridimensional 71

3.1. A análise da dimensão da relação salarial da (des)valorização 72
3.2. A análise da dimenssão técnica da (des)valorização 80
3.3. A análise da dimebsão simbólica da (des)valorização 89
Considerações Finais 94
Referências Bibliográficas 104

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente dissertação é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation.

Paredes, 24 de setembro de 2025

Catarina Cruz

Agradecimentos

Desde o início do meu percurso académico aprendi que a ciência não se faz em solidão. Por isso, quis que este trabalho refletisse, desde o início, a sua natureza profundamente coletiva, feito de encontros, diálogos e gestos bondosos que, ao longo do caminho, foram deixando a sua marca.

Antes de tudo, quero expressar a minha mais profunda gratidão à Professora Doutora Cristina Parente, onde a sua orientação científica foi irrepreensível, mas foi também muito mais do que isso: foi o altruísmo com que partilha o conhecimento, a presença constante em cada etapa do processo, a escuta atenta nas reuniões, os conselhos que sempre chegaram no momento certo, e a forma como me fez sentir acompanhada mesmo nos momentos de maior incerteza.

Gostaria também de agradecer ao CFPIMM, em especial à Doutora Clara Ferraz, pelo apoio incansável tanto a nível científico, como a nível infraestrutural e humano. Quero ainda deixar um agradecimento profundo a todos os marceneiros, em especial àqueles que participaram no estudo, pelas suas histórias, experiências e desabafos partilhados com tanta generosidade. Agradeço ainda a todas as empresas, organizacões e trabalhadores que participaram neste estudo e que, mesmo com o tempo escasso, se disponibilizaram com generosidade para partilhar as suas experiências e contributos.

Por último, quero agradecer profundamente aos meus pais e à minha irmã, por ouvirem pacientemente os meus devaneios e angústias, e por estarem sempre presentes com o seu apoio incondicional. Ao João, por acreditar em mim mesmo nos momentos em que eu própria duvidava, por me ouvir, acolher os meus choros, e por me lembrar constantemente que não devo desistir. À minha melhor amiga Mariana, pela amizade firme, pela motivação constante, pelo apoio e por ser sempre o meu porto seguro. Aos meus colegas Cris, Natacha e Zé, companheiros de curso, de aventuras e de desesperos. E às minhas queridas colegas e amigas Cecília e Nélia, pela presença, pelas palavras de apoio e pelo carinho que tanto significaram ao longo deste caminho.

Resumo

Este estudo analisa a ocupação de marceneiro no setor do mobiliário em Paredes, problematizando as dinâmicas de (des)valorização vividas por estes trabalhadores. Com a progressiva informatização e automação, funções tradicionalmente desempenhadas pelo marceneiro foram fragmentadas e distribuídas por outros especialistas. De natureza qualitativa e exploratória, a investigação articula os conceitos de "sistema de emprego" (Rodrigues, 1988) e "campo" (Bourdieu, 2007 [1979]), combinando análise documental, entrevistas, bem como observação direta. Os resultados evidenciam múltiplos perfis de marceneiro presentes nos discursos dos sujeitos do tecido produtivo local, mas estes revelam-se frequentemente incoerentes com a realidade empírica observada. Verifica-se ainda a coexistência de discursos simultaneamente de desvalorização e valorização entre os nossos entrevistados. A dimensão técnica é a mais recorrente, mas também a mais contraditória, revelando simultaneamente reconhecimento e inferiorização. A desvalorização simbólica reflete estigmas persistentes sobre o trabalho manual, enquanto a dimensão salarial denuncia baixos rendimentos e falta de progressão na carreira. Comparando perspetivas, as empresas destacam o reconhecimento técnico, mas pouco abordam questões salariais; as organizações locais e setoriais reforçam a valorização técnica, mas sublinham a estigmatização social; os marceneiros denunciam a desvalorização simbólica e salarial, reivindicando o seu saber-fazer como forma de distinção. Conclui-se que a descrição do marceneiro como "montador" surge de uma representação social causada pela polarização entre trabalho manual e trabalho intelectual, e não de uma realidade empírica universal. Além disso, as dimensões da (des)valorização estão interligadas, levando a que a sustentabilidade da ocupação dependa de um esforço coordenado entre trabalhadores, empresas e organizações locais e setorais, capazes de integrar valorização técnica, reconhecimento simbólico e melhoria salarial, invertendo a tendência de desvalorização estrutural e assegurando a continuidade e prestígio da marcenaria como vetor quer de identidade, quer de competitividade.

Palavras-chave: Trabalho manual qualificado, desvalorização, desqualificação, estudo exploratório, marceneiro.

Abstract

This study examines the occupation of cabinetmaker in the furniture sector in Paredes, problematizing the dynamics of (de)valuation experienced by these workers. With the progressive informatization and automation of production, tasks traditionally performed by cabinetmakers have been fragmented and redistributed among other specialists. Qualitative and exploratory in nature, the research articulates the concepts of “employment system” (Rodrigues, 1988) and “field” (Bourdieu, [1979]), combining document analysis, interviews, and direct observation. The results highlight multiple profiles of cabinetmakers as represented in the narratives of local productive actors, though these are often inconsistent with the empirical reality observed. The coexistence of discourses of both devaluation and valorization is also evident among our interviewees. The technical dimension emerges as the most recurrent, yet also the most contradictory, simultaneously reflecting recognition and depreciation. Symbolic devaluation mirrors persistent stigmas surrounding manual labor, while the wage dimension exposes low incomes and the lack of career progression. From a comparative perspective, companies emphasize technical recognition but rarely address wage issues; local and sectoral organizations reinforce technical valorization while underlining social stigmatization; cabinetmakers themselves denounce both symbolic and wage devaluation, asserting their know-how as a marker of distinction. The study concludes that the depiction of the cabinetmaker as merely an “assembler” stems from a social representation shaped by the polarization between manual and intellectual labor, rather than from a universal empirical reality. Furthermore, the dimensions of (de)valuation are interconnected, meaning that the sustainability of the occupation depends on a coordinated effort among workers, companies, and local and sectoral organizations. Such an effort must combine technical valorization, symbolic recognition, and wage improvement, in order to reverse the trend of structural devaluation and secure the continuity and prestige of cabinetmaking as both an identity marker and a driver of competitiveness.

Keywords: Skilled manual labor, devaluation, deskilling, exploratory study, cabinetmaker.

1. Lista de abreviaturas e siglas

AIMMP – Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal

ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P.

APIMA – Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins

CAD - Desenho assistido por computador (traduzido do inglês "Computer-aided Design")

CAM - Manufatura auxiliada por computador traduzido do inglês "Computer-aided Manufacture")

CFPIMM – Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário

CMP – Câmara Municipal de Paredes

CNC – Comando Numérico Computadorizado

CNQ – Catálogo Nacional de Qualificações

FETCM - Federação Europeia dos Trabalhadores da Construção e da Madeira

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

SETACCOP – Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços

Índice de Tabelas

Tabela 1. Índice de envelhecimento em Paredes e territórios de referência de 1991 a 2021..... 40
Tabela 2. Taxa de analfabetismo em Paredes e outros municípios da Área metropolitana do Porto entre 2001 e 2021. 41
Tabela 3. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário em Paredes e outros municípios da Área metropolitana do Porto entre 2014 e 2023. 43
Tabela 4. Caracterização socioprofissional dos representantes de organizações e empresas entrevistados..... 46
Tabela 5. Caracterização socioprofissional dos marceneiros participantes no grupo focal..... 48

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1. REFERÊNCIAS SOBRE A (DES)VALORIZAÇÃO DA RELAÇÃO SALARIAL (%) 73
GRÁFICO 2. REFERÊNCIAS SOBRE A (DES)VALORIZAÇÃO TÉCNICA (%) 81
GRÁFICO 3 REFERÊNCIAS SOBRE A (DES)VALORIZAÇÃO SIMBÓLICA (%) 91

Introdução

O trabalho manual qualificado desempenha um papel fundamental na tradição e na economia de diversas regiões portuguesas, onde os saberes-fazeres se relacionam com a criatividade, o conhecimento tácito e a inovação. No caso do setor do mobiliário, o marceneiro é um dos mestres incumbentes pela arte de trabalhar a madeira, sendo tradicionalmente responsável por realizar o molde, estabelecer as dimensões, realizar os cortes, aparar as peças e aplainá-las. Ocupações como o marceneiro têm sido transformadas pela progressiva informatização e automatização, fomentadas pela indústria 4.0. Esse processo tem levado à fragmentação das suas funções tradicionais, muitas vezes repassadas a outros especialistas, como técnicos de CNC[1], designers industriais, operadores de orladoras, entre outros.

Este processo de reconfiguração do trabalho na marcenaria não só transforma as práticas e competências exigidas, como também influencia a atratividade da ocupação, especialmente entre as gerações mais jovens. A crescente automatização das tarefas e a valorização do trabalho intelectual contribuem para um afastamento progressivo das ocupações manuais, que passam a ser representadas como menos prestigiadas e economicamente mal remuneradas. Sennett (2014) considera esta realidade como o movimento natural nas sociedades ocidentais, uma vez que nas suas trajetórias para uma economia do conhecimento e da informação, têm manifestado uma tendência para a construção de sistemas educativos que privilegiam os processos de qualificação e escolarização focados no trabalho mental e não no manual, contribuindo para a consequente desvalorização técnica e social do trabalho manual. Este processo de desvalorização leva à diminuição progressiva dos trabalhadores especializados no trabalho manual, alterando as dinâmicas do mercado de trabalho. É dentro deste quadro que se assiste à diminuição da mão de obra disponível no setor do mobiliário em Paredes para várias ocupações, tais como, estofadores e entalhadores, uma região onde

[1] CNC diz respeito ao comando numérico computadorizado, isto é, um sistema de controlo de máquinas através da interpretação de dados codificados.

não só este setor domina o sistema produtivo local, como a marcenaria se apresenta como uma das tradições históricas e uma atividade identitária para o território.

Este estudo emerge da minha experiência profissional na indústria do mobiliário e da observação das crescentes tensões presentes no território entre a transição para sistemas mais automatizados e informatizados, a progressiva procura para produtos mais personalizados, o desejo das novas gerações de abandonarem as ocupações manuais industriais e a necessidade por parte tecido produtivo local de reter mão de obra para este tipo de ocupações. Deste conflito emergem várias questões centrais: como é localmente representada a ocupação de marceneiro? Que valor lhe é atribuído? Quem a valoriza e quem a desvaloriza? E que implicações têm estas dinâmicas para o setor do mobiliário e para o tecido produtivo de Paredes?

Para responder a estas questões é fundamental perceber que o estudo sobre o trabalho manual qualificado industrial atendendo à ocupação de marceneiro é um estudo sobre um nicho muito específico do trabalho operário. De facto, na sociologia e antropologia portuguesa o reconhecimento da heterogeneidade presente na classe operária não é novo. Aliás, é através de diversos contextos industriais – tais como a indústria naval (Lima, 1981), indústria do malte e da cerveja (Costa et al., 1984), indústria metalúrgica (Torres & Capucha, 1986), construção civil (Pinto & Queiroz, 1996; Pinto, 2018), tipografia (Durão, 2002) e a indústria vidreira (Duarte et al., 1999) – que se vai reconstruindo esta diversidade de perfis ocupacionais e setoriais destas indústrias e, consequentemente, mapeando as suas especificidades.

No entanto, este reconhecimento e caracterização do trabalho operário como cada vez mais heterogéneo, não resultou, diretamente, num interesse investigativo, sobretudo da sociologia portuguesa, sobre as ocupações específicas dos operários nas suas diversas indústrias. Neste sentido, um estudo sociológico sobre uma ocupação operária como a marcenaria mostra-se como um exercício original, sobretudo atendendo às suas dinâmicas de valorização e desvalorização específicas. A escassez de trabalho científico sociológico focado no estudo sobre ocupações específicas do trabalho operário (sobretudo manual qualificado), e a sua exigência de uma abordagem exploratória, não

significa que da pesquisa bibliográfica realizada não se retirem contributos significativos basilares para este estudo.

Pelo contrário, a recolha de trabalhos científicos foi essencial para explorar os quadros teóricos e conceptuais propostos, bem como os contributos analíticos que têm sido considerados relevantes. Dada a natureza do nosso objeto de estudo, focalizando numa ocupação específica do trabalho operário, a sua abordagem teórica e analítica foi conciliada com as necessidades territoriais e sectoriais do campo empírico, algo imprescindível de uma abordagem exploratória como a que propomos.

Neste sentido, identificamos três temas principais que posicionam teoricamente o nosso objeto de estudo na literatura existente e que são explorados no Capítulo I desta dissertação: a) a evolução dos sistemas de trabalho e a consequente desqualificação do trabalho manual operário; b) a divisão simbólica do trabalho e a fragmentação da identidade profissional; c) a evolução das relações salariais. A nível analítico, tratando-se de um estudo dedicado a um espaço territorial limitado que se centra em dinâmicas de (des)valorização de uma ocupação, considerou-se importante reter da economia do trabalho o conceito de "sistema de emprego" proposto por Maria João Rodrigues (1988), capacitando-nos para analisar as diferentes dimensões do processo de desvalorização. Igualmente central na nossa abordagem sociológica é o conceito de "campo" de Bourdieu (2007 [1979]). Considerou-se pertinente relacionar estes dois conceitos, cuja descrição em termos de quadro analítico é discutida em detalhe no Capítulo I.

Para compreender as dinâmicas em análise, esta investigação adota uma abordagem exploratória e qualitativa, relatada no Capítulo II, estruturada como um estudo de caso centrado na realidade da marcenaria no setor do mobiliário em Paredes. A recolha de dados assenta na análise documental, na realização de entrevistas a representantes de organizações locais e setoriais, empresários e marceneiros, bem como na observação direta dos postos de trabalho dos marceneiros em duas empresas distintas. Estes dados são analisados através de relações de oposição entre valorização e desvalorização, utilizando as sugestões metodológicas de Guerra (2006) e o software de análise de dados NVIVO.

No Capítulo III são apresentados os resultados dos estudos realizados, os quais integram o mapeamento organizacional elaborado — composto pelas organizações locais e setoriais com iniciativas ou projetos que influenciam, de forma direta ou indireta, a ocupação de marceneiro —, uma análise dos diferentes perfis existentes no tecido produtivo em estudo e, por fim, a análise dos discursos dos entrevistados.

Nas considerações finais, são discutidas as reflexões globais emergentes dos resultados alcançados, integrando a síntese dos contributos e implicações teóricas e práticas do estudo, uma apreciação crítica das suas limitações e a indicação de possíveis direções para pesquisas subsequentes.

CAPÍTULO I. PARA UMA ANÁLISE DO TRABALHO MANUAL QUALIFICADO INDUSTRIAL CONTEMPORÂNEO

1. A evolução dos sistemas de trabalho: tendências para a desqualificação do trabalho manual

A passividade e a perda de autonomia no processo produtivo por parte do trabalhador, resultantes da progressiva mecanização e da consequente separação material, técnica e cultural entre o trabalhador e aquilo que produz, são alvo de problematização através de conceitos e teorias sociológicas. Entre estes, destaca-se, de forma incontornável, a teoria marxista e particularmente o conceito de alienação desenvolvido por Karl Marx. Este conceito assume várias dimensões, nomeadamente a perda de controlo sobre a distribuição do produto do trabalho, a ausência de satisfação na atividade laboral, a racionalização e mercantilização das relações humanas e a crescente dissociação entre o trabalhador e a natureza (Marx, 1959 [1884]; Giddens, 2005: 40–41). Assim, o trabalho ao ser apropriado pelo capital e subordinado às exigências do mercado, o trabalhador é alienado, nomeadamente porque deixa de retirar benefícios diretos da sua própria atividade, tornando-se esta apenas um meio para a sua subsistência.

Nesta linha de pensamento, Harry Braverman em *Labor and Monopoly Capital* (1998 [1973]) aprofunda a análise da separação entre o trabalhador e o seu trabalho, sublinhando que esta é agravada pela incorporação do conhecimento científico nos processos produtivos. À medida que a ciência e a técnica são aplicadas às máquinas e aos sistemas de produção, o trabalhador compreende cada vez menos a totalidade do processo produtivo, que se torna mais fragmentado, repetitivo e desprovido de significado. A análise de Braverman incide especificamente sobre a classe operária (1998 [1973]: 3), evidenciando que a perda de competências, ou a desqualificação, não ocorre de forma uniforme, mas sim de maneira polarizada. Isto significa que, embora o conteúdo técnico dos processos de trabalho tenha aumentado, esse saber é apropriado sobretudo por classes ocupacionais profissionais e gestionárias, enquanto os trabalhadores operários perdem o domínio e os conhecimentos tradicionais sobre a sua

atividade (idem: 3, 83). Para Braverman, esta tendência não decorre apenas da evolução tecnológica em si, mas também da lógica do sistema capitalista, que promove a concentração do conhecimento e do controlo em determinadas camadas profissionais, em detrimento da classe trabalhadora em prol da maximização do lucro (Sweezy, 1998: xix–xx).

Este processo de desqualificação do trabalho operário manifesta-se como consequência direta da progressiva divisão técnica do trabalho. Max Weber assinalou essa distinção fundamental entre o trabalho de gestão, responsável pela definição das condições, objetivos e orientação do trabalho, e o trabalho operário, entendido como atividade predominantemente física, executada segundo ordens externas. Esta cisão ecoa aquilo que Richard Sennett viria a descrever como a separação entre pensamento e ação (Sennett, 2009: 23-32). Braverman reforça esta dicotomia, propondo que o princípio fundamental do processo de organização do trabalho sob o capitalismo é a *separação entre conceção e execução* (1998 [1973]: 79), aspeto central da Organização Científica do Trabalho (OCT) aplicada por F. Taylor e H. Ford na indústria e H. Fayol nos serviços.

Esta fragmentação afeta todos os níveis do trabalho, reduzindo o grau de autonomia dos trabalhadores, inclusive aqueles que lidam com tarefas cognitivas, e subordinando tanto a atividade física quanto a intelectual a uma lógica de controlo gestionária cada vez mais minuciosa. O resultado é um processo de desqualificação ampliado, em que não apenas as competências técnicas dos trabalhadores manuais são diluídas, mas também a capacidade de decisão e análise dos trabalhadores administrativos e técnicos é segmentada e rigidamente controlada.

Referindo-se a este processo e respetivo contexto, Sennett (2009) ao longo da sua obra demonstra de que forma é pertinente a recuperação do estudo sobre o conceito de trabalho artesanal enquanto um contraponto significativo ao modelo de trabalho promovido pelo capitalismo industrial. O trabalho artesanal, caracterizado pela integração entre as “mãos” e a “mente”, representa uma forma de produção na qual o trabalhador detém o controlo do processo produtivo em todas as suas etapas (Sennet, 2009: 62). Ao contrário da fragmentação imposta pela OCT, o artesão planeia, executa e avalia o resultado da sua atividade, estabelecendo uma relação direta e significativa

com o objeto produzido. Esta forma de trabalho remete para uma experiência laboral, onde o saber prático e a criatividade desempenham papéis centrais. Trata-se, assim, de uma atividade dotada de sentido intrínseco, que se opõe à lógica do trabalho industrial, baseada na repetição mecânica, na estandardização e na hierarquia funcional.

Para C. Wright Mills, o trabalho artesanal é apenas um "anacronismo" (1969: 224, Sennett, 2009: 107), onde as suas características são quase inexistentes no mundo moderno. Apesar deste reconhecimento, a utilização deste conceito é essencial para refletir o desaparecimento de tais características do trabalho no mundo atual.

Ao refletir sobre o trabalho artesanal na contemporaneidade, Sennett (2009) identifica como artífices figuras como programadores, músicos, cientistas, arquitetos e engenheiros, mas tende a excluir as ocupações do operariado industrial, apesar de inicialmente recorrer à imagem do carpinteiro como representação do "artífice", tal como já discutimos noutro contexto (Ribeiro Cruz & Parente, 2025). Em contraste, Mills analisa os *white-collar workers* de forma a demonstrar como os valores do trabalho artesanal têm sido diluídos no capitalismo. Esta abordagem é ampliada por Thorlindsson, Halldorsson e Sigfusdottir (2018), que demonstram como a teoria do trabalho artesanal se aplica a múltiplos contextos da música à educação, da medicina à pesca, destacando a sua diversidade. No entanto, permanece uma lacuna significativa nestas abordagens, como já referido noutro trabalho, em que se verifica a ausência sistemática de análises sobre o trabalho manual qualificado no setor industrial, o que revela uma tendência nos estudos sobre o trabalho artesanal de negligenciar os contextos laborais mais vinculados ao trabalho manual industrial qualificado (Ribeiro Cruz & Parente, 2025).

A reforçar esta perspetiva estão diversos contributos da sociologia portuguesa que discutem abertamente o declínio da dimensão artesanal do trabalho na indústria. Torres e Capucha (1986), ao compararem trajetórias e estilos de vida entre jovens operários e trabalhadores mais antigos, observam um afastamento progressivo dos valores associados ao "orgulho no ofício" (Torres & Capucha, 1986: 99). Nas gerações anteriores, esse orgulho estava enraizado em modelos de aprendizagem no terreno, no desenvolvimento de conhecimento tácito e numa identidade profissional que

transcendia o espaço de trabalho, influenciando profundamente o modo de vida dos trabalhadores (idem). Em contraste, entre os jovens operários, essa "ética de aperfeiçoamento" (idem: 100) é substituída por uma nova centralidade atribuída ao consumo, ao lazer e à procura do prazer. O trabalho, assim, deixa de ser um fim em si mesmo, carregado de sentido e expressão pessoal, para se tornar um meio funcional de acesso a bens e experiências exteriores a ele. Assim, as autoras constroem sociologicamente o "fim da arte no trabalho" (idem: 99-101). Dentro do contexto da indústria do mobiliário, Bruno Monteiro (2014) chega às mesmas conclusões que as autoras anteriormente mencionadas, defendendo a reflexão sociológica sobre a "morte do artista" (idem: 235) nos contextos industriais.

No entanto, Durão (2002) na descrição do conflito entre os tradicionais tipógrafos e os "gráficos do novo sistema" revela que, num mesmo contexto produtivo (neste caso na tipografia), podem coexistir dois tipos de trabalho: um artesanal e artístico realizado pelas pequenas e médias oficinas, voltadas para a produção de convites, cartões e posters; e um trabalho de produção em massa, realizado nas grandes oficinas de impressão de jornais ou de edição de livros (Durão, 2002:165-166). Torna-se evidente a coexistência dos valores de trabalho artesanal e com os valores de trabalho mais maquinizado e industrializado, onde ambos encontram os seus mercados específicos. No *Relatório Memória e Identidades Profissionais* (Duarte et al., 1999), os autores identificam também, relativamente aos vidreiros e à sua indústria, diversos modos de produção coexistentes: as fábricas automáticas, dinamizadas por mecanismos automatizados e integrados sem intervenção humana direta, focadas na produção de embalagens de vidro e vidro utilitário para uso doméstico e hoteleiro (idem: 194-195); as fábricas manuais, onde coexistem as técnicas tradicionais e os processos semiautomatizados, variando conforme o forno e os métodos de modelagem utilizados, mas predominando os processos manuais, numa tentativa de modernizar certas etapas sem abdicar do recorte artesanal, uma vez que produzem peças destinadas para o uso doméstico decorativo, onde os valores de arte, artesanato e tradição são certamente valorizadas (idem: 196-197).

Estes trabalhos podem ser considerados como representantes de um contexto de mudança social, porém não podem ser ignorados, pelo menos no tecido industrial português, pois trata-se de um contexto muito diverso e heterogéneo, onde formas de produção (semi)automatizadas coexistem com formas de produção manual, permitindo responder às exigências dos diversos segmentos do mercado. A isto acrescenta-se a dimensão das empresas presentes na indústria portuguesa, onde predominam as pequenas e médias empresas de cariz familiar. Desta forma, é possível que os princípios técnico-culturais e identitários destes diferentes modos de produção convivam entre si, ativando dinâmicas de conflitos entre os diversos perfis identitários.

O capital é metamorfótico, adaptando-se facilmente às diversas necessidades do contexto. Assim, apesar de perspetivas como as das teorias do conflito, como vimos em Braverman e Marx, se terem tornado evidentes com a introdução de sistemas automáticos, como na indústria 4.0, a verdade é que as crescentes críticas à desqualificação do trabalho e à crescente personalização na ou da produção exige uma visão antropocêntrica do processo produtivo, propondo uma colaboração mais rica entre homem e máquina, agora representada e refletida em meio internacional pela indústria 5.0[2]. O objetivo da Comissão Europeia ao construir a abordagem da Indústria 5.0 é centrar a indústria no bem estar do trabalhador e permitir que a inovação caminhe de mãos dadas com o humanocentrismo e a sustentabilidade. Neste contexto, a CE toma como uma das suas iniciativas o aperfeiçoamento e reciclagem das competências dos trabalhadores europeus.

Nesta discussão entre a evolução da tecnologia e o papel do trabalhador no processo produtivo, além das teorias do conflito que já abordamos, existem outras teorias que se alinham mais com esta perspetiva de articulação entre o Homem e a tecnologia presente na abordagem da CE. A contrariar, de alguma forma, a tese defendida por Marx e Braverman, surgem as perspetivas sociotécnicas e mais otimistas defendidas por diversos autores como Trist (1981), Blauner (1964) e Woodward (1958) (Haddad et al,

[2] Ver Directorate-General for Research and Innovation. (2022, January 10). Industry 5.0, a transformative vision for Europe (KI-BE-21-005-EN-N). Publications Office of the European Union. https://doi.org/10.2777/17322

2016: 160). Blauner na sua obra *Alienation and Freedom* (1964) investiga a ligação entre automação e alienação através de estudos de caso em várias indústrias, representando diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico. Os seus resultados revelaram que os trabalhadores altamente qualificados das indústrias artesanais experienciavam baixos níveis de alienação, os operários que operavam máquinas sentiam mais alienação; os que trabalhavam em linhas de montagem enfrentavam os níveis mais altos de alienação, e, finalmente, os trabalhadores responsáveis por monitorizar processos automatizados contínuos apresentavam novamente níveis mais baixos de alienação (Blauner, 1964; Haddad et al, 2016). Assim, nesta perspetiva a automação e os avanços tecnológicos não conduzem inevitavelmente a condições de trabalho degradantes. Pelo contrário, esta perspetiva propõe que os sistemas de produção mais automatizados podem tornar o trabalho mais coeso, significativo e humano para os trabalhadores (Haddad et al, 2016:161), dependendo de um conjunto de variáveis contingenciais à tecnologia, mas também em relação à organização do trabalho adotada ou ainda aos níveis de qualificação e/ou escolaridade dos trabalhadores.

Este debate é aprofundado por autores como Alain Touraine (1971; 1979) e Pierre Naville (1963), cujas interpretações divergentes exemplificam as tensões teóricas em torno do destino da qualificação operária. Touraine parte do modelo do operário de ofício como referência normativa e identifica uma trajetória de erosão dessa figura com o avanço do capitalismo organizado, culminando num "operário programador" (Touraine, 1971) que, embora tecnicamente requalificado, já não possui a autonomia nem a dignidade simbólica associada ao ofício tradicional, representando assim, também, o declínio de uma cultura operária emancipatória (Touraine, 1979). Em contraste, Naville (1963) rejeita essa leitura nostálgica e linear, argumentando que a introdução de novas tecnologias e formas de organização do trabalho pode, em certos contextos, gerar novos tipos de qualificação, ainda que sob lógicas diferentes daquelas que estruturavam o trabalho artesanal. Em vez de uma perda, haveria uma transformação contínua das competências exigidas, com potencial para a emergência de novos perfis técnicos e profissionais. Assim, enquanto Touraine tende a ler a modernização produtiva como um processo de despossessão simbólica e técnica do

trabalhador, Naville reconhece nela uma ambiguidade constitutiva, marcada tanto por constrangimentos quanto por possibilidades de reconfiguração do saber operário.

Numa perspetiva também ambivalente, Burawoy na sua obra *Manufacturing Consent* (1979) demonstra como as gerências negoceiam com os trabalhadores o controlo/autonomia laboral em troca da cooperação no alcance de objetivos de produtividade, onde a dominação é mediada pela cooperação ativa. Este "jogo", como o autor o classifica, demonstra uma autonomia limitada, onde, neste contexto, a tecnologia pode não surgir como uma força unívoca de dominação, mas como um meio relacional e negociável. Através da prática quotidiana, os trabalhadores desenvolvem saberes práticos e estratégicos e novas formas de qualificação, embora sempre condicionadas pelas dinâmicas de controlo e consentimento próprias da organização capitalista do trabalho.

Dentro desta perspetiva, as dinâmicas de desqualificação, requalificação e de aperfeiçoamento qualificacional não estão dependentes de uma relação dicotómica (positiva ou negativa) entre autonomia dos trabalhadores e tecnologia, mas antes dos contextos históricos, culturais, laborais e organizacionais onde ambos se inserem. Como argumentam Costa et al. (1984), a análise da qualificação do trabalho operário não pode ser reduzida a um movimento linear. Este movimento complexo pode ser interpretado, segundo estes autores, como resultado de um equívoco histórico-cultural do movimento operário: a idealização do operário qualificado como modelo universal de emancipação, quando, na realidade, o capitalismo sempre tendeu a redefinir tecnicamente e socialmente as formas de qualificação.

Neste sentido, a tecnologia, longe de ser um fator meramente técnico ou de dominação, torna-se parte integrante de uma disputa simbólica e material em torno do valor do trabalho e da dignidade ocupacional que é reatualizada a cada ciclo de mudança.

2. A divisão simbólica do trabalho e a fragmentação identitária

O trabalho não surge, nas nossas sociedades, apenas como um meio de subsistência, mas também como um fator determinante na organização social, uma vez que se apresenta como um dos ponteiros que determina as posições sociais dos sujeitos. Esta

relação entre estratificação social e divisão do trabalho é operacionalizada por Max Weber na sua construção do conceito de *ocupação* (Perackovic, 2011: 14). Para o autor a *ocupação* não se limita a um conjunto de tarefas desempenhadas por um indivíduo, mas encapsula também as possibilidades de *ação económica* dos sujeitos, onde as diferenças de oportunidades disponíveis para os diversos agentes presentes compõem uma estrutura socioprofissional das ocupações (Weber, 2004 [1922]).

É importante salientar, também, que o trabalho é uma instituição central das nossas sociedades, onde se constroem divisões hierárquicas materiais e simbólicas de distinção social e de dominação. Na perspetiva de Sainsaulieu, a empresa não é unicamente um espaço produtivo, mas uma "fonte de aprendizagem cultural" (1997: 212) onde os sujeitos adquirem esquemas de perceção sobre si, os outros e o mundo que os rodeia. Consequentemente, a experiência ocupacional, inerentemente apoiada nas dinâmicas anteriormente mencionadas, contribui para a construção da identidade dos sujeitos que não se limita à sua função ocupacional, mas influencia diretamente na forma como os mesmos se posicionam social e culturalmente no campo.

O autor propõe uma tipologia de quatro identidades profissionais desenvolvidas com base em extensos estudos empíricos nos anos 1970 (Sainsaulieu, 1977) que refletem modos distintos de relação com o trabalho, a organização/empresa e os outros sujeitos: a) identidade de "fusão" que se centra na solidariedade entre colegas e numa forte ligação afetiva ao grupo, predominante em trabalhadores com baixas qualificações e tarefas mais rotineiras; b) identidade de "negociação" que é predominante em profissionais e quadros superiores, onde a autonomia, a deliberação democrática e a autoridade baseada na competência são valorizadas ; c) identidade de "afinidades" que se centra nas relações seletivas e orientadas por projetos pessoais, sendo observada, predominantemente, entre técnicos e executivos em mobilidade; d) identidade de "retraimento" muito presente em sujeitos marginalizados ou em vias de exclusão, que veem o trabalho apenas como meio para fins externos (Sainsaulieu, 1977; Brown et al, 2007; Fialho, 2017).

No entanto 20 anos depois, Sainsaulieu (1996), percebendo que se dinamizavam movimentos de mudança social, típicos de sociedades pós-fordistas, decide adaptar e

alargar esta categorização (Brown et al, 2007: 31): a "fusão" entra em declínio, fragmentando-se em pequenos grupos à medida que as comunidades tradicionais de prática desaparecem; a "retraimento" expande-se, abarcando agora trabalhadores destabilizados pelas mudanças tecnológicas; a "negociação" desdobra-se, emergindo novas formas como a identidade corporativa ou empreendedora; e as "afinidades" passam a exprimir uma mobilidade identitária, marcada pela gestão individualizada da carreira em contextos organizacionais planos e instáveis (Sainsaulieu, 1996; Brown et al, 2007).

A identidade profissional é, também, na perspetiva de Dubar, uma identidade negociada, uma vez que a identidade no trabalho é o resultado de interações sociais concretas, marcadas por trajetórias biográficas diferenciadas e pelas configurações organizacionais em que os indivíduos se inserem (Dubar, 1991; 1994). É fruto de um equilíbrio instável entre dinâmicas de conhecimento (a forma como o indivíduo se vê a si próprio) e dinâmicas de reconhecimento (a forma como os outros elementos da organização o veem). A combinação entre estas duas dimensões determina o tipo de identidade que o sujeito poderá desenvolver. No entanto, com a intensificação da flexibilidade e a erosão das carreiras lineares nas sociedades pós-fordistas, as identidades profissionais tornam-se mais heterogéneas, híbridas e móveis (Brown et al, 2007: 34).

Existe também, na sociologia das profissões, um legado de distinção entre as ocupações no seu sentido lato e as ocupações profissionais. As segundas, designadas de profissões, distinguem-se das primeiras, intituladas de ocupações, na medida em que ocupação é um termo mais amplo, onde se pode considerar qualquer atividade renumerada. Já profissão é regida por um caráter normativo, como defendido pelo quadro teórico funcionalista por Parsons (1958), onde existe uma organização coletiva a nível de formação, especialização, práticas profissionais, códigos éticos e regulamentação formal da profissão (Gonçalves, 2007: 179). No entanto, a partir da década de 1960, e sobretudo nos anos 1970, essa conceção funcionalista foi alvo de sucessivas críticas, que deram origem ao que se designa ser a segunda fase da sociologia das profissões, sendo esta marcada pelo que se convencionou chamar de teses do poder e do monopólio

profissional (idem: 181-185). Essa viragem teórica procurou desconstruir a idealização normativa das profissões, denunciando a sua retórica auto-legitimadora e os seus privilégios materiais e simbólicos.

No âmbito nacional, a sociologia portuguesa tem sido marcada por uma preocupação em organizar e sistematizar sociologicamente as ocupações atendendo a perfis profissionais específicos. Um conjunto de trabalhos reconstruiu sociologicamente a realidade social de diversos grupos profissionais: engenheiros (Rodrigues, 1999), economistas (Gonçalves, 1998), advogados (Chaves, 2010), gestores de Recursos Humanos (Almeida, 2012), profissão científica (Campos, 2013), geólogos (Freire et al, 2015) e jornalistas (Matos, 2017), entre outros. Mas como vimos, no que toca às ocupações de trabalho manual qualificado e industrial tal escrutínio não existe.

Apesar dos estudos sobre diferentes indústrias e de alguns deles mencionarem diversas ocupações presentes, não se encotra na literatura estudos especializados sobre estas ocupações operárias. No entanto, em diversos estudos é reconhecido que a classe operária é cada mais heterogénea e fragmentada. Pinto e Queiroz (1996) no seu estudo sobre os operários da construção civil revelam como a classe operária é fortemente fragmentada, resultando numa "grande diversidade de modos de existência no trabalho" (idem:26), contribuindo para a construção e desenvolvimento de distintas identidades e representações sociais das mesmas. Torres e Capucha (1986) focam as diferenças geracionais entre operários, que resultam em atitudes distintas perante o trabalho e, consequentemente, em perfis identitários dissemelhantes.

No entanto, estes reconhecimentos não resultaram no desenvolvimento de estudos específicos sobre as ocupações do operariado, contribuindo não só para a sua marginalização no discurso sociológico, mas também para a ocultação das suas especificidades, desafios e dinâmicas próprias. Esta invisibilidade contribui, também, para a perpetuação de uma hierarquia simbólica entre profissões intelectuais e ocupações manuais, tornando as ocupações operárias menos visíveis e reconhecidas socialmente.

Tal como já exploramos, a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual é um tema explorado na sociologia. No entanto, numa perspetiva mais simbólica, esta distinção é vista por Bourdieu como um instrumento de dominação para a posse de um "monopólio de produção cultural legítima" (Bourdieu, 2005 [1989]:16). Esta "Divisão do trabalho ideológica" (idem) é, portanto, uma categorização significante, muitas vezes legitimada por sistemas simbólicos compostos por argumentos filosóficos, jurídicos ou até mesmo técnicos (idem: 14). Apesar destas classificações que caracterizam a divisão do trabalho sejam tidas, muitas vezes, como de ordem natural, não deixam de ser efetivamente resultados de características sociais do campo. Esta capacidade de dominação de classes de reconstruirem a realidade social e tornarem a mesma uma realidade estanque e material é própria do poder simbólico.

Para explorar estas hierarquias simbólicas Bourdieu operacionaliza o conceito de campo, que se refere a uma rede de relações sociais, onde diferentes sujeitos e instituições lutam e negociam formas de capital (seja este económico, social, cultural, simbólico), de acordo com as regras e as estruturas deste espaço social específico. São a quantidade e a qualidade do conjunto de capitais possuídos pelos sujeitos que determinam a posição dos mesmos no campo e a própria influência dentro desse mesmo campo, que detêm as suas próprias regras e dinâmicas (Bourdieu, 2005 [1989]: 59,60). O conceito de habitus, em Bourdieu, remete a um sistema de disposições que orientam não só a perceção e avaliação dos sujeitos, mas também a sua própria ação no campo, determinando as representações sociais dos sujeitos sobre si mesmos e sobre os outros (Bourdieu, 2007 [1979]:162-164). Neste sentido, Bourdieu afirma que as condições de vida diferentes produzem habitus diferentes, onde cada grupo social, dependendo da sua posição nas estruturas sociais (através do acesso aos diversos capitais) desenvolve sistemas específicos de perceções e práticas, que são gerados pelo seu habitus, refletindo as divisões sociais existentes. A identidade social de cada indivíduo, portanto, é moldada por essas divisões e pelas perceções de diferença entre grupos, sendo que o habitus funciona como uma estrutura que organiza a vida social de acordo com as condições de existência de cada um. Podemos, também, concluir que o habitus é um movimento contínuo entre a interiorização e exteriorização, onde os

sujeitos interiorizam as estruturas existentes, que são também exteriorizadas pelos sujeitos na sua ação social.

É neste contexto que Monteiro (2014) demonstra como o espaço fabril pode ser compreendido como um campo estruturado por relações de poder e dominância, onde os sujeitos ocupam posições específicas em função do capital que detêm e das regras próprias deste universo produtivo. A descrição etnográfica da experiência fabril de Monteiro ilustra como o habitus se forma através de uma socialização intensa, marcada pelo condicionamento físico e sensorial dos operários: a exposição diária ao ruído, à poeira, ao ritmo extenuante e à vigilância hierárquica instila nos trabalhadores disposições específicas que moldam o seu comportamento e perceção do mundo. A submissão às regras do espaço fabril não é apenas um constrangimento externo, mas um processo que se inscreve nos corpos e mentes dos operários, refletindo a noção de que as estruturas sociais são simultaneamente exteriores e interiorizadas.

Na luta pelas posições no campo e pelas consequentes divisões do mesmo, os sujeitos usam a distinção social como ferramenta de valorização. Esta distinção é realizada através de categorias derivadas pelo capital simbólico. O capital simbólico é, na verdade, o capital que legitimiza todos os outros capitais, sejam eles de cariz económico, cultural ou social, uma vez que este capital é determinado pelo reconhecimento dos outros tipos de capitais pelos sujeitos presentes no campo, resultando muitas vezes em prestígio e reputação. Neste sentido, a distinção social acaba por ser um juízo social que constrói as hierarquias simbólicas presentes no campo.

Monteiro demonstra como a juventude operária tenta construir estratégias de distinção, distanciando-se da condição operária tradicional por meio da estilização da aparência e da adoção de códigos culturais exteriores ao campo fabril (Monteiro, 2024:160-165). A vergonha de exibir marcas visíveis da condição operária, como as mãos calejadas, a roupa suja ou o cansaço extremo, é um reflexo da desvalorização social do trabalho manual em relação ao trabalho intelectual. No entanto, como Bourdieu aponta, muitas das formas de resistência acabam por reforçar a própria estrutura de dominação, pois reafirmam as perceções estereotipadas sobre os trabalhadores operários.

A interação entre operários e figuras de autoridade, como engenheiros e clientes, ilustra ainda a dimensão do poder simbólico na organização do campo fabril. A falta de reconhecimento e a ausência de deferência por parte dos agentes dominantes reforçam a hierarquia social, na qual os operários são reduzidos a uma condição de subalternidade (idem: 165).

A identidade profissional, longe de ser uma essência fixa, revela-se como um processo relacional profundamente enraizado nas estruturas sociais, marcado pelas dinâmicas de divisão do trabalho e pelas lutas simbólicas nos diversos campos ocupacionais. A fragmentação crescente das identidades nas sociedades pós-fordistas, associada à instabilidade laboral e à individualização das trajetórias, desafia os antigos modelos de reconhecimento e pertença, criando espaços identitários híbridos e precários. Ao mesmo tempo, a distinção entre trabalho manual e intelectual permanece como um eixo de hierarquização simbólica que estrutura o campo social, invisibilizando certas ocupações e legitimando outras. Assim, compreender as identidades profissionais implica analisar não apenas as trajetórias e perceções individuais, mas também os dispositivos simbólicos que sustentam a divisão social do trabalho, as lógicas de dominação e as formas de resistência que emergem no seio dos grupos ocupacionais subalternos.

3. A evolução da relação salarial: o contributo da teoria da regulação

A materialidade e os processos materiais sempre tomaram parte das ciências sociais, especialmente no que toca a perceber como estas condições materiais contribuem para a construção da realidade social. Uma das correntes materialistas da sociologia que se preocupa especialmente com a questão económica, o trabalho e a posse e controlo dos modos de produção é o marxismo. Como já mencionamos anteriormente, Marx e Engels, baseados no materialismo histórico, definem a evolução dos modos de produção, a consequente divisão da sociedade em classes e a luta dessas classes entre si como os pilares basilares da história (Marx & Engels, 1998 [1848]). A força do trabalho, nas sociedades capitalistas, também se transforma num bem comercializável, sendo o

seu valor definido, tal como todos os bens, pelo "tempo de trabalho socialmente necessário para a sua produção" (Giddens, 2005). Desta forma, o trabalhador recebe o valor que permite garantir as suas necessidades de forma a permitir a manutenção da sua (re)produção e da sua família. Contudo, o operário produz muito mais valor do que aquele que é necessário para permitir a sua subsistência (idem). Assim, as dinâmicas de exploração do homem pelo homem dão-se através da apropriação, por parte do capital, do valor gerado pelo trabalho que, por sua vez não é pago. Esta diferença define-se como a mais-valia que permite o lucro do capitalista (Campos, 2020). Consequentemente, os burgueses e proletários são forças opostas no processo de produção compondo o que Marx defende de contradição entre o capital e o trabalho.

Estas dinâmicas de progressiva submissão da classe assalariada ao poder e estrutura social construída pelo capital constrói um "processo de socialização da atividade de produção própria do capitalismo" (Boyer, 1981: 189; Parente, 1995) denominado na literatura como "relação salarial". Nesta relação salarial incluem-se diversas dimensões que submetem "o uso e a reprodução da força do trabalho" (idem): organização do trabalho, qualificações, mobilidade e rendimentos vindos do trabalho (Parente, 1995: 20-21). Parente inclui dentro destas dimensões também a segurança social, especialmente em contextos como o português, onde se assiste a partir de 1974 à construção de um Estado Social baseado no paradigma keynesiano. Ou seja, a relação salarial é um quadro estruturado e institucionalizado que regula as condições do trabalho, na forma como este é organizado, pago, controlado e protegido e é uma chave para perceber as dinâmicas de acumulação de capital.

A relação salarial, tal como as identidades profissionais, tem estado em mutação, sobretudo com a crise do modelo de crescimento presente nas sociedades pós-fordistas. Isto porque com a crise dos anos 70 do século XX o modelo fordista-keynesiano entra em queda e os trabalhos fixos, hierarquias rígidas e produção padronizada são substituídos pela flexibilidade (Castells, 1999; Bauman, 2001). Ou seja, foi necessário adaptar os salários, contratos, horários à nova realidade produtiva instável, globalizada e tecnologicamente em transformação constante. Neste sentido, assiste-se, no contexto ocidental, ao surgimento de várias novas dinâmicas laborais, tais como os contratos

temporários, a subcontratação, trabalho por turnos ou trabalho de plataforma, que contribuem para a precarização do trabalho e para o desvinculo formal contratual pelas organizações contratantes (Parente,1995).

No entanto, esta flexibilidade tem diversos impactos na relação salarial, uma vez que esta é multidimensional. Parente menciona que esta flexibilidade pode ser organizacional (Parente, 1995: 22), referindo-se à capacidade das empresas de se adaptarem a uma procura cada vez mais diversificada e instável, implicando uma reorganização do trabalho, que leva a uma redefinição dos postos, à polivalência funcional e, onde se assiste ao abandono da lógica tradicional de funções fixas e salários estandardizados, que é substituída por estruturas salariais mais diferenciadas e ligadas ao desempenho, adaptabilidade e multifuncionalidade dos trabalhadores. A flexibilidade qualificacional está diretamente ligada às mudanças culturais e tecnológicas nas organizações que exigem dos trabalhadores competências mais amplas e diversificadas, capazes de responder a diferentes tarefas e segmentos do processo produtivo (idem: 23). Como já vimos, o impacto desta exigência na relação salarial é duplo: por um lado, pode promover valorização salarial para os trabalhadores mais qualificados e polivalentes; por outro, pode acentuar desigualdades entre segmentos mais ou menos qualificados, reforçando a segmentação do mercado de trabalho. A flexibilidade mobilizacional refere-se à mobilidade da força de trabalho, tanto interna (dentro da empresa) como externa (entre empresas ou setores) (idem). Internamente, promove-se a versatilidade e a mobilidade funcional através da formação e da reorganização dos postos de trabalho. Externamente, a mobilização da força de trabalho passa muitas vezes por formas atípicas de emprego. Esta flexibilidade leva à coexistência de diferentes estatutos contratuais e, portanto, de diferentes níveis de proteção contratual e social e de remuneração. A flexibilidade salarial, por sua vez, visa adaptar os rendimentos dos trabalhadores à situação económica das empresas ou à sua produtividade individual ou grupal (idem). O impacto mais evidente é a variabilidade da remuneração, que tende a ser cada vez mais individualizada, instável e subordinada aos objetivos empresariais, contribuindo para uma maior dispersão salarial e enfraquecimento da solidariedade entre trabalhadores. Por fim, a flexibilidade do

sistema de segurança social procura aliviar os encargos das empresas sobre os salários indiretos, como contribuições para pensões ou saúde, em nome da competitividade (idem). Esta tendência compromete a proteção social associada ao contrato de trabalho clássico, fragilizando as garantias associadas ao emprego e contribuindo para a insegurança salarial a longo prazo.

Por fim, é importante salientar que a flexibilidade não é uniforme nem neutra, depende sim do contexto histórico e social do território e da sua configuração institucional (lutas sociais, legislação, sindicalismo, cultura), onde as suas consequências dependem destas mesmas características. Compreender estas formas de flexibilidade é crucial para analisar a transformação das relações laborais e os seus efeitos sobre a estrutura social contemporânea.

4. Os conceitos de sistema de emprego e de campo na análise das dinâmicas de (des)valorização dos marceneiros

O conceito de mercado de trabalho tem sido abordado por diversas perspetivas teóricas no campo das ciências sociais, refletindo diferentes entendimentos sobre as suas dinâmicas e implicações. Na disciplina da sociologia, em particular, vários autores têm vindo a contestar a abordagem neoclássica, que tende a conceber o mercado de trabalho como um espaço de funcionamento autorregulado, onde ocorre uma lógica economicista que caracteriza o mercado de trabalho como "o lugar de confronto entre a oferta e a procura de trabalho" (Marques, 2000: 138). Esta abordagem teve, no entanto, tentativas de renovação através da inclusão de outras teorias, sendo uma delas a teoria do Capital Humano de Becker (1964). O autor analisa a relação entre as variáveis educação/formação e salário e verifica que a primeira aumenta a capacidade produtiva dos indivíduos, o que tende a traduzir-se em melhores salários, maior empregabilidade e maior crescimento económico a nível agregado. No entanto, esta teoria recebeu muitas críticas sobretudo por assumir à priori a igualdade de oportunidades e por dar um valor irrealista às lógicas ilusivas da meritocracia capitalista que desconsideram o papel das estruturas sociais, culturais e simbólicas. Consideramos, assim, que esta

perspetiva não pode ser desvinculada dos lugares de classe pré-existentes que limitam as trajetórias dos sujeitos.

Em contraste, os sociólogos tendem a adotar uma visão crítica e estrutural, na qual o mercado de trabalho é entendido como um fenómeno socialmente construído e profundamente condicionado por instituições, normas sociais, políticas públicas e dinâmicas históricas. Esta visão é partilhada pelas chamadas teorias da segmentação, que rejeitam a ideia de um mercado de trabalho homogéneo e integrado. Para estas correntes teóricas, o mercado de trabalho encontra-se organizado em segmentos diferenciados, cada um com as suas próprias características, regras de funcionamento, graus de estabilidade, acesso a direitos e oportunidades de progressão. A inserção dos indivíduos nesses diferentes segmentos não ocorre de forma aleatória ou puramente baseada no mérito individual, mas resulta de um "processo de socialização profissional" (Silvestre, 1978: 292; Rodrigues, 1988: 27), no qual intervêm múltiplos fatores, tais como o contexto familiar, a formação, as redes sociais, o género ou a origem étnica. Esta divisão segmentada do mercado de trabalho contribui, por sua vez, para a reprodução de desigualdades sociais e materiais, ao condicionar as possibilidades de mobilidade e de valorização do trabalho.

Vários autores vão ainda mais longe ao questionar a própria utilidade do conceito de mercado de trabalho, argumentando que este tende a ocultar uma série de processos sociais não mercantis, nomeadamente os que envolvem relações de poder, exclusão, dominação simbólica ou dependência estrutural (Gonçalves, 2008). Assim, torna-se evidente que os fenómenos que afetam a condição da força de trabalho não podem ser compreendidos de forma estritamente económica ou sociológica, exigindo uma abordagem heurística, multidimensional e integrada da realidade social.

Neste contexto, ganha especial relevância o contributo de Maria João Rodrigues, que alerta para o facto de que o mercado de trabalho, para além de representar o acesso a rendimento monetário, constitui também uma via de acesso a outros tipos de capital — como o capital social, cultural ou simbólico — que são fundamentais para processos de "reclassificação social" (Rodrigues, 1988: 47). O emprego, nesse sentido, não é apenas

uma condição económica, mas também um mecanismo de (re)produção de trajetórias sociais e de posicionamentos na hierarquia social.

Para superar as limitações analíticas do conceito de mercado de trabalho diversos autores constroem o conceito de sistema de emprego, onde é considerado o conjunto de estruturas, sejam estas sociais ou produtivas que contribuem para a mediação de dinâmicas construídas pelos atores sociais presentes nesse sistema através de uma ação estratégica (idem: 21). Maria João Rodrigues aproxima-se desta conceptualização de sistema de emprego, mas numa visão mais estrutural e funcional. Para a autora, o sistema de emprego é uma organização articulada de elementos que asseguram o uso eficiente da mão de obra e a sua reprodução contínua: "conjunto organizado das estruturas, dos agentes e dos mecanismos económicos e sociais que moldam a utilização e a circulação de mão de obra em interação com os processos de reprodução desta mão-de-obra" (idem: 56-57). Contudo, mais do que um modelo descritivo ou polivalente, o modelo de sistema de emprego proposto por Rodrigues visa uma reconstrução teórica do sistema económico e social centrada não na valorização do capital ou na produção, mas sim na evolução do emprego em quantidade e qualidade. Esta abordagem seleciona e articula os elementos do sistema económico que participam no processo de modelagem da força de trabalho, privilegiando os efeitos de estrutura em detrimento de explicações centradas exclusivamente no comportamento dos agentes. Ainda que os agentes não sejam ignorados, o modelo não parte das suas ações, mas sim das estruturas que os enquadram e condicionam, reconhecendo-lhes, no entanto, uma autonomia relativa.

Torna-se evidente que o modelo de sistema de emprego proposto Maria João Rodrigues (1988) apresenta várias potencialidades para analisar as dinâmicas de (des)valorização da ocupação de marceneiro, sobretudo por oferecer uma perspetiva holística, ampla, sistémica e articulada entre fatores de contingência de carácter económico, social e institucional. Neste estudo, este conceito, entendido como um quadro analítico, permite a concretização dos seguintes objetivos:

a) Identificar os agentes presentes no sistema de emprego local, uma vez que o modelo destaca a importância dos sujeitos envolvidos — empresas,

Estado/Poder Local, sindicatos e marceneiros — e permite observar como cada um contribui, ativa ou passivamente, para o processo de (des)valorização, incluindo a análise das políticas de qualificação, de regulação laboral e de representação profissional;

b) Analisar as decisões de mercado, decisões empresariais, políticas públicas, transformações nas preferências culturais e na lógica produtiva local;
c) Investigar os mecanismos de circulação da mão de obra, ou seja, estudar se os marceneiros estão a ser deslocados para funções menos qualificadas, substituídos por operários com menos formação ou mesmo afastados do mercado de trabalho, e de que forma estas dinâmicas afetam a continuidade da ocupação;
d) Estudar os mecanismos de reprodução da força de trabalho, ou seja, perceber como a formação profissional, a aprendizagem tradicional e o reconhecimento social da ocupação têm sido afetados.

Apesar da sua utilidade para compreender os mecanismos estruturais que moldam a utilização da força de trabalho, o modelo de sistema de emprego de Maria João assume uma perspetiva marcadamente estruturalista que pode tender a abstrair-se da agência concreta dos sujeitos sociais, das suas estratégias, conflitos e representações simbólicas. Isto pode ser problemático num estudo como o presente, onde a desvalorização da ocupação de marceneiro num tecido produtivo local é fortemente influenciada por fatores culturais, identitários e históricos, difíceis de capturar num modelo funcional e agregador. Além disso, a especificidade das trajetórias profissionais e dos mecanismos de exclusão simbólica e material que afetam grupos ocupacionais concretos pode ser diluída. No caso da marcenaria, por exemplo, as transformações na procura de mão de obra não se explicam apenas pela variação de postos ou trabalhadores disponíveis, mas também por mudanças nos critérios de valorização social e económica do saber fazer artesanal, por dinâmicas de reconfiguração identitária e pela perda de legitimidade simbólica da ocupação.

Para uma análise crítica e situada da desvalorização do marceneiro, torna-se necessário complementar esta abordagem com quadros teóricos que valorizem a dimensão

simbólica, relacional e de poder, como o conceito de campo de Bourdieu, que permite integrar as lutas pela definição legítima do valor do trabalho no seio de um espaço social desigual. Assim o modelo de sistema de emprego permite compreender o conjunto organizado de estruturas, sujeitos e mecanismos que moldam a utilização e circulação da mão de obra, a noção de campo acrescenta uma dimensão relacional e de poder que enriquece a interpretação das disputas simbólicas e materiais presentes nesse sistema. Este conceito como quadro analítico permitir-nos-á a concretização dos seguintes objetivos:

e) Examinar quais os tipos de capital que ganham ou perdem valor no sistema produtivo local;
f) Estudar as batalhas simbólicas entre os sujeitos para definir o que é considerado trabalho legítimo, valorizado e reconhecido socialmente no campo, revelando como a (des)valorização da marcenaria se expressa em termos económicos e na disputa pelo reconhecimento cultural e social;
g) Analisar as práticas e estratégias que os sujeitos utilizam para conservar, negociar ou transformar a sua posição no campo, incluindo formas de resistência, adaptação ou aliança, essenciais para compreender dinâmicas de desvalorização e valorização profissional.

Resumindo, através deste quadro analítico procuramos responder à pergunta "Quem valoriza/desvaloriza o quê e como?". Assim, torna-se evidente que a presente investigação tem como propósito compreender as dinâmicas de valorização e desvalorização associadas à ocupação de marceneiro no concelho de Paredes, um território historicamente marcado pela indústria do mobiliário. Salienta-se, portanto, a importância desta investigação, uma vez que permite analisar a evolução da ocupação de marceneiro, construindo sociologicamente a sua realidade e dando visibilidade aos seus problemas, contribuindo para a desconstrução da desvalorização do trabalho manual e combatendo a reprodução da invisibilidade social deste tipo de ocupações perpetuada pela investigação científica.

Capítulo II. COORDENADAS DE INVESTIGAÇÃO: O CAMPO EMPÍRICO E A ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

1. O Espaço produtivo em estudo: Paredes e o setor do mobiliário

1.1. A indústria portuguesa e a especificidade do setor do mobiliário

A história da indústria portuguesa tem sido marcada por significativos entraves à sua modernização e por um atraso estrutural em comparação com outros países europeus. Apenas na segunda metade do século XX, o Produto Interno Bruto (PIB) da indústria superou o do setor agrícola (Rollo et al., 2021). Esse atraso pode ser parcialmente atribuído a uma política económica que privilegiou o tradicionalismo e uma abordagem anti-modernista e ruralista, promovida pelo aparelho político do Estado Novo. Como resultado, instaurou-se um ambiente de condicionamento industrial que limitou o desenvolvimento e a expansão da indústria (idem). Além disso, o sistema educativo do Estado Novo não incentivou a formação especializada das classes populares, a produção de conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico (idem). Este modelo educacional resultou em baixos níveis de escolaridade tanto entre os trabalhadores quanto entre os empresários, dificultando significativamente a modernização industrial, a produtividade e a adoção de novas tecnologias. Os efeitos dessas limitações históricas persistem até os dias atuais, impactando diversas indústrias nacionais, incluindo a indústria do mobiliário.

O diagnóstico realizado pela APIMA à indústria do mobiliário evidencia várias fragilidades estruturais. Entre elas, destaca-se o envelhecimento da mão de obra e a dificuldade em atrair jovens qualificados para as ocupações do "chão de fábrica". Esse fenômeno está associado a décadas de desvalorização da formação técnica e profissional para tais funções, resultando na progressiva perda do saber-fazer local (APIMA, 2024). Adicionalmente, a formação académica da gestão empresarial no setor ainda é um fator crítico. Em 2018, apenas um terço das empresas portuguesas possuía administradores com formação superior (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021),

o que impacta negativamente as dinâmicas de gestão, os níveis de produtividade e, consequentemente, o desenvolvimento da indústria. O setor também é caracterizado pela predominância de empresas de pequena dimensão e de carácter familiar, onde as micro e pequenas empresas dominam.

Outro desafio relevante enfrentado pelo setor é a crescente exigência do mercado em relação à customização dos produtos, levando muitas empresas a abandonarem o modelo de produção em massa em favor de um modelo de produção unitária e flexível. Embora essa transição possa agregar valor aos produtos, ela também impacta negativamente a eficiência e a rentabilidade das empresas (APIMA, 2024: 23).

Em 2023, Portugal contava com mais de 1,5 milhão de empresas no setor da indústria transformadora, das quais mais de 502 mil (cerca de 33%) estavam concentradas na região Norte do país.[3] A indústria do mobiliário, classificada na divisão 31 da Classificação das Atividades Económicas (CAE), ocupa a sétima posição em termos de número de empresas e a oitava em relação ao contingente de pessoal ao serviço[4], evidenciando a sua relevância no contexto industrial português. Destaca-se ainda que mais de 63% das empresas do setor estão concentradas na região Norte, onde também se encontra mais de 65% da mão de obra do setor[5]. A concentração geográfica define a região como o centro da indústria do mobiliário em Portugal e justifica a presença, nesse território, de três das mais importantes organizações do setor: a APIMA, a AIMMP e o CFPIMM.

Este papel central da indústria do mobiliário na economia do Norte de Portugal tem maior incidência nos concelhos de Paredes e Paços de Ferreira. Estes dois territórios

[3] Fonte: INE, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Atividade económica (Divisão e Subclasse - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual

[4] Fonte: INE, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Atividade económica (Divisão e Subclasse - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual e Fonte: INE, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual

[5] Fonte: INE, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual

concentram 50% das empresas da indústria do mobiliário localizadas no Norte do país, empregando 56% dos trabalhadores do setor[6]. Consequentemente, são também responsáveis por 55% do volume de negócios e 54% do valor acrescentado gerado pela indústria do mobiliário nesta região[7].

A relevância da indústria do mobiliário em Paredes é evidenciada pela presença de infraestruturas e referências emblemáticas no território, tais como a Rotunda da Cadeira, o Pavilhão Rota dos Móveis, o Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário (CFPIMM) e o futuro Museu do Mobiliário, bem como pela presença de umas das mais emblemáticas empresas da indústria do mobiliário portuguesa (Fenabel, Antarte, LasKasas, entre outras). Se percorrermos as freguesias deste concelho, sobretudo em Vilela, Duas Igrejas, Rebordosa, Lordelo e Vandoma, é possível verificar, além dos grandes complexos industriais, fábricas e oficinas dentro dos aglomerados habitacionais.

A verdade é que as origens da tradição da marcenaria em Paredes datam do final do século XIX e início do século XX, conforme documentado no Inquérito Industrial de 1890, que identificava a existência de "104 marceneiros, 3 mestres e contramestres, 100 operários e 1 aprendiz" (Pereira, 2011, p. 51). No início do século XX, a fundação da Fábrica dos Assentos "A Boa Nova" na freguesia de Vilela marcou um ponto de viragem, ao introduzir um modelo de produção mecanizado com recurso a máquinas a vapor (idem, p. 58). A partir da década de 1930, com a progressiva eletrificação do território, verificou-se um aumento significativo do número de oficinas de marcenaria e carpintaria (idem, p. 67). Neste contexto, verifica-se, ainda hoje, a diversidade de produtos fabricados em Paredes, abrangendo estilos que vão do rústico ao clássico e contemporâneo. Contudo, a arte do entalhamento arrisca-se a desaparecer (Ribeiro Cruz & Parente, 2025).

[6] Fonte: INE, Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Empresas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2024), Atividade económica (Divisão e Subclasse - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual

[7] Fonte: INE, Volume de negócios (€) das empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual e Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2024) e Atividade económica (Subclasse e Divisão - CAE Rev. 3); Anual

Atualmente, o setor continua a ser um dos principais motores económicos da região. Em 2021, 56,1% dos trabalhadores por conta de outrem em Paredes estavam empregados no setor secundário, um valor muito superior à média nacional, que se situava em cerca de 25% (Gabinete de Estratégia e Estudos, 2024). No mesmo ano, o setor do mobiliário mantinha-se como o principal empregador do concelho (idem).

1.2. O tecido produtivo e a sua mão de obra em Paredes

O município de Paredes, localizado na região Noroeste de Portugal, integra o Distrito do Porto e a Área Metropolitana do Porto. É delimitado pelos concelhos de Penafiel, Lousada, Paços de Ferreira, Gondomar e Valongo. Abrangendo uma área total de 157 km², o concelho contabiliza uma população residente de 86.015 habitantes (GEE, 2024) o que corresponde a uma densidade populacional de aproximadamente 548,7 habitantes por km²[8].

A Tabela 1 apresenta a evolução do índice de envelhecimento durante 1991 e 2021, tendo em consideração o município de Paredes e as divisões geográficas a que este pertence. Através destes dados, apesar do concelho de Paredes ter registado um aumento progressivo do índice de envelhecimento ao longo das últimas décadas, passando de 26,84 em 1991 para 117,95 em 2021, este valor permanece substancialmente inferior à média nacional, que, no mesmo ano, atingiu os 182,07 no ano de 2021. Esta discrepância revela que, apesar da tendência generalizada de envelhecimento demográfico no território português, Paredes mantém uma estrutura etária relativamente mais jovem, que pode ser interpretada como um indicador da atratividade e/ou retenção do concelho para a população em idade ativa.

Tabela 1. Índice de envelhecimento em Paredes e territórios de referência de 1991 a 2021.

Local de residência à data dos Censos (Série 1964 - 2021)	Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência à data dos Censos (Série 1964 - 2021)			
	Período de referência dos dados			
	2021	2011	2001	1991

[8] Fonte: INE, "Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente"

	N.º	N.º	N.º	N.º
Portugal	182,07	127,84	102,23	68,08
Continente	184,59	130,57	104,54	69,48
Porto	165,27	99,59	69,88	46,52
Paredes	117,95	60,59	41,31	26,84

Fonte: INE, Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência à data dos Censos (Série 1864 - 2021)

Os dados presentes na Tabela 2 permitem a análise da taxa de analfabetismo no concelho de Paredes em comparação com os concelhos pertencentes à AMP. Estes dados revelam uma evolução positiva ao longo das últimas décadas, onde se encontra uma diferença de 2 pontos percentuais por década. Esta trajetória de redução consistente acompanha a tendência nacional e evidencia os esforços locais de combate ao analfabetismo e de promoção da escolarização. No contexto da Área Metropolitana do Porto, Paredes apresenta atualmente uma taxa inferior à de municípios como Arouca (4,21), Vale de Cambra (3,41) e Santo Tirso (2,55), mas ainda ligeiramente superior à de concelhos mais urbanos e consolidados em termos educacionais, como Maia (1,60), Porto (1,87) ou Vila Nova de Gaia (1,98). Importa, contudo, destacar que a redução verificada em Paredes (-4,26 pontos percentuais entre 2001 e 2021) foi particularmente significativa, superando em termos absolutos a evolução de municípios como Porto (-2,92 p.p.), Matosinhos (-3,15 p.p.) ou Maia (-3,22 p.p.). Mesmo em comparação com concelhos demograficamente próximos, como Valongo (-3,12 p.p) ou Santo Tirso (-4,63 p.p.), Paredes demonstra um percurso de melhoria muito relevante.

Tabela 2. Taxa de analfabetismo em Paredes e outros municípios da Área metropolitana do Porto entre 2001 e 2021.

Local de residência à data dos Censos (Série 1978 - 2021)	Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos (Série 1978 – 2021		
	Período de referência dos dados		
	2021	2011	2001
	%	%	%
Portugal	3,08	5,22	9,03
Continente	3,04	5,19	8,93
Arouca	4,21	7,29	11,73
Espinho	3,11	4,68	6,96
Feira	2,44	3,96	6,73

Oliveira de Azeméis	2,44	4,07	6,80
São João da Madeira	1,79	2,92	4,81
Vale de Cambra	3,41	6,25	9,72
Gondomar	2,03	3,27	5,46
Maia	1,60	2,52	4,82
Matosinhos	2,06	3,15	5,23
Paredes	2,61	4,17	6,87
Porto	1,87	2,83	4,79
Póvoa do Varzim	2,16	3,64	5,85
Santo Tirso	2,55	4,28	7,18
Valongo	1,89	2,80	5,01
Vila do Conde	2,30	3,76	6,24
Vila Nova de Gaia	1,98	3,19	5,40
Trofa	2,22	3,53	5,60

Fonte: INE, Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos (Série 1878 – 2021)

A Tabela 3 compara a taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário em Paredes com os territórios envolventes. Em 2022/2023, Paredes apresentava uma taxa de escolarização no ensino básico de 98,5%, abaixo da média nacional (112%) e da média da AMP (108,6%). No ensino secundário, os dados são ainda mais preocupantes, com apenas 89%, situando-se muito aquém da média da AMP (128,6%) e dos valores nacionais (126,8%). Esta situação contrasta fortemente com municípios como Espinho (240,1%), São João da Madeira (257,1%) ou Porto (268,5%), que registam taxas significativamente superiores, mesmo acima dos 200%. Estas discrepâncias podem ser explicadas por vários fatores. Em primeiro lugar, Paredes tem uma forte tradição industrial, especialmente no setor do mobiliário, que historicamente absorveu jovens com baixos níveis de escolaridade, favorecendo a entrada precoce no mercado de trabalho em detrimento da continuação dos estudos. Em segundo lugar, a menor densidade de instituições de ensino secundário e em comparação com municípios urbanos mais centrais pode dificultar o acesso e a motivação para prosseguir estudos, ou levar a que os estudantes do município de Paredes decidam matricular-se noutros municípios com instituições de ensino mais atrativas. Por fim, elementos culturais e a perceção de oportunidades profissionais fora da via académica formal contribuem também para a manutenção de taxas de escolarização mais baixas.

Dados de 2021, mostram que mais de metade dos trabalhadores por conta de outrem (56,1%) em Paredes estavam empregados no setor secundário, um valor muito superior

à média nacional, que se situava em cerca de 25% (Gabinete de Estratégia e Estudos, 2024). O ganho médio mensal dos trabalhadores do setor secundário em Paredes situava-se abaixo dos 950€, enquanto a média nacional e da Área Metropolitana do Porto rondava os 1200€ (Gabinete de Estratégia e Estudos, 2024).

Tabela 3. Taxa bruta de escolarização no ensino básico e no ensino secundário em Paredes e outros municípios da Área metropolitana do Porto entre 2014 e 2023.

Localização geográfica (NUTS - 2024) (1)	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual (2)		Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual (3)	
	Período de referência dos dados		Período de referência dos dados	
	2022 / 2023	2014 / 2015	2022 / 2023	2014 / 2015
	%	%	%	%
Portugal	112	109,7	126,8	117,5
Continente	112	109,3	127,5	117,7
Norte	109,3	109	127,3	114,8
Área Metropolitana do Porto	108,6	110,2	128,6	119,4
Arouca	106,2	109,3	110,5	86,4
Espinho	162,3	150,5	240,1	205,5
Gondomar	91,9	92,9	87,4	77,5
Maia	98,8	98,1	87,6	76,4
Matosinhos	103	103,6	117,4	84,8
Oliveira de Azeméis	99,9	102,1	103,8	74,3
Paredes	98,5	103,6	89	68,9
Porto	149,1	162,6	268,5	323,9
Póvoa de Varzim	115,6	110,9	142,1	111,1
Santa Maria da Feira	99,3	99,6	87,8	101,2
Santo Tirso	122,2	124,9	161,6	139,3
São João da Madeira	176,6	174,3	257,1	330,4
Trofa	101,1	106,6	93,9	80,4
Vale de Cambra	111,2	107,6	116,5	88,4
Valongo	95,1	104,9	93,7	75,1
Vila do Conde	90,8	96,7	83,6	72,8
Vila Nova de Gaia	102,4	99,7	120,5	85,4

Fonte: INE, Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual (2); Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica (NUTS - 2024); Anual (3)

Os dados apresentados são fundamentais para compreender as dinâmicas de desvalorização dos marceneiros no concelho de Paredes, ao revelarem uma realidade paradoxal. Embora este território mantenha uma forte tradição e especialização na indústria do mobiliário, com elevado peso económico, taxas expressivas de emprego no setor secundário e uma herança cultural profundamente ligada ao mobiliário, verifica-se simultaneamente uma persistente fragilidade socioeconómica associada à mão de obra do setor, neste tecido produtivo. A baixa taxa de escolarização, especialmente no ensino secundário (89%), revela uma perpetuação de trajetórias profissionais que prescindem da qualificação académica, promovendo a entrada precoce no mercado de trabalho e dificultando a mobilidade social. Esta realidade é agravada pela disparidade nos rendimentos médios do setor secundário em Paredes, significativamente inferiores aos da AMP e do país, o que evidencia uma clara subvalorização económica da mão de obra local, apesar da sua especialização e relevância produtiva. Adicionalmente, a evolução do índice de envelhecimento, embora abaixo da média nacional, sugere que o setor ainda atrai população ativa, mas esta atratividade não se traduz na alocação da mão de obra jovem nas ocupações tradicionais do setor. Neste sentido, os dados podem indiciar que a marcenaria em Paredes, apesar de central na identidade e economia local, continua marcada por processos estruturais de desvalorização.

2. A estratégia metodológica

2.1. Estudo de caso exploratório

O facto de existir uma escassez de trabalho sociológico focado nas ocupações centradas no trabalho manual especializado, dentro do contexto industrial e também nas suas respetivas dinâmicas de mudança social e de mercado de trabalho, justifica que neste projeto, cujo objeto de estudo são os marceneiros, se opte pela aplicação de uma abordagem metodológica exploratória, pela "ausência de escrutínio empírico sistemático do grupo e atividade" (Stebbins, 2001: 7).

Neste sentido, elegeu-se a utilização de metodologias e técnicas qualitativas devido à sua fluidez no uso dos contributos teóricos, na sua aplicação e no tratamento de dados (Guerra, 2006: 7). Procurou-se compreender os sentidos da ação social dos sujeitos

concretos, representando socialmente (e não estatisticamente) os mesmos (idem, p.20), a partir de uma lógica maioritariamente indutiva, uma vez que pretendemos descobrir padrões, categorias e significados num campo pouco estudado.

Contudo, relativamente a estudos exploratórios, a literatura mostra que existem perspetivas contraditórias sobre qual o melhor desenho metodológico para este tipo de abordagem (Makri & Neely, 2021: 4): uma que destaca os estudos de caso e outra que destaca a grounded theory. O estudo de caso é definido como uma estratégia de investigação empírica que procura estudar um fenómeno no seu contexto real (Priya, 2021, p. 95; Yin, 2014, p. 18). Num estudo de caso exploratório o objetivo é explorar e identificar novas perguntas de investigação que podem ser utilizadas em investigações futuras (Priya, 2021, p. 96). Tendo em consideração que se pretende estudar a realidade de um grupo profissional específico – os marceneiros – num contexto igualmente específico – o tecido produtivo paredense – e procurar prosseguir este estudo numa investigação futura, o estudo de caso exploratório surgiu como uma estratégia metodológica adequada para esta investigação.

Através das ferramentas analíticas fornecidas pelos conceitos de *sistema de emprego* de Maria João Rodrigues (1988) e de *campo* de Bourdieu o nosso interesse é também perceber as relações dos marceneiros com os outros sujeitos dentro do sistema produto local, o que nos permitirá analisar as relações de poder, as mudança nas formas de reconhecimento social e simbólico e a reconfiguração das redes de produção. Enquadramos, portanto, na nossa metodologia, o que Bourdieu descreve como sociologia relacional, recusando uma abordagem substancialista que trate os marceneiros como uma entidade fixa e homogénea, e procurando antes compreender como esta categoria é socialmente construída e transformada nas relações que estabelece com outros sujeitos e instituições (Bourdieu, 2005 [1989]: 28).

Inspirando-nos na proposta bourdiana de construção progressiva do objeto, partimos da observação empírica e da comparação sistemática das propriedades dos sujeitos envolvidos, para mapear as posições relativas no campo produtivo-local e compreender como a (des)valorização se inscreve num processo relacional mais amplo. Neste movimento, o estudo assumiu um constante vaivém entre empiria e teoria, onde

utilizamos, por um lado, uma lógica indutiva, a partir da qual se procurou identificar padrões, categorias e significados emergentes do terreno e, por outro lado, uma lógica dedutiva, que permitiu confrontar esses achados com os quadros teóricos previamente mobilizados. Esta oscilação metodológica constituiu um recurso analítico que possibilitou enriquecer a interpretação sociológica assegurando uma compreensão mais densa e relacional da realidade estudada.

2.2. Recolha de dados

A recolha de dados baseou-se num desenho metodológico qualitativo e múltiplo, visando captar a complexidade e a historicidade dos processos em análise. Três categorias distintas de sujeitos foram incluídas no plano de observação empírica: os marceneiros, organizações locais e setoriais e empresas. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas a representantes institucionais do setor, nomeadamente ao Centro de Formação Profissional das Indústrias da Madeira e Mobiliário (CFPIMM), à Associação Portuguesa das Indústrias de Mobiliário e Afins (APIMA), à Câmara Municipal de Paredes e a dois representantes de empresas da indústria local, com o objetivo de mapear discursos institucionais, estratégias de atuação e perceções sobre a evolução do setor e da ocupação de marceneiro. Importa ainda referir que a Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal (AIMMP) e o Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços (SETACCOP) foram contactados, mas não foi possível concretizar entrevistas com estas entidades devido à indisponibilidade para agendamento de reuniões dentro do período de trabalho de campo.

Tabela 4. Caracterização socioprofissional dos representantes de organizações e empresas entrevistados

Código de entrevista	Pertença institucional	Departamento	Tipo de organização	Características socioprofissionais
O4	Câmara Municipal de Paredes	Turismo	Organização pública, local e territorial	Mulher, formação superior, entre o 40 e 60 anos

O5	APIMA	Projeto	Associação empresarial setorial	Homem, formação superior, entre o 40 e 60 anos
O6	CFPIMM	Técnico-pedagógico	Instituição pública de formação profissional	Homem, formação superior, entre o 40 e 60 anos
E7	Empresa 1	Produção, Direção	Uma micro empresa com 3 trabalhadores, que funciona como oficina artesanal de mobiliário clássico.	Homem, 9º ano de escolaridade, mais de 60 anos
E8	Empresa 2	Comunicação	Uma média empresa com mais de 50 trabalhadores trabalhadores, uma produção estandardizada em pequenas séries de mobiliário moderno	Homem, formação superior, entre o 40 e 60 anos

Paralelamente, foi conduzido um grupo focal com marceneiros, permitindo aceder a narrativas coletivas sobre trajetórias profissionais, reconhecimento, identidade profissional e transformações no trabalho. A seleção dos participantes seguiu o critério da diversidade, procurando reunir marceneiros empregados em empresas com contextos organizacionais e técnicos diferentes e de diferentes faixas etárias, de forma a conseguir reunir aprendizes e mestres da arte. Um dos principais constrangimentos foi conseguir reunir marceneiros com disponibilidade para participar na entrevista, sobretudo marceneiros que trabalhavam em pequenas marcenarias, onde o tempo disponível para entrevistas era reduzido e a disponibilidade limitada pelas exigências do trabalho quotidiano. Além disso, a escassez de jovens marceneiros impossibilitou que se conseguisse obter uma diversidade das idades, sendo que o nosso participante mais jovem tinha 34 anos. Dentro deste contexto, foi organizado um grupo focal inicialmente

composto por seis marceneiros que tinham manifestado interesse em participar, no entanto , no momento da realização, apenas três compareceram. Ainda que em número reduzido, a sessão permitiu gerar um espaço de partilha e confronto de experiências significativo, a partir do qual foi possível recolher contributos relevantes para a análise das dinâmicas de valorização e desvalorização associadas à ocupação. Além disso, os três marceneiros entrevistados, apesar de trabalharem em empresas pequenas (entre 10 a 50 trabalhadores), apresentaram todos trajetórias profissionais distintas, o que contribuiu para cumprir parcialmente o critério da diversidade (Tabela 5) .

Tabela 5. Caracterização socioprofissional dos marceneiros participantes no grupo focal

Código da entrevista	Ocupação do Entrevistado	Características socioprofissionais
M1	Marceneiro	Homem, 34 anos, 9º ano de escolaridade, casado, assume função de marceneiro há 15 anos, formação obtida em contexto de trabalho, salário bruto entre os 1100 e 1649€
M2	Marceneiro	Homem, 50 anos, 9º ano de escolaridade, casado, assume função de marceneiro há 34 anos, salário bruto entre os 950 e 1099€
M3	Gestor de Projeto	Homem, 46 anos, 12º ano de escolaridade, Casado, assumiu função de marceneiro durante 15 anos, neste momento assume função de Gestor de Projeto, salário bruto entre os 950 e 1099€

Foram realizadas, ainda, duas sessões de observação direta dos postos de trabalho dos marceneiros em duas empresas com perfis contrastantes. A Empresa A é uma pequena marcenaria artesanal (cerca de 3 trabalhadores) e a Empresa B é uma fábrica mecanizada de maior dimensão (cerca de 40 trabalhadores) de produção por medida e de pequenas séries de mobiliário moderno. Esta análise possibilitou comparar modos de organização do trabalho, relações laborais em diferentes segmentos do setor, bem como perceber como o perfil desta ocupação se transforma com a mecanização,

permitindo entender as dinâmicas da circulação da mão de obra. Para isso observou-se os seguintes elementos:

a) As máquinas presentes no "chão da fábrica" e quais são operadas pelos marceneiros;

b) As outras profissões que coexistem e colaboram na produção com o marceneiro;

c) As diferentes tarefas do marceneiro.

Por fim, considerou-se igualmente fundamental a recolha e análise documental de fontes secundárias, que se consideraram relevantes para caracterizar tanto o tecido produtivo local como a população em estudo (marceneiros), bem como localizar os diversos atores de interesse para chamar a participar no estudo. Esta análise documental em conjunto com as entrevistas aos diversos sujeitos no campo permite também perceber as diferentes iniciativas, projetos e políticas presentes no tecido produtivo local que influenciam direta e indiretamente e positiva e negativamente a (des)valorização da ocupação de marceneiro. Neste sentido, explorararam-se vários documentos recolhidos através de pesquisas e recomendações dos diversos sujeitos entrevistados. Os documentos analisados apresentam-se sintetizados no Anexo 1.

2.3. Análise de dados

A técnica de análise de dados que utilizamos com maior itensidade neste estudo foi análise do conteúdo das narrativas das entrevistas individuais e dos grupos focais. Consideramos os sujeitos do campo em três distintas categorias: marceneiros, organizações locais e setoriais e empresas. Procurámos não só descrever o fenómeno, mas também "descobrir as suas co-variações ou associações" e perceber as "relações de causalidade/de interpretação das dinâmicas sociais em estudo" (Guerra, 2006: 69).

Seguindo as sugestões metodológicas de Guerra, e uma vez que se trata de um estudo exploratório, após a identificação das problemáticas e temáticas presentes e construídas no corpus textual dos grupo focal e das entrevistas individuais, consideramos pertinente proceder à sinopse da entrevista. Neste sentido, procurou-se, nesta sinopse, manter o discurso dos participantes citando-os, de modo a conhecer a totalidade do discurso,

facilitar as comparações intra e intergrupal e reduzir o material para um corpus central (idem: 73).

Uma vez realizada a sinopse, e identificadas as principais problemáticas apresentadas pelos participantes do grupo focal e das entrevistas, procurou-se realizar a construção das relações entre sujeitos, onde organizamos os seus discursos a partir de relações de oposição (valorização e desvalorização) (Vala, 1986), o que ajuda a evidenciar contrastes significativos entre categorias, experiências ou posições sociais, revelando não apenas diferenças empíricas, mas também lógicas simbólicas, relações de poder e hierarquias latentes. Esta abordagem analítica ganha densidade teórica quando articulada com a sociologia relacional de Bourdieu, que propõe que os fenómenos sociais só podem ser plenamente compreendidos enquanto posições relativas dentro de campos estruturados por relações.

Para operacionalizar esta abordagem indutiva e relacional à análise dos dados foi utilizado o software NVivo, que permitiu organizar, explorar e codificar sistematicamente as entrevistas. A dimensão de análise para a codificação foi o parágrafo, porque este nível permite captar o conteúdo explícito quanto o implícito em que o significado se insere, possibilitando a identificação de nuances, contradições e articulações entre ideias, que seriam perdidas numa análise mais fragmentada (como na linha ou frase isolada). Análisamos as narrativas através de códigos referentes à valorização e desvalorização e as suas diversas dimensões, presentes no Anexo X,

A nossa análise (como deixamos manifesto no Anexo 2) estrutura a (des)valorização não apenas como um processo binário (valorização vs desvalorização), mas também como um processo tridimensional. Esta tridimensionalidade corresponde aos três eixos identificados de forma recorrente na literatura, estando representados pelos três subcapítulos do capítulo I deste trabalho. No entanto, a abordagem a estas três dimensões não deriva apenas de categorias analíticas prévias, emergem também de forma indutiva a partir do discurso dos entrevistados, naquilo que é a especificidade da ocupação e do setor que veiculam nas perceções e representações de (des)valorização nos planos técnico, simbólico e material. A distinção entre perceções externas e internas, isto é, entre representações atribuídas por outros sujeitos e aquelas

internalizadas pelos próprios entrevistados, revelou-se igualmente central para captar a complexidade dos processos analisados.

Neste sentido, foi possível perceber que dinâmicas de (des)valorização são identificadas pelos diferentes sujeitos no campo, quais as que têm mais peso nos seus discursos, mas também perceber o quanto destas dinâmicas já se encontram internalizadas.

A estrutura analítica do construída no programa NVivo possibilitou ainda uma comparação sistemática entre os discursos dos diferentes grupos (marceneiros, organizações setoriais e territoriais e empresas), permitindo evidenciar convergências, contrastes e assimetrias na forma como a ocupação de marceneiro é percebida, experienciada e representada.

No total das 5 entrevistas semiestruturadas e do Grupo Focal realizados foram codificadas 363 referências distribuídas da seguinte forma: 84 nas empresas, 145 nas organizações locais e setoriais e 134 entre os marceneiros. A análise dos dados iniciou-se com uma abordagem global, considerando todas as referências codificadas sem distinção entre grupos, o que permitiu identificar tendências gerais e padrões mais amplos no corpus do texto. Contudo, desde cedo percebemos que essa leitura global precisava de ser complementada por uma análise diferenciada de cada grupo de sujeitos do campo, de forma a captar as perceções ou representações veiculadas nas narrativas específicas, articulando o contexto e o significado que os entrevistados atribuem a cada categoria. Assim, embora a análise estatística das referências codificadas forneça uma base objetiva e comparável entre grupos, esses números, isoladamente, não captam a complexidade das dinâmicas sociais em questão. O verdadeiro valor da análise advém da articulação com a dimensão interpretativa, na qual se exploram sentidos, relações de poder, lógicas simbólicas e experiências concretas evocadas pelos entrevistados ao abordar as dimensões em estudo. Importa ainda referir que um dos principais desafios da nossa codificação foi o facto de, em diversas passagens, uma mesma passagem da entrevista poder enquadrar-se em mais de uma dimensão. Esta característica deve-se à forte inter-relação entre as três dimensões de (des)valorização, o que exige cautela na interpretação e reforça a necessidade de uma leitura mais contextual e integrada do material.

Por fim, torna-se importante considerar a triangulação metodológica como a fase final da nossa análise de dados, com o objetivo de reforçar a validade, riqueza e profundidade interpretativa da investigação. A triangulação consistiu no cruzamento das múltiplas fontes e técnicas de recolha de dados, permitindo uma compreensão mais robusta e contextualizada do fenómeno em análise: os processos de valorização e desvalorização simbólica, técnica e material da ocupação de marceneiro. Desta forma, foi possível confrontar discursos organizacionais, discursos e experiências dos trabalhadores, práticas observadas no terreno e registos oficiais do setor.

2.4. Reflexões éticas

A abordagem metodológica adotada neste projeto, de carácter qualitativo, maioritariamente indutivo, exploratório e relacional, levanta um conjunto de implicações éticas relevantes que exigem uma atenção constante ao longo de todo o processo investigativo. Uma das principais preocupações prendeu-se com a proteção dos marceneiros no seu contexto de trabalho, razão pela qual a sua identificação e contacto foram mediados pelo CFPIMM. Esta mediação teve como objetivo evitar eventuais constrangimentos junto das entidades patronais, garantindo um maior grau de segurança e confiança para os participantes. Adicionalmente, a confidencialidade destes participantes foi assegurada em todas as fases da investigação.

No caso das entrevistas semiestruturadas realizadas a representantes de organizações locais e setoriais (como autarquias, associações empresariais ou centros de formação), optou-se pela não aplicação do princípio de anonimato e confidencialidade no que concerne à organização que representam, mas aplicou-se relativamente à sua identidade pessoal, uma vez que estes interlocutores participaram na qualidade de representantes institucionais e não enquanto sujeitos privados. O conteúdo das entrevistas incide sobre estratégias, políticas, discursos públicos e decisões coletivas, e não sobre vivências pessoais, o que reduz substancialmente os riscos éticos habitualmente associados à exposição individual. Acresce que a visibilidade das posições institucionais é, neste caso, relevante do ponto de vista científico e social, na medida em que permite atribuir responsabilidade, contextualizar decisões e

identificar posicionamentos formais no tecido produtivo local. Ainda assim, todos os participantes foram informados previamente sobre esta opção, tendo consentido de forma livre e esclarecida a utilização das suas declarações com identificação institucional explícita.

A minha inserção profissional na indústria do mobiliário constituiu um elemento relevante para o desenvolvimento desta investigação, proporcionando um acesso privilegiado ao campo de estudo e facilitando o estabelecimento de relações de confiança com os participantes. Contudo, esta dupla posição enquanto investigadora e profissional do contexto industrial exige uma reflexão constante sobre a manutenção da distância analítica e a prevenção de possíveis vieses interpretativos. Considerou-se, portanto, fundamental um exercício contínuo de reflexividade, que incluiu o confronto de interpretações com supervisores e pares.

Por último, "tornar o invisível visível" é uma das responsabilidades éticas de qualquer investigador. Nesta investigação passou por procurar dar visibilidade a uma ocupação tradicionalmente desvalorizada, comprometendo-nos a contribuir para a valorização crítica do trabalho manual qualificado, sem falar em nome dos trabalhadores, mas construindo conhecimento com base nas suas experiências e perspetivas. Mas esta visibilidade deve também considerar as questões de justiça na investigação científica, envolvendo uma ciência aberta. Neste sentido, consideramos essencial a apresentação dos nossos resultados aos diferentes participantes do nosso estudo.

CAPÍTULO III. AS DINÂMICAS DE (DES)VALORIZAÇÃO DOS MARCENEIROS NO CAMPO EM ANÁLISE.

1. O mapa institicional do tecido produtivo de Paredes no setor do mobiliário

O primeiro passo desta investigação passou por identificar as organizações presentes no tecido produtivo e caracterizá-las ao nível das iniciativas, projetos e medidas que influenciam direta ou indiretamente a ocupação de marceneiro e as suas práticas relativamente aos processos de valorização e desvalorização.

A Câmara Municipal de Paredes afirma apostar na promoção do impacto económico e cultural da indústria do setor do mobiliário e do desenvolvimento das artes em madeira no território, tendo desenvolvido um programa de valorização inclusiva das Artes em Madeira. Neste contexto organiza o Bienal Internacional das Artes em Madeira no Município, que integra um conjunto de exposições de esculturas, desenho e pintura, visitas guiadas ao tecido industrial, encontros de contadores de histórias, espetáculos de expressão artística sobre o universo das madeiras oficinas, bem como seminários com empresários e trabalhadores do setor.

Esta organização aposta também no turismo industrial, onde no roteiro de visita se encontram diferentes tipos de empresas: produtores de cadeiras, produtores de mobiliário moderno, empresas de diferentes dimensões, uma oficina de marcenaria, trabalho de talha e esculturas em madeira. Também o CFPIMM se integra neste roteiro. O objetivo da Câmara Municipal com esta iniciativa é explorar a diversidade de contextos produtivos em Paredes, onde é possível encontrar fábricas modernas e oficinas tradicionais focadas no trabalho em madeira. Além disso, é importante salientar a parceria desta organização com o Lab2PT na dinamização do projeto *Art on Chairs* (2014) que visou a criação de uma marca local em Paredes, promovendo a indústria do mobiliário através do design, criatividade e eventos internacionais, de modo a alavancar a elevação do posicionamento das empresas, dar notoriedade às mesmas e ao município e afirmar a região como referência em mobiliário de qualidade.

A AIMMP foi fundada em 1957 com o objetivo de servir empresas e empresários, na representação, defesa, apoio e promoção das indústrias da Madeira e do Mobiliário. A atuação da AIMMP abrange cinco fileiras estratégicas deste setor, a saber: 'Pasta de papel, papel e cartão', 'Cortiça e suas obras', 'Madeira e suas obras', 'Mobiliário de madeira' e 'Produtos químicos resinosos'. No setor do mobiliário em Paredes, a influência da AIMMP manifesta-se, desde logo, através do Contrato Coletivo de Trabalho celebrado com a SETACCOP, o sindicato que representa os trabalhadores do setor. Este instrumento jurídico regula as relações de trabalho, em matérias fundamentais para a análise que aqui nos ocupa, como a estrutura salarial, os regimes de formação e os estatutos profissionais, nomeadamente de aprendizes e estagiários.

Adicionalmente, a AIMMP estabeleceu um protocolo de colaboração com o IEFP que viabilizou a criação do CFPIMM no qual detém representação tanto no Conselho de Administração como na Comissão de Fiscalização. Para além destas iniciativas, a organização é também responsável pela dinamização de vários projetos de apoio às empresas do setor, destacando-se o *Inter Wood & Furniture*, centrado na promoção das exportações, e o *Qualify Wood & Furniture*, orientado para o reforço das qualificações profissionais. A nível internacional, a AIMMP participa em projetos colaborativos com organizações congéneres, como é o caso do *Bolster-Up II*, promovido pela FETCM, que visou a caracterização de várias ocupações no âmbito da indústria do mobiliário, incluindo a de marceneiro. Esta organização desenvolveu, ainda, um diagnóstico de atratividade do setor para os jovens, do qual resultou uma proposta de intervenção para o território, que consiste na revitalização da imagem do setor e a sua promoção entre os jovens. Por fim, a AIMMP assume igualmente um papel ativo na organização e divulgação de feiras e eventos, tanto a nível nacional como internacional, com o objetivo de promover e valorizar as empresas portuguesas do setor do mobiliário.

A APIMA, fundada mais recentemente, em 1984, foca-se especificamente na Indústria do Mobiliário e da Fileira da Casa com o objetivo de promover a competitividade deste setor. Neste sentido, esta organização integra redes setoriais internacionais, como a European Furniture Manufacturers Federation (UEA) e a World Furniture Confederation (WFC). Em 2008, a APIMA cria a marca *INTERFURNITURE* como uma plataforma

estratégica de internacionalização, que visa colocar o mobiliário português no mapa global, através de ações coordenadas de promoção, feiras e missões empresariais, contribuindo para o crescimento das exportações e para o reconhecimento da qualidade da produção nacional. No *Diagnóstico à Indústria de Mobiliário em Portugal: Lean e Indústria 4.0* realizado pela APIMA (2024), foi explorada a questão do envelhecimento da mão de obra e falta de renovação que põe em perigo a sustentabilidade do *know-how* especializado da indústria, como por exemplo aquele que é detido pelos marceneiros.

O Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços (SETACCOP) é responsável por representar os trabalhadores da Indústria do Mobiliário, bem como os trabalhadores de outros setores, tal como a sua designação indica. A atuação desta organização no setor do mobiliário em Paredes passa sobretudo pela defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores através da negociação e atualização de instrumentos de regulamentação coletiva, neste caso, o Contrato Coletivo assinado com a AIMMP. No último CCT (agosto de 2024) os marceneiros foram colocados no grau de Oficial que lhes garante o nível 3 de qualificação e um salário base de 870€.

O CFPIMM foi fundado em 1987 e tem como foco de atuação a formação dos Recursos Humanos das Indústrias da Madeira e Mobiliário. Esta organização localiza-se em Lordelo, Paredes e é responsável pelas formações especializadas do setor. Em 2023, desenvolveu um estudo juntamente com a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP) para diagnosticar as necessidades de qualificações e competências do setor, onde foi reconhecida a necessidade da alteração de título de marceneiro para técnico/a de marcenaria, o que significaria a passagem de nível 2 de qualificação para nível 4. Após este estudo, o CFPIMM desenvolveu uma formação correspondente ao 12º ano para jovens até aos 25 anos, que funcionará pela primeira vez no ano letivo de 2025/2026 de técnico/a de marcenaria e carpintaria com nível 4 de qualificação. No entanto, no Centro Qualifica desta organização a obtenção de certificação profissional para os marceneiros apenas é classificada com o nível 2 de qualificação.

2. Marceneiros tipo e marceneiros em contexto real de trabalho: processo de (des)valorização a partir das tipologias da ocupação e da formação

Um dos objetivos desta investigação passou por entender o que é, o que faz e como se transformou o marceneiro na atualidade, compreensão essencial para perceber as dinâmicas atuais de (des)valorização no tecido produtivo em análise.

Do ponto de vista institucional, o projeto Bolster-Up II visou a elaboração de perfis europeus mutuamente reconhecidos a nível das qualificações e competências nas ocupações no setor industrial de mobiliário, nomeadamente o estofador, o carpinteiro e o marceneiro. Participaram no projeto 9 países como Bélgica, Bulgária, Croácia, Itália, os Países Baixos, Portugal, Roménia, Espanha e Suécia e foram definidos dois perfis distintos de marceneiro. Estes dois perfis profissionais estão extremamente relacionados com o tipo de produção (produção à medida, em pequenas séries ou em massa) e o tipo de máquinas envolvidas (seja trabalho unicamente manual, máquinas de padrão individuais, máquinas combinadas, ou estações de processamento (semi)automatizadas) (FETCM, 2020), dependendo em grande parte do contexto organizacional onde o marceneiro se encontra.

O *marceneiro artesão* coexiste em contextos de produção personalizada e/ou em série e combina o trabalho manual com máquinas individuais e máquinas combinadas. Desta forma, o trabalhador tem um perfil mais geral e polivalente, sendo capaz de produzir a peça do início ao fim, através da utilização de várias ferramentas e máquinas. Isto exige do marceneiro um profundo conhecimento das diferentes máquinas, materiais, técnicas, estilos e desenhos e permite-lhe disponibilizar uma maior atenção às exigências do cliente e à qualidade do produto final.

O *marceneiro operador* existe em contextos onde predomina a mecanização, desde as máquinas individuais às estações de processamento, estando presente sobretudo na produção em massa, mas também na produção em pequenas séries se esta se encontrar num contexto de relativa automatização. Sendo assim, este perfil de marceneiro

trabalha de forma especializada, em tarefas singulares numa etapa específica da produção com a assistência de softwares próprios.

Como já discutimos noutro contexto, o perfil de marceneiro artesão descrito no relatório do Bolster-Up II apresenta muitas características do modelo de trabalho artesanal enunciadas por Mills (1969) e Sennett (2009), uma vez que exige do trabalhador saberes que lhe conferem autonomia e responsabilidade na execução do seu trabalho. No entanto, como mencionamos, esta autonomia não é completa, sendo que todo o processo criativo e produtivo é influenciado não só pelas exigências do cliente, mas igualmente respeito pela eficiência de custos e tempo (Ribeiro Cruz & Parente: 11). Este facto tem consequências diretas no sentimento de realização proveniente do trabalho "bem feito" como descrito por Sennett, uma vez que a tensão entre a qualidade e a eficiência económica compromete a autenticidade do trabalho artesanal alienando objetiva e subjetivamente o trabalhador e a sua relação com o trabalho (Mills, 1969: 224; Ribeiro Cruz & Parente: 11). Acrescentamos ainda que, neste perfil o marceneiro artesão não se limita a repetir tarefas mecânicas, mas também "planeia, escolhe materiais, ajusta ferramentas e supervisiona todas as fases da produção", revelando uma articulação constante entre pensamento e ação, um dos elementos fundamentais para o modelo de trabalho artesanal descrito por Sennett (Ribeiro Cruz & Parente: 11; Sennett, 2009).

Em contraste, o perfil de marceneiro operador aproxima-se do que Sennett e Mills descrevem como o modelo de trabalho industrial moderno, onde o marceneiro já não é capaz de executar todas as tarefas da produção de uma peça do início ao fim, mas foca-se sim na execução e especialização em tarefas específicas, onde o seu trabalho é progressivamente fragmentado, perdendo a sua autonomia e criatividade. O marceneiro operador, deixa de contribuir com o seu conhecimento sobre diferentes materiais, técnicas e estilos e limita-se a receber ordens e a produzir seguindo métodos e procedimentos predefinidos, perdendo progressivamente a componente intelectual e reflexiva do seu trabalho, o que desqualifica o marceneiro, bem como o seu trabalho.

Da mesma forma, o Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ) (ANQEP, 2025) também distingue dois perfis distintos de marceneiros. O *Artesão/ã das Artes e Ofícios em*

Madeira - Marceneiro/a Embutidor/a[9] é que designa um perfil específico de marceneiros que trabalham em oficinas artísticas, ateliês ou produção customizada, seguem um modelo artesanal pleno, em que o trabalhador é criador e executor do objeto, com preocupação estética, cultural e técnica e corresponde ao nível 4 de qualificações. O/A *Marceneiro/a*[10] remete para um perfil que coloca o trabalhador na articulação entre trabalho manual e utilização e operação de máquinas (semi)automáticas, em que este tem de ser capaz de analisar desenhos e especificações técnicas, selecionar materiais, máquinas e ferramentas, de plantear[11] as peças, folhear, encabeçar, lixar, montar as peças e ainda executar trabalhos simples de talha e embutidos.

Torna-se evidente que tal como no perfil de *Marceneiro Artesão* do projeto Bolster-Up II, no perfil de *Artesão/ã das Artes e Ofícios em Madeira* do CNQ predominam características como autonomia e reflexividade sobre o processo de produção, bem como uma forte ligação entre pensamento e ação, tal como no modelo de trabalho artesanal de Sennett através da interação entre processo criativo e trabalho manual. Aqui o trabalhador não é apenas responsável pela assemblagem e produção de um móvel, mas de todo um projeto produtivo de conceção e idealização de construção de uma ou mais peças de mobiliário. O perfil de *Marceneiro/a* do CNQ é o mais comum utilizado pelo setor (industrial) do mobiliário e coloca o marceneiro na base da produção industrial com a classificação de nível 2 de qualificações. Esta categorização contrasta com o que encontramos no perfil do *marceneiro operador* do Bolster-UP II, pois o marceneiro (CNQ) não é unicamente responsável por uma fase da produção, como o *marceneiro operador*, mas por um conjunto mais alargado de tarefas, que incluem a preparação, execução e montagem das peças, bem como a operação e regulação de máquinas. Ainda que o seu trabalho seja enquadrado por especificações técnicas e orientações pré-definidas, este perfil exige conhecimentos e competências que vão

[9] Disponível em https://catalogo.anqep.gov.pt/qualificacoesDetalhe/7203
[10] Disponível em https://catalogo.anqep.gov.pt/qualificacoesDetalhe/137
[11] Desenhar a planta de (construção), in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, https://dicionario.priberam.org/plantear.

além da simples repetição mecânica de tarefas, nomeadamente a interpretação de desenhos técnicos, a seleção de materiais e a identificação de defeitos no processo produtivo.

O CFPIMM desenvolverá no ano letivo de 2025/2026 uma formação de Técnico/a de Marcenaria e Carpintaria que apresenta um perfil semelhante ao perfil de Marceneiro introduzido pelo CNQ. Além das tarefas anteriormente mencionadas, os marceneiros formados pelo CFPIMM serão também capazes de desenvolver os seus próprios desenhos técnicos, programarem as máquinas que operam, incluindo máquinas CNC, executar e, por fim, montar e assentar estruturas de carpintaria, sobretudo portas e janelas, segundo informações dadas pelo/a entrevistado/a do CFPIMM.

Considera-se, portanto, no que respeita ao perfil profissional de marceneiro, emergem incongruências significativas no modo como diferentes organizações enquadram o nível de qualificações associado a esta ocupação. O CFPIMM, enquanto entidade de referência na formação para o setor, atribui ao curso de Técnico/a de Marcenaria e Carpintaria o nível 4 de qualificação, o que corresponde a uma formação técnico-profissional mais avançada. Em contraste, no âmbito do sistema de reconhecimento de competências do Centro Qualifica, como no CNQ, o perfil de Marceneiro surge classificado com nível 2, associado a competências básicas e menos valorizadas no quadro das qualificações nacionais. No entanto, o perfil descrito para o marceneiro no CNQ exige, de forma explícita competências técnicas avançadas, como interpretar desenhos técnicos, plantas e modelos em detalhe, executar traçagens em escala natural, aplicar operações de geometria e metrologia, regular máquinas complexas, operar equipamentos automáticos e semi-automáticos, além de dominar técnicas de talha e embutidos e conhecer diversos estilos de mobiliário, processos de construção, tipologias de madeira e derivados. Além disso, neste perfil o marceneiro assume, ainda, a capacidade de tomada de decisão e ajustamento, visíveis na exigência de regulação das máquinas, deteção de defeitos e realização de correções ao longo das várias fases de transformação e montagem.

Esta classificação dissonante de nível de qualificação do perfil de marceneiro do CNQ e do Centro Qualifica resulta da ausência de atualização do perfil, que permanece

inalterado desde 2008, e evidencia a incapacidade do CNQ em acompanhar as transformações e a crescente complexidade da ocupação de marceneiro. A manutenção de um nível de qualificação desatualizado contribui para a desvalorização simbólica da ocupação, reforçando perceções sociais de inferioridade do trabalho manual e perpetuando a invisibilidade do saber-fazer técnico e artesanal acumulado ao longo de décadas, o que limita também o reconhecimento formal das competências dos trabalhadores, fragilizando a sua posição na negociação laboral e na construção de carreiras mais valorizadas. Aplicando a perspetiva de Bourdieu, no caso dos marceneiros mais velhos do tecido produtivo em análise, as competências e os conhecimentos são adquiridos predominantemente através de aprendizagem informal, transmissão oral e prática quotidiana, caracterizando-se por um capital cultural incorporado, isto é, um saber-fazer internalizado que não se encontra formalizado em diplomas ou certificações (Bourdieu, 2008). Porém, no campo produtivo que analisamos, apenas o capital que é reconhecido formalmente, como qualificações oficiais e certificadas, se traduz em capital simbólico com capacidade de legitimar socialmente o estatuto do trabalhador. Ao contrário de outros profissionais que competem no campo com os marceneiros, como designers e arquitetos, que usufruem de elevado reconhecimento qualificacional e de formação superior consolidada, os Marceneiros, apesar de deterem competências complexas e especializadas, encontram-se em desvantagem estrutural, uma vez que seu capital cultural, adquirido sobretudo de forma informal, não é traduzido em reconhecimento oficial nem em prestígio social, limitando a sua posição e autoridade no campo profissional.

Esta disparidade pode também acentuar tensões já existentes entre diferentes gerações de trabalhadores, colocando os marceneiros atuais em desvantagem não só relativamente a outros profissionais do setor, mas também para com os jovens que entram agora no mercado de trabalho. Por um lado, os jovens que entram no setor através da via formativa formal são detentores de um diploma correspondente a um capital de qualificação mais elevado, que os deveria legitimar social e profissionalmente, ainda que nem sempre reconhecido pelo mercado de trabalho. Por outro, os trabalhadores mais antigos, cuja aprendizagem se deu sobretudo pela experiência

prática e pela transmissão oral de saberes, veem a sua trajetória desvalorizada perante classificações institucionais que não reconhecem plenamente o valor acumulado do seu saber-fazer.

Deste modo, a coexistência de diferentes referenciais de qualificação tende a reforçar conflitos geracionais, onde os mais jovens podem percecionar os mais velhos como "não qualificados" em termos formais, enquanto os mais antigos podem ver reforçada a sua ideia já existente de que o sistema nacional de qualificações surge como uma imposição externa que ignora a centralidade da experiência no exercício ocupacional destes trabalhadores.

Um outro aspeto importante a reter é a articulação do perfil do marceneiro com o perfil de carpinteiro, que foi mencionada pelo CFPIMM. Tanto no perfil profissional, título ou designação da ocupação como nas tarefas/atividades vinculadas aos futuros formandos da formação de Técnico/a de Marcenaria e Carpintaria, como ao longo da entrevista com ao representante do CFPIMM, fica claro que a organização defende a articulação de ambos os perfis. O entrevistado do CFPIMM justifica esta articulação com a crescente adoção, pelas empresas do setor, de projetos 'chave na mão' articulados com gabinetes e arquitetura e construtoras, que exigem a produção de elementos de carpintaria e, consequentemente, um alargamento das competências dos marceneiros nesta área.

> *Porque muitas marcenarias, […] neste momento também fazem muito trabalho de carpintaria. […] Cada vez mais, ou seja, por isso mesmo é que o nosso curso, e depois até lhe vou mostrar o nosso curso que nós temos neste momento e estamos a divulgar o curso de marcenaria e carpinteiro. […] Cada vez mais o marceneiro também é carpinteiro. As marcenarias a partir do momento em que começaram a fabricar mobiliário de hotelaria, o mobiliário de hotelaria é mobiliário à medida. Cada hotel é um caso. Até dentro do próprio hotel existem espaços diferenciados. Ou seja, as empresas tiveram de se adaptar também a essa realidade. Há marcenaria, há carpintaria, feita à medida do espaço. [Entrevista O6]*

No entanto, é fundamental salientar que em todos os perfis, sejam do CNQ sejam do Bolster-Up II, o perfil de marceneiro e o perfil de carpinteiro aparecem como perfis completamente distintos. Um dos representantes das empresas entrevistadas (E7)

menciona o Marceneiro em oposição ao carpinteiro no sentido em que o Marceneiro efetua um trabalho mais detalhado, refinado e preciso, enquanto o carpinteiro se ocupa com estruturas mais brutas e funcionais:

> *Carpinteiro, marceneiro é quase da mesma área, só que marceneiro é sempre mais elegante, faz o trabalho mais perfeito. Mas isto aqui no carpinteiro* ***(fala enquanto aponta para um guarda-corpos simples****, isto aqui é de trabalho de carpintaria. Está ligado à marcenaria também. Isto aqui* ***(fala enquanto aponta para um guarda-corpos e corrimão extremamente elaborados)****, o carpinteiro já não faz muito, e isto aqui é mais o marceneiro, que é o trabalho muito mais elaborado. Isto aqui trabalha quase 100% marceneiro. [Entrevista E7]*

Acrescentamos ainda que um dos marceneiros refere um episódio com um engenheiro na sua empresa que titulava os marceneiros de carpinteiros: "Olha, nós tínhamos lá um engenheiro que nos chamava carpinteiros". Esta fala evidencia de forma latente o sentimento de desvalorização por parte dos marceneiros ao serem lesados na sua identidade profissional, pois esta confusão ignora as especificidades técnicas e simbólicas de ambas as ocupações.

Ao longo das entrevistas tanto os marceneiros entrevistados, como os representantes das organizações entrevistadas, como o representante da Empresa 1 também mencionam dois tipos opostos de marceneiros. O *Marceneiro Montador* é descrito pelos entrevistados pelo tipo de marceneiro mais comum na atualidade:

> *"Numa fábrica, hoje em dia, o que é que nós chamamos de marceneiro numa fábrica atualmente? Atualmente, nós damos o nome do marceneiro basicamente a um montador de móveis" [Entrevista M3]*

Este perfil existe sobretudo em contextos industriais mecanizados e com sistemas automatizados, em médias e grandes empresas, sendo apenas responsável pela montagem e assemblagem das peças em fábrica e visto como um "complemento da máquina":

> Agora, médias, grandes empresas. Já não são marceneiros, nem carpinteiros, já são montadores (…) é só meter cavilhas, encaixar e está feio *(Entrevista O6).*

O Marceneiro que é descrito pelos entrevistados como o "verdadeiro" marceneiro está presente em pequenas empresas, oficinas tradicionais, ou em empresas maiores na execução de protótipos, sendo capaz de realizar todas as tarefas do processo produtivo da peça, "desde tirar medidas, encomenda o material, o material vem, ganha as máquinas todas, monta tudo" (Entrevista ao CFPIMM), realizando um trabalho com um maior nível de dificuldade e complexidade.

Neste contexto, o marceneiro não se ocupa apenas em com a produção, mas também com a construção de peças únicas através de imagens de inspiração, de forma a concretizar os sonhos dos clientes: "E a forma de um trabalho é o cliente mandar uma foto de inspiração e nós realizamos o sonho dele" (Entrevista ao representante da Empresa A).

Os três marceneiros entrevistados argumentam que este tipo de perfil de marceneiro, sendo capaz de produzir qualquer tipo de peça de mobiliário, muito dificilmente é substituído por uma máquina, uma vez que este executa tarefas elaboradas e delicadas. No entanto, os entrevistados unânimes em mencionar que este perfil de marceneiro é cada vez mais raro, sendo um grupo cada vez mais envelhecido.

É importante salientar que encontramos várias contradições no discurso dos marceneiros entrevistados. Apesar de mencionarem que na atualidade é mais comum a existência do Marceneiro "Montador", quando questionados se os mesmos se consideravam enquadrados nesta tipologia de marceneiro, a resposta que obtivemos foi negativa, tendendo a identificar-se com o "Verdadeiro Marceneiro", o que é, de alguma forma, confirmado pela análise que fizemos dos seus percursos profissionais:

Relativamente ao M1[12] percebeu-se que apesar de, à primeira vista, este marceneiro se identificar com o tipo de trabalho mais centrado na montagem, o seu discurso revela, ao longo da entrevista, uma prática ocupacional que ultrapassa a simples assemblagem: "Eu estou mais do tipo montagem. Se for para cortar, folhear ou algo assim, também vou, mas menos vezes. A maior parte é na montagem, claro". A sua experiência

[12] Para informações sociodemográficas rever tabela 5

profissional inclui também o domínio de técnicas manuais como o uso intensivo da tupia[13], que, segundo o próprio, "é todos os dias, é quase a toda a hora", sublinhando a centralidade deste tipo de operação manual com o apoio de máquinas portáteis/de mesa no seu trabalho quotidiano. Para além disso, o marceneiro destaca os limites das tecnologias automatizadas como a CNC, mencionando que há "certas coisas que a CNC não faz", sobretudo no que diz respeito a detalhes e acabamentos personalizados.

Estas afirmações revelam uma prática que exige conhecimento técnico, sensibilidade manual e capacidade de resposta a projetos personalizados. Esta ideia é ainda reforçada quando o entrevistado M1 menciona que a sua empresa passou a atuar num nicho de mercado especializado, onde são procurados por projetos personalizados a partir de fotografias ou ideias de clientes: "Fomos os primeiros a mudar para o moderno. Mas depois fomos trabalhando para um nicho do mercado que é personalizado." Assim, embora o discurso inicial possa remeter para o perfil de marceneiro montador, a descrição das suas tarefas e competências revela uma prática muito mais próxima do que os entrevistados definem como o "verdadeiro" marceneiro.

O entrevistado M2 descreve a sua atividade como profundamente variada e polivalente: *"É um bocadinho de tudo. (…) Todos os dias são diferentes. Posso, num dia, estar a cortar; noutro, a montar; noutro, a trabalhar com pedra acrílica; noutro ainda, na serralharia"*. Apesar de exercer funções numa empresa com algum grau de mecanização e automatização, o seu trabalho é marcado por uma grande diversidade de tarefas e pela execução de projetos personalizados com elevado grau de complexidade técnica e manual. Esta versatilidade traduz-se numa prática que exige a articulação de múltiplos saberes, domínio de diversas técnicas e capacidade de adaptação constante. Tal como no caso anterior, a prática descrita aproxima-se significativamente da figura do "verdadeiro" Marceneiro, aquele que realiza a peça do início ao fim, com atenção ao detalhe e capacidade de produzir objetos únicos, indo além da mera execução de tarefas segmentadas. A sua realização profissional – *"Sinto-me bem, sinto-me realizado, porque*

[13] uma ferramenta de marcenaria usada sobretudo para arredondar cantos, cujo uso exige controlo manual do marceneiro,.

não tenho dois dias iguais" – reforça a ideia de que este tipo de trabalho, embora inserido num contexto industrial, preserva dimensões essenciais do modelo artesanal, promovendo um sentido de identidade profissional e valorização do ofício.

O entrevistado M3 relata um percurso profissional distinto e particular, que teve início na produção, com passagem por diferentes etapas do processo – "Já estive na montagem, já estive no corte" – e que evoluiu para uma posição mais administrativa e de gestão de projetos: "Agora fui encaminhado mais para a parte administrativa, para a parte de clientes, para a parte de projetos (…) estou mais nessa área". Apesar de atualmente não estar diretamente envolvido na produção, o próprio destaca que este afastamento foi involuntário e que continua a valorizar o trabalho prático: "Já, infelizmente, sim, saí da produção, que gostava. É uma coisa que às vezes...". Esta transição foi ancorada, segundo o próprio, no conhecimento tácito do processo produtivo obtido durante a sua experiência prática, - "Mas comecei na parte de baixo, produção. Na parte de baixo tens conhecimento. Embora que agora não pratique, mas tenho esse conhecimento." – sendo fundamental para o exercício atual das suas funções, permitindo-lhe fazer a mediação entre o cliente, o projeto e a produção.

O seu perfil reflete um tipo de marceneiro que acumula saber técnico com funções de gestão e planeamento, evidenciando uma progressão dentro da própria ocupação. Neste sentido, este trabalhador representa um exemplo misto entre o saber fazer artesanal e a coordenação produtiva, demonstrando como o conhecimento prático continua a desempenhar um papel fundamental para o acesso posições que, à partida, parecem mais intelectualizadas. Novamente, pensamento e ação articulam-se mutuamente.

Atendendo à heterogeneidade de perfis descritos, seja a nível institucional, seja a nível individual, decidimos, portanto, observar os marceneiros em situação de trabalho a desenvolverem as suas atividades laborais em duas empresas distintas, a empresa A e a empresa B.

Empresa A, uma pequena oficina artesanal de mobiliário clássico

A empresa executa esculturas, restauro, peças de decoração e peças de mobiliário personalizadas e em estilos Luís XV, D. Maria, D. José, D. João V, Renascence. Trabalham sobretudo a partir da subcontratação, na produção de peças únicas para diversos projetos de empresas maiores da região, que não têm capacidade para produzir este tipo de mobiliário. Trabalham igualmente para gabinetes de arquitetura e para clientes finais. No entanto, o dirigente salienta que no que toca aos clientes finais dificilmente estes são portugueses, sendo comum exportar para a Espanha e Estados Unidos da América.

Neste espaço produtivo trabalham em conjunto um entalhador, um marceneiro e um escultor. O marceneiro é responsável por todas as estruturas em madeira das peças de mobiliário, produzindo-as do início até ao fim, excluindo os trabalhos em talha e escultura. Sendo um contexto artesanal, estão presentes nesta oficina sobretudo máquinas de padrão individual para trabalhar a madeira. Dentro destas, verificamos a existência de máquinas de grande porte fixas, tais como uma esquartejadora[14] e um pantógrafo mecânico[15]. Além disso, o marceneiro utiliza sobretudo ferramentas manuais (como os grampos, esquadros, formões, martelos de madeira, plainas, serrotes e lixas), máquinas manuais portáteis (como tupias, serras tico-tico, lixadeiras, furadoras) e uma máquina de mesa (Serra circular). O seu trabalho é também realizado através de imagens de inspiração, realizando muitas vezes esboços, planos de corte e moldes das peças a executar. O dirigente desta pequena oficina salienta que o foco não reside na produtividade e no lucro, mas sim na realização dos "sonhos dos seus clientes" e, na sua perspetiva, isso só é possível se os trabalhadores tiverem peças verdadeiramente desafiadoras e tempo para se aperfeiçoarem.

Empresa B, uma fábrica com mecanização automatizada com uma produção em pequenas séries e de mobiliário moderno por medida.

[14] Serve para cortar grandes painéis de MDF/aglomerados, onde o operador posiciona manualmente o painel de madeira e empurra ou guia o corte, geralmente usando um carro deslizante.
[15] Usado para reproduzir desenhos ou formas originais mantendo as proporções iniciais.

A empresa reúne cerca de 40 trabalhadores e produz sobretudo em mobiliário moderno por medida "chave na mão", trabalhando sobretudo a partir de subcontratações por parte de ateliês de arquitetura e design e construtoras. Mobila sobretudo espaços de habitação, espaços de comércio e coworkings, em que acabam por trabalhar em projetos de diversas dimensões. Devido à sua maior dimensão, esta é departamentalizada: Departamento Administrativo, Departamento Comercial, Departamento de Compras, Gabinete Técnico, Produção, Polimentos. Ferragens e Embalamento.

No departamento da produção trabalham em conjunto 7 marceneiros, 2 operadores de CNC, 1 operador da orladora, 1 operador da seccionadora, 2 operadores de esquadrejadoras e 1 técnico de folha, revelando uma especialização do trabalho e fragmentação de tarefas num ambiente mais mecanizado. Neste contexto de trabalho, as várias atividades do marceneiro são executadas por diferentes trabalhadores e operadores de máquinas, como o desenho e planeamento da peça, corte, folha, orla e furação, o que tende a indicar uma perda do domínio sobre a totalidade da obra, uma vez que os marceneiros são completamente afastados da operação das estações de processamento com máquinas automatizadas de grande porte, sobretudo as CNC's.

No entanto, os marceneiros, ainda operam algumas das máquinas de padrão individual de maior porte da fábrica, sobretudo quando as peças exigem detalhes minuciosos que as máquinas automáticas não conseguem reproduzir, como a multifuradora manual, a lixadora de topos, tupiadora e calibradora. Além disso, os marceneiros utilizam ainda várias ferramentas ou máquinas portáteis, como lixadeiras, parafusadoras, tupias de mão, plainas e serras tico-tico.

Estes marceneiros trabalham também em constante articulação com os diferentes departamentos da empresa, sendo a marcenaria um dos focos de atenção maiores de formação informal, pois é a partir do conhecimento tácito dos marceneiros com mais experiência que desenhadores técnicos, responsáveis de programação de máquinas e responsáveis por ferragens recorrem frequentemente para esclarecer dúvidas relacionadas com a montagem, viabilidade técnica e detalhes construtivos das peças. Esta articulação constante valoriza o saber prático experiencial acumulado pelos

marceneiros, mesmo num ambiente altamente mecanizado e especializado, conferindo-lhes um papel central na cadeia produtiva, apesar da aparente perda de funções tradicionais. Ao mesmo tempo, essa dinâmica evidencia um certo desfasamento entre o conhecimento técnico digital e o conhecimento prático, exigindo uma constante negociação entre o projeto técnico e a sua exequibilidade na fábrica. Esta dissonância é, muitas vezes, fonte de conflito, causado pela luta pela legitimidade profissional dos diferentes departamentos. Apesar deste contexto, este modelo híbrido é o que permite a flexibilidade e adaptação necessária para a realização de projetos personalizados.

Apesar das caraterísticas enunciadas sobre o processo de trabalho, esta empresa apresenta um espaço na produção reservado para um marceneiro, uma espécie de pequeno ateliê, onde este marceneiro é responsável pelas peças mais exigentes a nível estético e técnico. Ele produz algumas peças sem desenho técnico, orienta os cortes das placas para a esquartejadora, executa todas, ou a maioria, das furações da peça e, por vezes ainda é responsável pelas orlas das peças. Acresce que, este marceneiro é também responsável pela execução de todos os tampos, bancadas, pios e detalhes em pedra acrílica. De acordo com as atividades desempenhadas, este marceneiro além de operar com todas as máquinas que todos os outros marceneiros operam, ele também opera uma prensa pneumática, uma prensa hidráulica e um forno modelar. Esta observação vai ao encontro da descrição que o/a representante da APIMA nos faz onde dentro da mesma empresa existem equipas distintas para os diferentes tipos de produtos, uma para a alta gama e outra para produto estandardizado:

> *Eu tenho um exemplo de uma empresa que trabalhava num segmento de luxo, num segmento de gama muito alta, e ele* [o responsável] *dizia que as pessoas que trabalhavam na marca dele, de segmento alto, não faziam hotelaria, porque na hotelaria era a despachar, e no outro era para cuidar e para ser perfeito. Por isso, ele não queria desabituar as pessoas de fazer bem para fazer rápido.* [Entrevista E6]

A observação direta da ocupação de marceneiro nas empresas e a análise empírica das narrativas dos marceneiros participantes no grupo focal revela a coexistência e, muitas vezes, a sobreposição dos perfis delineados pelo projeto Bolster-Up II, pelo CNQ e pelos

entrevistados pertencentes às organizações setoriais (CFPIMM e APIMA), uma vez que configuram a ocupação de marceneiro com perfis híbridos.

Na empresa A, o marceneiro desempenha, de forma clara, o papel do "verdadeiro marceneiro", de *Marceneiro artesão* do Bolster-Up II 2 e de *Artesão/ã das Artes e Ofícios em Madeira* do CNQ assistindo-se a uma elevada autonomia, domínio técnico de todo o processo e uma prática fortemente ancorada no saber-fazer artesanal e na interpretação criativa das ideias dos clientes. Já na empresa B, embora o contexto industrial e a especialização dos departamentos pareçam sugerir um afastamento do modelo artesanal, o que se observa é uma atividade laboral mais ambígua nos seus traços caracterizadores. Os marceneiros não se limitam à montagem ou à simples execução de tarefas pré-definidas, pelo contrário, continuam a operar diversas máquinas manuais e participam ativamente na resolução de problemas técnicos. Este reconhecimento do saber prático acumulado, aliado à articulação constante com departamentos técnicos, posiciona-os como atores fundamentais na cadeia produtiva. Além disso, a existência de um espaço reservado para um marceneiro altamente especializado dentro da própria empresa B reforça a ideia de que o saber artesanal não desaparece, mas é reconfigurado em nichos específicos, onde o marceneiro encarna um perfil próximo do marceneiro tradicional (o "verdadeiro" marceneiro), assumindo múltiplas funções e trabalhando com materiais, peças e equipamentos que exigem sensibilidade e precisão.

No que se refere à reprodução da mão de obra percebemos que nos últimos anos não existia formação formal direcionada diretamente para marceneiros, cenário que alterar-se-á com a estreia do curso de nível 4 para jovens de Técnico/a de Marcenaria e Carpintaria do CFPIMM para no ano letivo de 2025/2026. Pelo que nos foi indicado pelo CFPIMM, o funcionamento efetivo da formação depende a existência de candidatos inscritos suficientes para a abertura do curso. Esta conjuntura revela que a formação de marceneiros tem sido realizada em contexto laboral, na maior parte dos casos de forma informal, não tendo os trabalhadores de uma certificação das suas competências e qualificações. Todos os entrevistados institucionais, empresariais e marceneiros mencionam a dificuldade de atrair jovens para prosseguir com esta ocupação. Os jovens

tendem priorizar as ocupações ligadas a um percurso mais digital, como tecnologia CNC e desenho técnico, cursos que têm grande procura por parte dos jovens da região em estudo.

3. Os discursos da (des)valorização: uma análise tridimensional

De forma agregada, observa-se que as narrativas dos entrevistados se concentram predominantemente na desvalorização (63,36%), enquanto as referências de valorização representam 36,64% do total. Esta tendência é consistente em todas as dimensões, com um padrão claro: no eixo da desvalorização predominam menções à desvalorização por parte de outrem, enquanto no eixo da valorização sobressaem menções à valorização pelo próprio. De salientar, no entanto, que este padrão pode ser reflexo do efeito Hawthorne (Oswald, Sherratt, & Smith, 2014), segundo o qual indivíduos tendem a modificar o seu comportamento ou perceção sobre si mesmos quando conscientes da observação, valorizando mais as suas próprias ações.

Entre as três dimensões analisadas, a (des)valorização técnica destaca-se como a mais referenciada (46,56% do total), sendo também a única dimensão com distribuição relativamente equilibrada entre os dois vetores em análise, a saber valorização com 23,14% e desvalorização com 23,42%, revelando que o reconhecimento técnico convive com perceções de inferiorização técnica da ocupação.

A (des)valorização simbólica surge em segundo lugar com 33,34% do total de referências, mas aqui a desvalorização (23,42%) supera amplamente a valorização (9,91%). Este dado sugere um peso marcante de estigmas e representações negativas associados à ocupação.

Já a dimensão (des)valorização da relação salarial é a menos referenciada (20,11%), mas também a que apresenta o maior desequilíbrio proporcional entre ambas as vertentes: 16,53% no eixo da desvalorização e apenas 3,58% na valorização. Isto indica que as questões salariais são abordadas sobretudo de forma crítica, com pouco espaço para relatos positivos.

A análise do processo de (des)valorização tendo como referência os grupos de atores, revela dados interessantes.

As empresas apresentam 65,48% de referências de desvalorização e 34,52% de valorização. A sua dimensão mais referenciada tanto no eixo da desvalorização como no eixo da valorização é a técnica, especialmente na desvalorização pelos outros. No sentido oposto, a dimensão menos mencionada é a da relação salarial em ambos os eixos. Isto sugere que, para as empresas, o reconhecimento técnico é central, mas ainda coexistem críticas significativas, e as questões salariais recebem pouca atenção.

As organizações locais e setoriais apresentam 57,24% de desvalorização no total das suas referências e, consequentemente, 42,76% na valorização, a percentagem mais alta dos três grupos. A dimensão mais mencionada no eixo da desvalorização é a simbólica, enquanto a dimensão da relação salarial é a menos mencionada. Por oposição, a dimensão técnica é mais referenciada no eixo da valorização e a dimensão das relações salariais é a menos referenciada, indicando que as organizações enfatizam a perceção social negativa, mas reconhecem a competência técnica de forma mais evidente.

Os marceneiros apresentam 68,66% de referências de desvalorização e 31,34% de valorização. No eixo da desvalorização predomina a dimensão técnica e a dimensão das relações salariais é a menos mencionada. Por outro lado, no eixo da valorização predomina a dimensão técnica, enquanto a dimensão da relação salarial é a menos referenciada. Estes dados podem indicar que o reconhecimento técnico é valorizado internamente, mas o peso da desvalorização ainda é alto.

3.1. A análise da dimensão da relação salarial da (des)valorização

Nesta dimensão analisamos os dados desagregados por grupos de análise juntamente com as narrativas dos diferentes grupos de entrevistados sobre a relação salarial.

A observação do Gráfico 1 mostra genericamente que os marceneiros são aqueles que mais evocam a dimensão das relações salariais: 18,66% das suas referências codificadas dizem respeito à desvalorização na relação salarial, enquanto apenas 2,99% abordam aspetos positivos, totalizando 21,65%. Dentro deste contexto, no que concerne à desvalorização nesta dimensão de análise, os marceneiros em grande parte denunciam

situações onde sentem que são desvalorizados, principalmente em 2 eixos: renumerações e obtenção de formação/ certificação de qualificações.

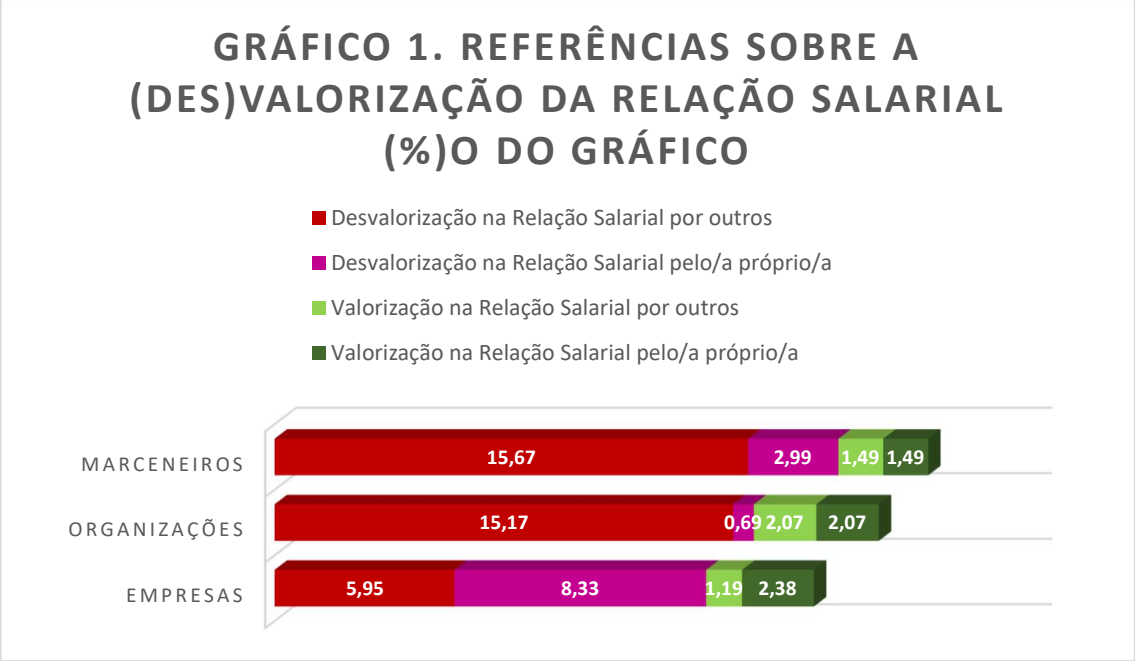


Gráfico 1. Referências sobre a (des)valorização da relação salarial (%)

Fonte: dados recolhidos através das entrevistas realizados no âmbito deste estudo

No que diz respeito ao eixo da renumeração, as referências codificadas mostram que a desvalorização remuneratória não é uma questão pontual, mas sim um traço central da experiência dos marceneiros. Os marceneiros entrevistados referem que, apesar da exigência técnica, física e mental da sua ocupação, os salários revelam-se baixos, com pouca ou nenhuma progressão ao longo do tempo:

> *Um marceneiro, no início de carreira, poderia ir ter um salário base, um salário mínimo, mas, se ele tivesse a ideia de que, daqui a 5 anos, daqui a 10 anos, se eu for bom no que faço, posso atingir um determinado patamar, se calhar, iria sentir vontade [de acreder à ocupação]. Agora, a diferença, como sabem, não é muito grande. Um jovem com 18 anos que vai iniciar uma carreira na marcenaria vai ganhar um salário mínimo, mas, quando adquirir pleno conhecimento, a diferença não é assim tão grande.* [Entrevista M2]

Com isto, o sentimento de injustiça por parte dos marceneiros, pela existência de uma violenta ausência de escalões salariais claros e estruturados dentro das empresas, é também reforçado pela perceção de que outras profissões, mesmo sem experiência prática significativa, acabam por ser melhor remuneradas, apenas por possuírem um diploma ou uma qualificação formal, contribuindo para a perceção de estagnação e ausência de mérito ou progressão baseada em competência. Esta situação alimenta um sentimento de desmotivação e desvalorização individual e coletiva sobre a ocupação.

Além disso, como podemos verificar pela referência colocada, esta política de baixos salários presente nas empresas da região é, na perspetiva dos marceneiros, um dos principais entraves à atração de novos marceneiros aprendizes, pondo, a médio prazo, o futuro da ocupação em risco. Apesar disso, os três marceneiros entrevistados reconhecem que os aprendizes, por ainda se encontrarem em processo de aprendizagem, não devem auferir o salário mínimo, o que revela uma tensão entre a valorização desejada, e a desvalorização internalizada, causada pela realidade económica vivida pelo setor, causada pela crescente competitividade e pela progressiva inflação. Isto porque tanto marceneiros, empresários e organizações reconhecem que as empresas não têm capacidade económica para suportar os custos associados à baixa produtividade de um aprendiz.

Acresce que, os marceneiros revelam também a internalização de justificativas para os baixos salários, associando-os não apenas a fatores internos do setor, mas também a constrangimentos económicos e estruturais mais amplos.

> *"Sim, mas também temos que, e para chegar lá temos de dar o contexto e a forma como se faz um negócio, porque, no fundo, é assim, nós para chegar a esses valores e não tendo tanta produção, nós temos de pôr lá em cima o produto. E depois não temos mercado. Infelizmente…"* [Entrevista M2]

A narrativa deste Marceneiro evidencia uma aceitação parcial da realidade salarial, sustentada pela representação de que a baixa escala de produção e a limitada capacidade de competir no mercado inviabilizam aumentos significativos. Assim, a própria valorização desta ocupação fica condicionada por um entendimento partilhado

e internalizado de que as limitações económicas externas e a estrutura do mercado funcionam como barreiras difíceis de ultrapassar.

A formação da mão-de-obra nesta ocupação é também comprometida pela ausência de um percurso formativo em contextos seja de centros de formação, como já exploramos, seja dentro das empresas. Os marceneiros entrevistados denunciam a superficialidade das ações formativas promovidas pelas empresas:

> *Formação nas empresas? É uma falácia. É obrigatório dar formação, sim, mas o que é que é a formação? Olha… formação de primeiros socorros… Porque depois é assim: o pessoal concorda. Formação, formação, formação… Mas que formação? […] Formação profunda? Isso não existe. E não vai existir.* [Entrevista M3]

Assim, torna-se evidente que os marceneiros manifestam um ceticismo generalizado, considerando a formação empresarial como uma formalidade sem substância, uma "falácia", como qualifica o entrevistado M3, que não contribui efetivamente para o reconhecimento das suas competências. Como veremos adiante, há um sentimento de inferiorização do saber prático, transmitido informalmente entre gerações ou adquirido em contexto de trabalho, em contraste com a valorização social dos diplomas atribuída à qualificação formal obtida em instituições de ensino. Esta situação também obriga a que, muitos dos marceneiros que desejam obter novos conhecimentos e competências se inscrevam em formações do CFPIMM, em horário pós-laboral, acrescentado às horas de trabalho regular e extraordinário, bastantes comuns nas práticas organizacionais locais. Os marceneiros que entrevistamos participam nestas formações para intercalar o conhecimento tácito e tradicional que obtiveram com a experiência do trabalho, com novas competências digitais. No entanto, numa das nossas visitas ao CFPIMM percebemos que, em diversas conversas informais com marceneiros, muitos deles participam em formações do Centro de desenho técnico e CAD 3D, em horário pós-laboral, com o intuito de abandonarem o chão de fábrica e ocuparem cargos nos gabinetes técnicos, sendo a única forma que sentem de poder vir a obter alguma progressão na carreira. Alguns confessaram que se arrependem de não terem prosseguido com os estudos e que esta era a única forma de tentarem evoluir dentro das hierarquias das empresas e da ocupação.

No entanto, se analisarmos as referências dos marceneiros codificadas como desvalorização pelos próprios percebemos que os marceneiros também reproduzem discursos que desvalorizam a formação enquanto ferramenta de desenvolvimento profissional:

> *Formação na marcenaria? Eu acho que é muito importante a formação na mecanização. Na marcenaria em si, é uma aprendizagem diária. É da vontade da pessoa de querer evoluir, de querer aprender.* [...] *Tu podes estar a dar formação para marceneiros, e eles saem e não sabem fazer nada. Não existe uma formação… A formação do marceneiro adquire-se com a vontade dele de querer aprender. E com o tempo.* [Entrevista M2]

Esta contradição torna-se evidente na crença enraizada de que "a verdadeira formação" se adquire apenas com o tempo, com a prática e com a vontade individual de aprender. Tal visão descredibiliza os cursos técnicos, os sistemas de ensino profissional e os programas formativos das empresas como meios válidos de capacitação, alimentando a representação de que muitos formandos saem das formações “sem saber fazer nada”. Assim, perpetuam-se práticas que dificultam a implementação eficaz das formações, contribuindo para a manutenção do ciclo de desvalorização da ocupação, colocando entraves à renovação geracional e à profissionalização sustentada do setor.

No que respeita à valorização da relação salarial, os marceneiros, e todos os entrevistados dos outros grupos de sujeitos analisados, reconhecem a existência de uma certa hierarquia interna, nomeadamente entre o marceneiro montador e aquele que identificam como o “verdadeiro” marceneiro. Contudo, essa diferenciação existente na remuneração, embora reconhecida, é considerada insuficiente para tornar a ocupação mais atrativa. Tal como já foi mencionado, a diferença entre os patamares remuneratórios é ténue e não acompanha o grau de exigência ou a especialização adquirida, contribuindo para a persistência da perceção de estagnação profissional no setor.

Por último, no que concerne à análise do caso dos marceneiros, o único eixo que estes, mas também empresas e organizações, reivindicam com maior positividade é a melhoria das condições físicas da ocupação no que concerne à segurança, saúde e higiene no

trabalho. De acordo com os testemunhos recolhidos, os marceneiros referem que, embora continue a haver poeiras e certos riscos inerentes ao ofício, os sistemas de aspiração, os empilhadores e outros equipamentos de apoio têm contribuído para mitigar a carga física e melhorar as condições gerais de trabalho. No entanto, este progresso não tem sido suficiente para alterar a imagem pública da ocupação, que permanece marcada por um estigma de insalubridade e esforço físico excessivo:

> Só que a imagem que existe na rua não é esta. Não é gratificante, é pesado, não é para mim, não é para ti... é a imagem que existe. Infelizmente, é a imagem que se criou. [Entrevista M3]

As organizações locais e sectoriais são o segundo grupo de entrevistados com mais referências a esta dimensão de (des)valorização, totalizando 20% das suas referências codificadas. Tal como os marceneiros, a grande maioria destas referências localizam-se no eixo da desvalorização, onde apenas 4,14% são referências positivas.

Novamente, um dos pontos mais salientados no eixo da desvalorização pelas organizações locais e sectoriais são os baixos salários, em que se assumem como fatores estruturais. As causas apontadas incluem a predominância de empresas pequenas, dificuldade de acesso direto ao mercado e inserção em segmentos de produto de baixo valor acrescentado, o que limita a capacidade de valorização dos trabalhadores. Conforme referido pelo representante da APIMA, "isto não é tanto das políticas locais, também depende muito das empresas", uma vez que, à medida que estas crescem, se desenvolvem e conquistam mercados e segmentos mais exigentes, tornam-se capazes de valorizar melhor os seus trabalhadores. Trata-se, portanto, de um processo que requer crescimento conjunto, sendo percecionado "muito mais como um problema de gestão do que propriamente um problema específico de uma profissão". Fatores históricos e educativos também são referidos, como os baixos níveis de escolaridade da população mais velha na região, que condicionaram a qualificação e a evolução salarial.

Nesta linha de pensamento, devido à escassez da mão de obra, empresas e organizações territoriais e setoriais, no eixo da valorização, salientam um progressivo, apesar de lento, aumento dos salários destes profissionais. No entanto, na perspetiva das organizações,

apesar de algumas empresas alcançarem níveis mais altos de produtividade e mecanização, permitindo melhores salários, o padrão dominante continua a ser de remunerações baixas, frequentemente complementadas pela economia informal, através de prémios salariais e horários complementares não contabilizados formalmente:

> *Porque aqui, a nível do salário, também se passa o seguinte: existe o salário na folha e o extra, o por fora. E é assim que as coisas funcionam. Ou seja, o trabalhador recebe 600, 700 ou 800 euros na folha, que corresponde ao salário mínimo, e depois mais 300 ou 400 euros, ou as horas extra que faz, pagos por fora. No entanto, na realidade, o salário real continua a ser mal pago. Os trabalhadores só se apercebem disso quando estão de baixa, têm uma doença ou enfrentam outra situação semelhante.* [Entrevista O6}

Isto vai ao encontro do que vivenciamos no território quando tentamos recrutar marceneiros para entrevistas, muitos tiveram de recusar a entrevista devido aos seus longos horários laborais, resultado da tradição das horas extras. Como parte significativa do rendimento não é declarada, os trabalhadores descontam menos para a Segurança Socia, o que se traduz em pensões de reforma mais baixas e prestações sociais muito reduzidas e, embora no dia a dia pareça que o rendimento seja razoável, este é altamente vulnerável, pois depende de horas extra e pagamentos informais que podem cessar a qualquer momento. A isto acrescenta-se a ausência do sindicato, específico do setor, que é também causada, como testemunhou um(a) dos formadores do CFPIMM na entrevista, pela repressão e pelo estigma associados à ação sindical, onde a organização coletiva é vista como arriscada, quase clandestina.

Para acrescentar, o testemunho da Câmara Municipal de Paredes revela que, embora exista entre alguns marceneiros, sobretudo já próximos da reforma, o desejo de ver reconhecida formalmente a sua experiência e competências, a questão da certificação profissional nunca foi verdadeiramente colocada de forma estruturada às entidades competentes. Tal ausência de iniciativa não se explica apenas por inércia organizacional, mas também pelo desinteresse das próprias empresas, que operam frequentemente num quadro de mão de obra pouco formalizada e pouco valorizada. Para os

empregadores, a certificação dos trabalhadores não representa uma prioridade, pois poderia aumentar as expetativas salariais, facilitar a mobilidade laboral e, em última análise, reduzir o controlo sobre a força de trabalho.

Este descompasso entre a vontade individual de reconhecimento e a falta de incentivo organizacional e empresarial perpetua um cenário onde o saber-fazer acumulado ao longo de décadas permanece invisível no plano oficial, sendo transmitido apenas de forma oral e prática, sem o respaldo de um título ou categoria ocupacional que reconheça verdadeiramente as suas qualificações, pondo em causa a reprodução deste saber-fazer nas próximas gerações.

Em contraste, a APIMA defende que marceneiros e carpinteiros em final de carreira sejam formalmente reconhecidos como mestres artesãos e incentivados fiscalmente a formar as novas gerações de marceneiros após a reforma. O seu reconhecimento enquanto formadores, segundo o representante da APIMA, é uma medida que está congelada não só por inércia política, mas também na oposição de alguns sindicatos, que a interpretam como um pretexto patronal para evitar encargos fiscais.

Apesar de serem quem mais controla a relação salarial, as empresas, na figura dos representantes entrevistados, são paradoxalmente, o grupo que menos aborda esta dimensão de (des)valorização, representando 17,85% das suas referências codificadas. Destas referências predominam os discursos internalizados de desvalorização, que representa 8,33% das referências codificadas. Internamente, as empresas tendem a desvalorizar o seu papel relativamente às formações, não se vendo competentes para formar internamente, uma vez que esperam que o mercado de formação entregue mão-de-obra pronta. Não existindo esta oferta do mercado de formação, a reprodução da mão-de-obra está dependente de um conhecimento empírico transmitido informalmente e assistematicamente no local de trabalho através da observação e prática.

No que concerne à educação para a digitalização dos trabalhadores mais velhos, as empresas expressam uma perceção de impossibilidade ou baixa viabilidade desse processo. Como exemplificado pelo representante da Empresa 2 "nós não conseguimos

dar… nem ninguém… não vou pegar num marceneiro com 60 anos, ou 55 anos, ou 70 anos, e dizer: agora você vai fazer uma formação ali com um jovem que tem um quarto da sua idade". Este posicionamento sugere que a idade é vista como um fator limitador para a aprendizagem digital.

Por último, as empresas também reconhecem que oferecem salários abaixo do que seria expectável e justificam a sua incapacidade de oferecerem melhores salários por limitações estruturais do setor.

Relativamente à desvalorização por outros, as empresas, na figura dos representantes entrevistados também denunciam os comportamentos de risco que os próprios marceneiros tomam, no que concerne à higiene, segurança e saúde no trabalho, na medida em que se recusam a equipar-se com certos equipamentos de proteção individual ou a seguir certas diretrizes de segurança.

3.2. A análise da dimenssão técnica da (des)valorização

Centrando agora a nossa análise na (des)valorização técnica, verifica-se no gráfico 2, que os marceneiros são os que mais se referem a esta dimensão, representando 48,5% das suas referências codificadas. No caso da desvalorização por outros (13,43%), destacam sobretudo a ausência de reconhecimento dos seus saberes práticos e empíricos por parte de outros profissionais e pela sociedade em geral. Este conflito é coerente com o que Sennett e Bourdieu descrevem como a oposição e separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, sendo este último socialmente mais valorizado e formalmente reconhecido. Sem o devido reconhecimento das suas qualificações, os marceneiros sentem-se alvo de comportamentos ou apreciações desqualificantes que se refletem não apenas nas dinâmicas salariais, mas também na validação dos seus conhecimentos e práticas laborais perante colegas e outros atores do setor. Esta tensão manifesta-se, por exemplo, nas interações com gabinetes técnicos, frequentemente relatadas como relações marcadas pela subalternização do saber prático.

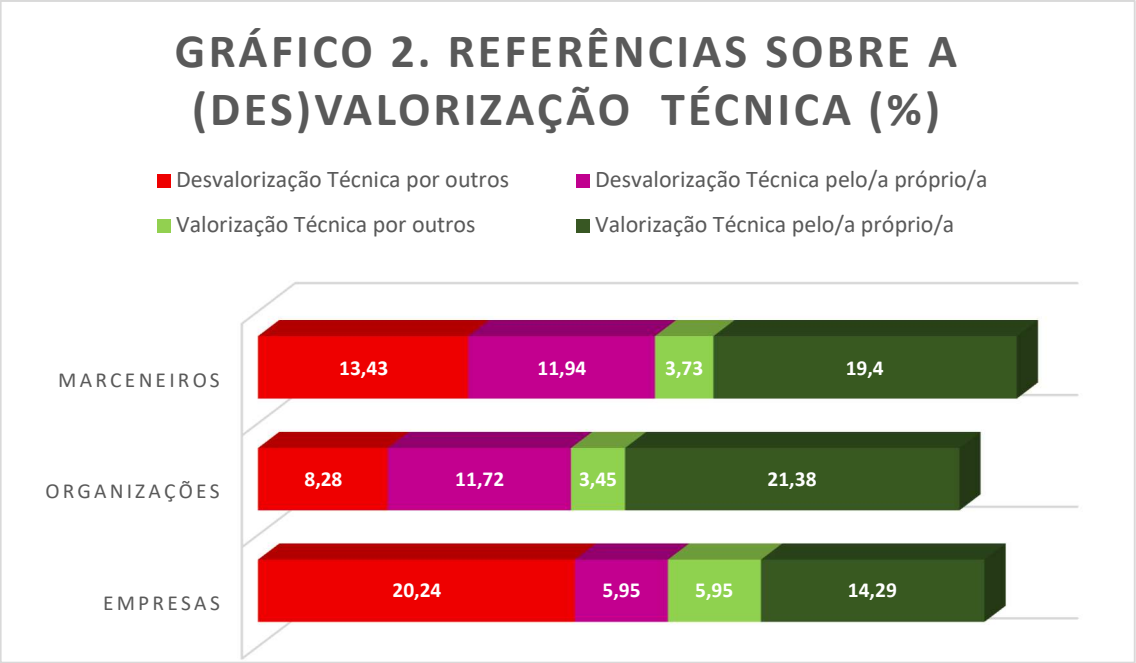


Gráfico 2. Referências sobre a (Des)valorização Técnica (%)

Fonte: dados recolhidos através das entrevistas realizados no âmbito deste estudo

O Marceneiro 2 descreve um episódio ilustrativo: ao alertar para problemas de segurança numa peça, foi confrontado com a autoridade conferida pelo "canudo" do arquiteto, que, ignorando a sua experiência, impôs a execução do projeto tal como estava. O marceneiro, ciente do risco, avançou apenas sob a condição de não assumir responsabilidade. Tendo isto em consideração, os próprios marceneiros reconhecem que esta hierarquia, que também é de cariz simbólico, está enraizada na sociedade em geral, uma vez que se associa o trabalho intelectual a uma qualificação "superior", por ser formal e adquirida em instituições de ensino, e conferir um diploma, ao invés, o saber do marceneiro é maioritariamente informal, aprendido no contexto de trabalho e transmitido entre gerações. Embora tal conhecimento seja muitas vezes mais profundo e diretamente aplicável e aplicado na prática, carece de certificação formal, o que alimenta a sua desvalorização, tal como analisamos anteriormente. Como referem os marceneiros, um designer pode não compreender plenamente as técnicas envolvidas, mas, por deter um diploma, recebe maior estatuto e legitimidade:

> *Aí está. Deveria ser mais valorizada. É daí que vem a desvalorização e, por isso, não se valoriza tanto o trabalho do marceneiro, porque é um trabalho aprendido pelos próprios meios, e não através de uma formação escolar. Quando alguém vai para uma escola ou universidade, passa dois ou três anos a aprender a fazer uns riscos e a tirar umas medidas. Aprendeu a fazer aquilo, pagou para aprender a fazer aquilo, mas, sem estar aliado ao conhecimento do marceneiro, aquilo de pouco ou nada vale.* [Entrevista M3]

> *O conhecimento do marceneiro não é quantificável, enquanto o conhecimento que é adquirido nas formações é quantificável, é a diferença* [Entrevista aos M1]

Este discurso revela, igualmente, é um conflito bidirecional de legitimidade técnica e profissional entre marceneiros e gabinetes técnicos. Apesar, dos marceneiros denunciarem a desvalorização do seu saber prático e empírico, construído ao longo de anos de experiência e transmitido de forma informal, por não possuírem certificação formal, estes também procuram afirmar a superioridade e indispensabilidade desse conhecimento face ao saber académico, caracterizando o trabalho dos gabinetes técnicos como "fazer uns riscos" ou "tirar umas medidas". Assim, os marceneiros não apenas contestam a primazia do capital escolar como fonte exclusiva de legitimidade, mas também lhe atribuem um valor técnico reduzido, reforçando a perceção de que, sem a articulação com o seu próprio conhecimento, esse saber "de pouco ou nada vale".

Os marceneiros, reivindicam, portanto, bastante o seu valor, o que justifica o valor percentual elevado no eixo da valorização pelos próprios. Nos seus testemunhos, a valorização do saber-fazer do marceneiro emerge repetidamente através de uma comparação direta com as limitações da tecnologia e das máquinas. A máquina, sobretudo na forma da CNC, é representada como altamente eficiente para trabalhos seriados e padronizados, mas insuficiente para lidar com a variabilidade, a complexidade e a personalização que marcam grande parte da produção destas fábricas, uma vez que, tal como os marceneiros descrevem, a programação de uma máquina para projetos únicos não é viável, tanto pelo tempo e custo envolvidos como pela dificuldade técnica quando se trabalha com elementos curvos ou detalhes particulares: "às vezes não é viável fazer a máquina só para um projeto. E muita coisa as máquinas não fazem; do

nosso trabalho, maior parte das coisas, 70% por aí" *[Entrevista M1]*; "Para fazeres um protótipo... tem que ser manual" *[Entrevista M3]*.

Para os marceneiros entrevistados, não são eles que são o complemento da máquina CNC, mas sim a máquina CNC é que complementa o trabalho deles, tirando-lhes as tarefas repetitivas e deixando-os com o trabalho mais exigente e complexo. É com base neste saber exigente e complexo que os marceneiros exprimem, implicitamente o seu orgulho profissional:

> *Saber trabalhar cada tipo de material [...] é gratificante. E por isso é que me sinto bem, sinto-me realizado, porque não tenho dois dias iguais. Todos os dias são diferentes. Eu posso, num dia, estar a cortar, noutro a montar, e noutro ainda a trabalhar com pedra acrílica.* [Entrevista M2]

Desta forma, torna-se evidente que a tecnologia é simultaneamente reconhecida e relativizada pelos marceneiros, funcionando como contraponto que reforça o orgulho identitário e a perceção de que, sem a articulação com o conhecimento empírico do marceneiro, o saber técnico-digital perde o seu potencial.

Quando pedimos aos marceneiros para descreverem a sua ocupação através de duas palavras, num de exercício de brainstorming, as palavras utilizadas foram as seguintes: "Mobiliário, criação, decoração, inovação, polivalência, artesanal e projetos".

Esta enunciação alinhada com aquilo que é o centro das suas atividades e desempenho laboral, demonstra que este vocabulário funciona como um mecanismo de valorização da sua própria ocupação. Ao escolherem termos como "criação" e "inovação", afastam-se deliberadamente da imagem do mero executor ou "montador de móveis" e aproximam-se de campos associados à autoria, ao design e à capacidade inventiva, âmbitos socialmente mais prestigiadas. A palavra "artesanal" acrescenta uma dimensão simbólica de autenticidade, exclusividade e qualidade, evocando uma ligação à tradição que contrasta com a impessoalidade da produção industrial. Já "polivalência" e "projetos" sublinham a complexidade e diversidade do seu trabalho, sugerindo que a ocupação exige múltiplas competências técnicas e criativas, e que cada tarefa é única e desafiadora. Ao reunir estes conceitos, os marceneiros constroem uma narrativa em que

a sua ocupação é apresentada como uma atividade altamente qualificada, criativa e diferenciada, cuja legitimidade não depende apenas do produto final, mas do processo de trabalho rico em saberes e qualificações especializadas que o sustenta.

Seria de esperar que esta autorrepresentação conduzisse a uma perceção da sua ocupação como insubstituível, mas os próprios marceneiros assumem uma visão mais cautelosa. Embora reafirmem que, no presente, máquinas e tecnologia apresentam apenas um valor potencial e que esse mesmo valor não é atingido sem a intervenção do seu trabalho manual e criativo, quando questionados sobre se consideram que os seus conhecimentos e competências são únicos ou se poderiam ser substituídos por outras profissões. A resposta foi imediata e consensual: "não existem insubstituíveis". Acrescentaram ainda que não sabem se, no prazo de dez anos, não surgirá uma tecnologia capaz de realizar o seu trabalho, recordando que já têm assistido, ao longo dos anos, a avanços que transformaram a forma como a ocupação é exercida. Demonstram, assim, consciência de que a sua posição de relevância está ancorada nas atuais limitações da automação, mas que essa vantagem pode ser temporária. Esta lucidez acrescenta uma camada interessante ao discurso de valorização, em que o orgulho e a afirmação identitária coexistem com uma perceção realista das dinâmicas de mudança e do risco de substituição, revelando que a defesa da sua ocupação é também uma forma de resistência perante um futuro incerto. No entanto, outro marceneiro reivindica que, no caso de trabalhos altamente personalizados, não vê possibilidade de substituição completa pela máquina. Esta perspetiva reforça a ideia de que a personalização constitui não apenas um nicho de mercado, o saber-fazer manual, a criatividade e a adaptação às necessidades específicas do cliente continuam a ser insubstituíveis.

É curioso, no entanto, que os marceneiros, apesar desta reivindicação, também apresentam discursos de desvalorização internalizada (11,94%). Por exemplo, ao apresentarem a escolha da ocupação como resultado de circunstâncias pessoais ou familiares, e não de uma decisão orientada pela valorização das competências ou do prestígio técnico. Expressões como "não queria estudar" ou "já estava farto daquilo" sugerem que a entrada na marcenaria se deu mais por ausência de alternativas do que

por reconhecimento do valor da ocupação. Além disso, a ideia de que trabalhar na fábrica do pai era "um seguimento natural", como expressa o Marceneiro 2, reforça a perceção de continuidade familiar mais do que de escolha ocupacional consciente e voluntária, aparecendo a ocupação de Marceneiro como uma opção quase casual ou inevitável. Essa narrativa representa uma visão limitada da própria ocupação, subestimando a complexidade técnica, a criatividade e a especialização exigidas, enquanto naturaliza o ingresso na ocupação como um destino que nada tem de estratégico ou meritocrático. Além disso, apesar de os marceneiros demonstrarem interesse em ser formadores, gostarem de ensinar e, de facto, no contexto de trabalho, serem eles os formadores informais, os mesmos consideram que não têm a legitimidade formal ou o reconhecimento institucional de "professores" ou "formadores", desvalorizando o próprio papel pedagógico que exercem no dia a dia. Essa perceção traduz uma resistência em se apropriar do estatuto de formador, mesmo quando a prática demonstra competência e experiência suficientes para tal, revelando mais uma faceta da desvalorização internalizada, como fica claro neste diálogo que travamos com o entrevistado M2:

> ***- e dar formação?***
>
> *- Dar formação… Não… Eu vou dando, vou dando, vou dando ideias, vou ajudando, vou ajudando os colegas.*
>
> ***- e ensinando?***
>
> *- Não, vou ajudando. Eu não ensino nisso.*

Além disso, é importante salientar que os marceneiros associam os discursos de valorização sempre à figura do "verdadeiro" marceneiro, que muitas vezes remetem para o passado, e os discursos de desvalorização sempre à figura do marceneiro "montador" que remetem para o presente, como evidencia o entrevistado M3:

> *É quando o trabalho, basicamente, é aquele do marceneiro, o marceneiro geral, não é? É quando o material vem das máquinas e é feita a montagem. Mas o marceneiro hoje em dia é isso que faz, em 95% dos casos.*

Mas quando questionados se se identificam como marceneiros que apenas montam móveis, a verdade é que os marceneiros recusam esta identificação e revelam que o nível de competências que lhes é exigido muito superior ao necessário para os trabalhos de montagem. Estas constantes contradições comprovam a internalização de um discurso depreciativo sobre o que é marceneiro na atualidade, o qual pode ser, mesmo tempo, um indicador de recusa dessa identidade. É precisamente face à desvalorização dessa figura de marceneiro, associada à repetição, à ausência de criatividade e à execução mecânica, que procuram distinguir-se e afirmar-se como profissionais mais completos, detentores de saberes especializados e de uma autonomia criativa que os aproxima do ideal artesanal. Assim, a valorização de si próprios depende, paradoxalmente, da manutenção de uma imagem negativa de uma parte significativa da ocupação e de uma distinção dessa mesma imagem que oscila entre a nostalgia do passado e a adaptação às exigências do presente. Este discurso de valorização e desvalorização não é neutro, uma vez que serve como instrumento de distinção e de legitimação de certos percursos profissionais, enquanto invisibiliza e desqualifica outros, reforçando desigualdades dentro da própria ocupação.

De facto, estas tendências contraditórias, de valorização e desvalorização internalizadas (21,38 e 11,72%, respetivamente) são também observáveis nas entrevistas aos representantes das organizações locais e setoriais (e também de um(a) dos representantes das empresas entrevistadas).

> *A partir do momento em que eu tenho o desenho técnico do espaço, tenho o produto bem definido pelos designers ou pelos arquitetos. A empresa tem o gabinete técnico. O gabinete técnico desenvolve aquele desenho. Aquele desenho e depois transforma-se componente a componente. E há softwares que fazem isso. Componente a componente. E o componente é fabricado de uma forma automática. No final é montar um puzzle.* [Entrevista O6]

Este discurso ressalta ainda que, com a aposta crescente em sistemas CAD-CAM e máquinas CNC, grande parte do trabalho que antes exigia conhecimento artesanal passa a ser automatizado e controlado por softwares: o desenho técnico define o produto, os softwares transformam-no componente a componente, e a fabricação é realizada de

forma automática, reduzindo o papel do profissional para a montagem final, como se de um “puzzle” se tratasse. Em empresas que produzem mobiliário em massa, bastam três ou quatro máquinas para mecanizar todo o processo, eliminando a necessidade de muitos trabalhadores. Um exemplo concreto é dado quando o representante do CFPIMM entrevistado menciona que, numa marcenaria muito mecanizada, a equipa de montagem foi reduzida de 20 pessoas para 5, mantendo-se ou até aumentando a produção, porque “tudo encaixa perfeitamente graças à precisão das máquinas”. O discurso evidencia que a eficiência, o rigor e a produtividade agora estão entregues às tecnologias, enquanto o trabalho manual do marceneiro perde centralidade, tornando-se progressivamente menos indispensável. Por outro lado, salienta-se que a posição institucional veiculada pelo representante da APIMA reivindica sempre o valor destes profissionais para o processo produtivo, em todos os contextos organizacionais.

Não obstante, esta perceção de que o marceneiro se torna progressivamente dispensável entra em tensão com outros discursos institucionais, tais como o testemunho das empresas sobre a crescente dificuldade de recrutamento de profissionais qualificados para esta ocupação, o elevado nível de formação conferido pelo CFPIMM, onde o marceneiro é capacitado para todo o ciclo produtivo, e a descrição do marceneiro como detentor de conhecimento integrado do processo, pelos três representantes institucionais entrevistados, articulando a sua atuação com diferentes departamentos e assumindo funções comparáveis às de um “engenheiro de produto”. Acrescentamos ainda, o facto destas organizações sublinharem a necessidade de integrar o conhecimento tácito e tradicional do marceneiro com as tecnologias digitais, de modo a promover uma produção mais eficiente, sustentável e diferenciadora. Isso sugere que, mesmo que tecnicamente substituível, o capital humano ainda é estratégico, sobretudo em tarefas que exigem flexibilidade, julgamento e conhecimento integrado do processo.

Além disso, todos os entrevistados representantes das organizações locais e setoriais entrevistadas denunciam que apesar da ocupação de marceneiro ter uma exigência de raciocínio abstrato, habilidades espaciais e capacidade de inovação, as instituições educacionais e órgãos públicos ainda reproduzem um estigma que associa o trabalho

manual à repetibilidade e à suposta simplicidade intelectual, desprezando os percursos educacionais, quer os cursos profissionais, relacionados com a marcenaria.

Um dos representantes das empresas entrevistadas denuncia sobretudo esta desvalorização técnica no que concerne à apreciação do resultado do trabalho do marceneiro, ou seja, do produto. No testemunho desta empresa, existe um desinteresse dos órgãos públicos e das instituições formativas de se focarem sobre as técnicas tradicionais da marcenaria. Uma vez que estes conhecimentos nem sempre estão sistematizados de forma acessível e em suportes atuais são cada vez mais desconhecidos e menos reproduzidos, sendo que os novos arquitetos e designers vão progressivamente abandonando estas técnicas nas peças que desenham. Como consequência, há uma rutura gradual entre o projeto e a execução, onde o valor do trabalho artesanal e o saber-fazer do marceneiro ficam cada vez mais invisíveis. A perda de transmissão desses conhecimentos técnicos não só enfraquece a qualidade e a diversidade das peças produzidas, como também limita a inovação, pois muitas soluções criativas surgem justamente do domínio das técnicas tradicionais. Assim, o setor enfrenta um ciclo de desvalorização: a formação e a sensibilização insuficientes reduzem o reconhecimento do trabalho manual, o que por sua vez diminui o interesse em preservar e atualizar essas práticas tradicionais que simultaneamente são domínio do saber de marceneiros mais velhos.

No sentido oposto, tal como as organizações, os dirigentes das empresas salientam os marceneiros como uma ponte entre a teoria do designer e a execução prática do móvel, especialmente em trabalhos com madeira maciça, que exigem experiência específica para garantir qualidade. No entanto, não salientam o conflito latente entre gabinetes técnicos e marceneiros que anteriormente foi mencionado, mas sim uma harmonia entre departamentos:

> *Sim, no nosso caso, porque também trabalhamos com designers que já estão habituados a colaborar com empresas do nosso nível, […] Porque a madeira maciça, sendo um organismo vivo, precisa de ser trabalhada a uma certa temperatura e exige conhecimento sobre como manuseá-la; […] Neste contexto, precisamos dessa*

experiência de vida e de trabalho, e os designers reconhecem e agradecem esses contributos, pois beneficiam o produto e servem ao bem comum. [Entrevista E8]

Além disso, em ambas os discursos dos representantes das empresas entrevistadas, os marceneiros são frequentemente apresentados como elementos centrais na comunicação da marca, evidenciando que as peças são feitas à mão e valorizando o seu saber-fazer. Esta visibilidade é projetada para o mercado e para os clientes, tornando o marceneiro um símbolo da autenticidade, qualidade e exclusividade do produto. Vários entrevistados reforçam que esta valorização está diretamente ligada à procura crescente por produtos personalizados e artesanais, sobretudo em mercados internacionais, onde o consumidor aprecia não apenas o objeto final, mas também o processo e a história que ele encerra. Nesse contexto, o marceneiro deixa de ser apenas um trabalhador e passa a ser uma figura representativa de todo o conhecimento técnico, criatividade e experiência que sustentam o design das peças.

3.3. A análise da dimensão simbólica da (des)valorização

Em todos os grupos de sujeitos entrevistados, acerca (des)valorização simbólica do marceneiro, destaca-se predominantemente a perceção de desvalorização atribuída por terceiros, como é possível verificar no Gráfico 3. De forma recorrente, os entrevistados dos três grupos apontam que a marcenaria continua a ser vista como um trabalho "sujo" ou menos prestigioso, apesar das mudanças significativas nas condições físicas de trabalho ao longo dos anos. Esta desconexão entre melhoria material e reconstrução da representação social da ocupação contribuiu para a perpetuação de estigmas que já não refletem a realidade contemporânea da ocupação. Além disso, muitos dos entrevistados assinalam que estes estereótipos não são apenas reforçados por agentes externos, mas também internalizados pelos próprios marceneiros, uma vez que ao longo das gerações, discursos estigmatizantes foram transmitidos de pais para filhos, muitas vezes com o

intuito de desencorajar a continuidade na ocupação e a direcionar os descendentes para ocupações percebidas como mais valorizadas ou economicamente vantajosas[16]:

> *O estigma de trabalhar na marcenaria ainda existe…Eles dizem 'Os meus filhos têm aqui de estudar para a universidade, porque não quer que sejam marceneiros, porque isto é um trabalho duro, é um trabalho feio'* [Entrevista O5]

Este fenómeno contrasta com a tradição histórica da marcenaria, que era uma ocupação transmitida de geração em geração, frequentemente vista como uma trajetória natural e inevitável no seio das famílias. Muitos marceneiros relatam que seguiram o caminho da ocupação sem ter realmente opção de escolha, assumindo uma continuidade que, paradoxalmente, manteve vivo um estigma que a própria realidade prática ocupacional já não justificava.

De facto, torna-se evidente no discurso dos marceneiros que a marcenaria é vista como oposição a um percurso educacional superior. Neste sentido, são perpetuadas as imagens, até pelos próprios marceneiros, de que a marcenaria é o tipo de ocupação para pessoas que não querem avançar com os estudos, despojando-as de qualquer valor intelectual: "E acabei por vir para aqui, porque na altura, quando eu saí no nono ano, já era para vir. O meu pai insistiu, não vou nada, não quero os livros." [Entrevista M2].

Esta declaração evidencia a naturalização da entrada precoce na ocupação, muitas vezes condicionada por decisões familiares, e reforça a associação cultural da marcenaria à falta de ambição académica. No entanto, essa visão simplista ignora a complexidade do trabalho e o conhecimento técnico que a ocupação exige, perpetuando estigmas que contrastam com uma prática laboral altamente qualificada e criativa. Assim, a ocupação é simultaneamente reconhecida pelo seu valor prático e marginalizada pelo imaginário social, criando uma tensão entre competência profissional e reconhecimento social.

[16] O desenvolvimento do ensino público pós 25 de Abril abriu as possibilidades a que muitas destas famílias lutasse para que os seus descendentes obtivessem mais oportunidades educacionais e melhores percursos profissionais

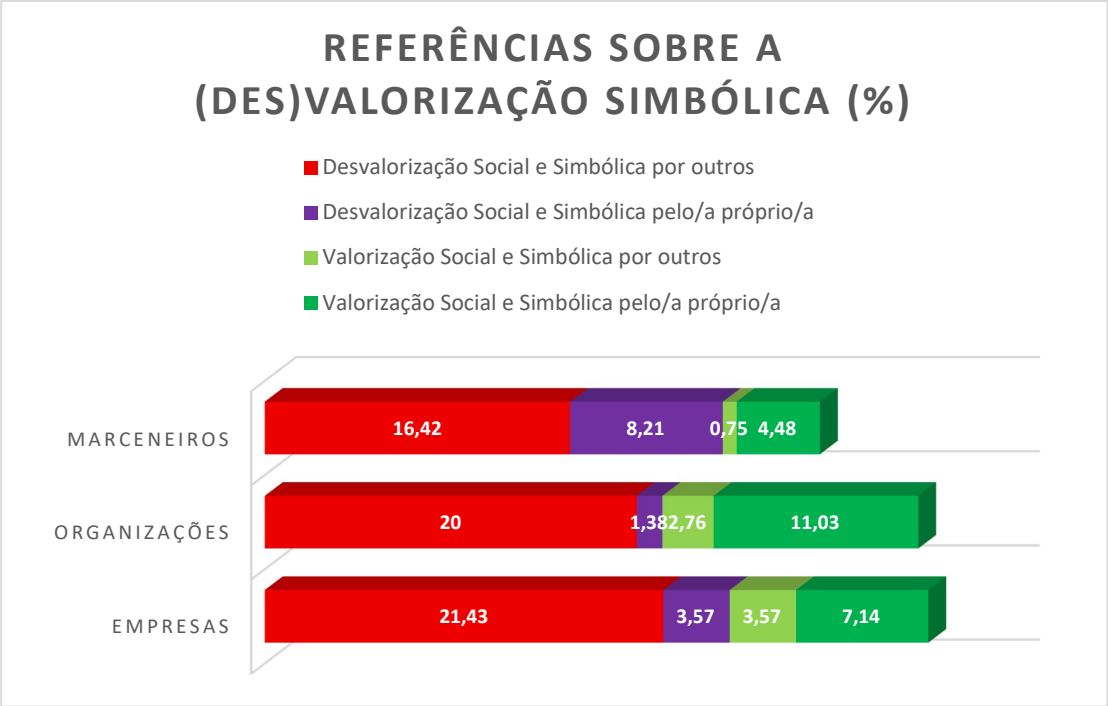


Gráfico 3 Referências sobre a (des)valorização simbólica (%)

Fonte: dados recolhidos através das entrevistas realizados no âmbito deste estudo

A CMP denuncia ainda que, esta desvalorização é também perpetuada e reproduzida pelo imaginário social da comunidade local através de expressões pejorativas associadas aos marceneiros e outras ocupações do setor, como "ter serrim na cabeça", que é usada para descrever alguém que é considerado pouco inteligente, ingênuo ou com pouca capacidade de raciocínio.

Todas estas dinâmicas são unanimemente reconhecidas pelos entrevistados, como justificando a tendência dos jovens em se afastarem das tarefas mais manuais e tradicionais da marcenaria, preferindo trabalhar com máquinas automatizadas, programação CNC ou assumir funções em gabinetes técnicos. Atrair jovens para o trabalho manual continua a ser um desafio, uma vez que a sensibilização se concentra sobretudo em áreas tecnológicas e digitais, deixando as práticas artesanais à margem do interesse das novas gerações.

Neste sentido, algumas organizações, como a APIMA e o CFPIMM, apontam estratégias de redenominação de funções como forma de mitigar os estigmas associados ao

trabalho manual. Estas participam em grupos de trabalho que procuram tornar os cargos mais atrativos socialmente, modificando a designação de funções tradicionalmente vistas como inferiores. Esta iniciativa surge com a intenção explícita de valorizar o trabalho manual e reduzir a perceção negativa que o acompanha, mostrando que um existe esforço consciente para reconhecer e prestigiar funções historicamente desvalorizadas. No entanto, apesar de bem-intencionada, a mudança de nomenclatura revela que, ao enfatizar títulos mais sofisticados, o valor da função está ligado ao nome e à aparência de prestígio, e não à sua complexidade ou importância intrínseca. Ou seja, a necessidade de renomear cargos evidencia que o trabalho manual ainda é percebido como inferior ou menos digno de reconhecimento intelectual, perpetuando, de forma paradoxal, a desvalorização simbólica que se pretende combater.

De facto, um dos pontos em que os marceneiros se sentem desvalorizados e invisíveis, que também já foi anteriormente mencionado, está relacionado com a ausência de reconhecimento das suas qualificações e competências, uma vez que são obtidas através da experiência, em contexto informal. Esta falta de formalização contribui para a desvalorização simbólica da ocupação, pois o conhecimento técnico e o saber-fazer adquiridos ao longo de anos de prática não são reconhecidos como equivalentes às competências obtidas em percursos educativos formais. Os marceneiros reivindicam, portanto, apesar de se sentirem realizados na sua ocupação, não se sentem reconhecidos nem valorizados pela sociedade e, muitas vezes, nem pelas próprias organizações, que priorizam certificações formais em detrimento do conhecimento empírico. Esta lacuna cria um sentimento de frustração e invisibilidade, levando-os a enfatizar a importância de transmitir o seu saber às novas gerações e de reconhecer a experiência prática como um contributo valioso para a valorização da ocupação e para a manutenção de tradições e técnicas específicas da mesma.

Além disso, como já analisámos, um(a) dos representantes das empresas menciona a pouca procura do público português no que toca a peças de determinados estilos mais elaborados. No entanto, esta não justifica a baixa procura unicamente nas questões económicas, uma vez que estas peças têm um custo mais elevado, mas sim numa

questão de invisibilidade e desconhecimento: "É uma questão de ignorância". Simbolicamente, a invisibilidade do conhecimento técnico e da criatividade necessários para a produção deste tipo de peças elaboradas nega a dimensão cultural e artística da ocupação. Esta invisibilidade é também sentida pelas próprias organizações, que contestam que apesar de realizarem congressos e outras atividades de divulgação relacionadas com a componente tradicional da marcenaria e mobiliário português, que divulgam a excelência técnica, o público português não comparece a estas iniciativas, demonstrando desinteresse pelo valor cultural e artístico da marcenaria, o que contrasta com a valorização observada em outros países:

> *"Ainda há bem pouco tempo a Câmara de Paredes teve um congresso para divulgar os atos tradicionais ligados à marcenaria e ao mobiliário. O problema é que estive numa sala com um painel de pessoas e a Casa da Cultura não encheu. Muitas vezes tem a ver com a falta de capacidade de divulgação e, mesmo quando se divulga, as pessoas desvalorizam e não aparecem. […] Lá fora, as pessoas apreciam e ficam encantadas. Agora, internamente, o público português simplesmente não se interessa."* [Entrevista 05]

Esta falta de reconhecimento externo local reforça a desvalorização simbólica da ocupação, tornando evidente que a invisibilidade não é apenas uma questão de comunicação, mas também de perceção cultural e prioridades societais.

As organizações são o grupo de análise que mais apresenta discursos próprios de valorização nesta dimensão, sobretudo a CMP. A sua aposta é mais direcionada para a questão da identidade local, onde estas ocupações e tradições de trabalhar a madeira são centrais. A CMP, quer pelas suas ações, quer pela voz do/a seu/sua representante, enfatiza a importância de preservar o saber-fazer tradicional, promovendo a memória histórica da marcenaria e o orgulho dos marceneiros que a ela se dedicaram ao longo da vida. Iniciativas como workshops, projetos culturais e parcerias com artesãos visam transmitir este conhecimento às novas gerações, assegurando a continuidade das técnicas e valorizando a experiência prática acumulada. Além disso, a organização mostra-se aberta a apoiar trabalhadores locais a terem reconhecidas formalmente competências adquiridas de forma empírica, porém, nada foi feito neste sentido.

Considerações Finais

Os dados recolhidos demonstram como as diferentes dimensões de (des)valorização estão verdadeiramente entrelaçadas, coconstruindo um mecanismo de reprodução das dinâmicas em análise.

A desvalorização técnica, que é reproduzida sistematicamente pela falta de legitimação formal do saber-fazer dos marceneiros, enfraquece a capacidade real da reivindicação salarial por parte dos trabalhadores, desprovendo-os em análise de capital económico. Esta desvalorização salarial funciona como a materialização de uma hierarquia simbólica, onde aquilo que se paga ao marceneiro não exprime apenas a produtividade ou o valor acrescentado de um produto, mas sinaliza interna e externamente, o lugar social que se atribui ao seu saber-fazer. Assim, quando os entrevistados comparam a sua renumeração com a de quem detém um diploma, demonstram que o capital cultural formal é visto como prova pública de mérito, enquanto a experiência prática, por ser difícil de credenciar, permanece invisível nos dispositivos institucionais que distribuem o prestígio e as recompensas.

Este desfasamento contribui para o progressivo desinvestimento na própria formação consubstancia-se na incapacidade de negociar melhores condições laborais, contribuindo para sensação de que mesmo o aperfeiçoamento técnico raramente se traduz numa progressão salarial clara. Isto resulta num círculo vicioso, onde a pouca formação reforça a imagem de baixa qualificação, a imagem de baixa qualificação legitima salários baixos r os salários baixos desincentivam a retenção de trabalhadores. Mesmo quando a formação é procurada pelos trabalhadores, muitas vezes em regime pós-laboral, ela surge como via de fuga do “chão de fábrica” para gabinetes técnicos, em resposta à fraca promessa de progressão interna na carreira da marcenaria enquanto ocupação, onde a ascensão passa por “deixar de ser marceneiro” e aproximar-se do trabalho de gabinete. Assim, ser marceneiro pode passar a ser reconhecido como um trajeto profissional de passagem, e não uma ocupação com dignidade própria. No entanto, esta dignidade é simultaneamente reivindicada pelos marceneiros que lutam com outros profissionais, como designers e arquitetos, por estes lugares de valorização,

aqui a desvalorização técnica dos marceneiros se correlaciona estreitamente com a perceção social da ocupação. A sua experiência prática e o conhecimento tácito, indispensáveis para lidar com a variabilidade da madeira e para assegurar a qualidade final dos produtos, continuam a ser invisibilizados perante colegas do setor que detêm credenciais formais. Esta invisibilidade não significa que o saber do marceneiro deixe de ser exigido ou relevante, mas que o seu valor não se traduz em reconhecimento público nem em prestígio comparável ao de outros sujeitos da área, por exemplo, de design, mesmo que estes necessitem do saber-fazer do marceneiro. Assim, mesmo em contextos onde o saber técnico do marceneiro é decisivo, a narrativa dominante tende a reduzir o seu papel a funções de execução, reforçando a ideia de um trabalho manual subordinado ao intelectual, tal como explorado por Bourdieu, Sennett e Bravermann.

A interligação entre dimensões da (des)valorização é também sentida na oposição entre homem e máquina, onde a relação entre as dimensões técnica e simbólica se intensifica. O imaginário social do tecido local e a narrativa presente em algumas das escolas teóricas da sociologia coincidem na ideia de que a progressiva mecanização transforma o trabalhador num mero operador, reduzido a funções de vigilância ou montagem, esvaziado da criatividade e o saber técnico que outrora definia a ocupação. O que observamos nas empresas que analisamos é que existe sim uma relação de complementaridade, onde as máquinas assumem tarefas repetitivas ou de precisão milimétrica, libertando o trabalhador para se concentrar em tarefas de maior complexidade. A perda de protagonismo do marceneiro não é, portanto, estrutural, mas localizada em setores altamente estandardizados e seriados, contextos produtivos onde a indústria portuguesa não predomina. Assim, esta desvalorização técnica do marceneiro como operador parece, à luz da nossa análise, mais uma representação social causada pela polarização entre trabalho manual e trabalho intelectual do que propriamente uma realidade empírica. Este contexto destaca a força das representações sociais, onde ainda que a prática desminta a substituição total, a ideia de que o marceneiro se torna "operador" circula socialmente, e é essa ideia que acaba por pesar negativamente na construção do prestígio social da ocupação. No entanto, é importante salientar que a descrição da realidade dos contextos de produção em massa e em

contextos altamente mecanizados não é marcada pelos estudos de caso da empresa A e B, sendo esta perspetiva eventualmente limitada, uma vez que não obtivemos resposta das empresas de maior dimensão do tecido produtivo local. Salientamos, no entanto, que as empresas enquadradas neste tipo de produção em massa não são predominantes no tecido produtivo em análise, nem no tecido industrial português, tendo em conta as suas características em termos de estrutura produtiva, dimensão e processo de fabrico.

A hibridez do perfil de marceneiro discutida neste estudo revela a natureza relacional e negociada da identidade profissional (Dubar, 1991; 1994), onde mais do que o conteúdo estrito das tarefas, é o modo como os trabalhadores interpretam e valorizam o seu papel e como o percecionam através da apreciação de outrem que molda a sua identidade profissional. Esta naturalização de uma posição subalterna reforça hierarquias simbólicas já presentes na divisão social do trabalho, aproximando o marceneiro industrial da imagem do operário desqualificado e afastando-o da figura do artesão criativo e autónomo. Ainda assim, ao reivindicarem discursivamente a identidade de "verdadeiros marceneiros", muitos trabalhadores procuram resistir a essa desvalorização, reafirmando a centralidade do saber manual. A identidade do marceneiro surge, assim, como um espaço de disputa entre a redução simbólica ao montador e a experiência vivida de um trabalho que continua a articular manualidade, técnica e criatividade.

Esta discussão entre o trabalho operário e a máquina e as diversas dinâmicas contraditórias revelam que o tecido produtivo local vivencia um contexto de grande mudança social. Apesar das narrativas coincidirem com as perspetivas de marxistas de Bravermann, com as perspetivas sobre o desaparecimento do modelo de trabalho artesanal na indústria moderna de Sennett e Mills, ou até mesmo com a perspetiva da requalificação do operário como um operador de Touraine, a realidade empírica parece assimilar-se mais com as perspetivas mais ambíguas como as de Naville e Burawoy. Assim, o futuro da ocupação de marceneiro está dependente de como os sujeitos integrantes do tecido produtivo local se apropriarão das condições em que se encontram, onde a sustentabilidade e a valorização da ocupação dependem de uma

articulação ativa entre os trabalhadores, a tecnologia e o contexto institucional. Isto só é possível se as empresas e organizações locais e setoriais arranjarem mecanismos para que os marceneiros consigam integrar a automação como uma ferramenta que potencializa a complexidade e a criatividade do trabalho, em vez de a encarar apenas como ameaça. Neste caso, abrir-se-á espaço para uma reconfiguração da ocupação que é simultaneamente técnica, simbólica e estratégica e que acompanhará as tendências europeias da progressiva requalificação e revalorização do capital humano promovidas pela indústria 5.0. Por sua vez, se analisarmos os discursos pessimistas dos entrevistados, a realidade prevista pelas teorias marxistas, onde os trabalhadores, e neste caso os marceneiros, perdem cada vez mais a sua autonomia no processo produtivo, tornando-se apenas meros operadores de máquinas, se nada se fizer para a sua verdadeira requalificação e revalorização.

Os nossos dados sugerem que a dimensão simbólica é o fio que conduz todas estas dinâmicas, tal como sugere Bourdieu, quando o mesmo argumenta que o capital simbólico é aquele que viabiliza todos os outros capitais dentro do campo. Os estigmas associados a esta ocupação, que é vista como trabalho sujo, pesado e de "pessoas que não quiseram estudar" são critérios de classificação que influenciam as decisões das empresas, poder local e institucional, famílias e escolas. Estes estigmas explicam, por exemplo, por que é que a mudança efetiva das condições de trabalho não se traduz imediatamente em mudança de estatuto e explicam também a relutância dos mais jovens em aderir às ocupações manuais, mesmo quando se entusiasmem com as ocupações digitais, mesmo que estas também se localizem no chão da fábrica.

As diferenças entre grupos reforçam a natureza relacional do quadro: as empresas, centradas na dimensão técnica, reconhecem a necessidade do saber do marceneiro em certos contextos e exploram a sua imagem na comunicação, mas justificam salários baixos por constrangimentos estruturais e desinvestem em formação interna, reproduzindo o círculo vicioso; as organizações locais e setoriais, o grupo que mais enuncia discursos de valorização, reconhecem o nível de exigência da ocupação e pedem a integração do conhecimento tácito com o digital destes trabalhadores, mas também descrevem um ecossistema onde a junção de características como pequenas

empresas, o acesso indireto ao mercado por parte das mesmas e a informalidade salarial comprometem a valorização efetiva da ocupação; os marceneiros, por sua vez, são os que mais nomeiam a desvalorização e, simultaneamente, os que mais a combatem com narrativas de orgulho e diferenciação, frequentemente ancoradas numa nostalgia do "verdadeiro" marceneiro que, ao distinguir, também hierarquiza e invisibiliza outras partes do trabalho da ocupação. Em todos, analisamos o mesmo padrão, onde a técnica é o lugar de resistência e de sentido da ocupação, a relação salarial é o lugar onde se mede a nível quantitativo o valor da ocupação dentro das hierarquias organizacionais, e a dimensão simbólica é o lugar onde ambos são traduzidos perante o tecido produtivo local.

Se nos focarmos na análise de oposição entre valorização e desvalorização, torna-se evidente que esta é extremamente complexa, uma vez que os diversos sujeitos do tecido produtivo de Paredes demonstram simultaneamente discursos de valorização e desvalorização. No entanto, os discursos de desvalorização são aqueles que se mostram mais relevantes no nosso estudo, mesmo que esses, muitas vezes, sejam em caso de denúncia destas mesmas dinâmicas depreciativas do trabalho dos marceneiros. Torna-se também evidente que todos os sujeitos entrevistados revelam interesse na valorização da ocupação e argumentam a sua importância para a sustentabilidade e sobrevivência do setor, onde apontam que a renovação da mão-de-obra para este tipo de ocupações é um dos pontos de intervenção mais fundamentais. No entanto, muitas vezes, empresas e organizações locais e setoriais desviam a responsabilidade sobre esta desvalorização de si mesmos, responsabilizando escolas, trabalhadores, famílias e sobretudo os jovens. Neste sentido, é importante salientar que o desinteresse dos jovens sobre as ocupações operárias do trabalho manual não é unicamente uma manifestação das suas individualidades, mas também uma manifestação das representações sociais e simbólicas que foram internalizadas nos seus diversos processos de socialização. Não obstante, estas representações são produzidas e reproduzidas no campo, por todos os seus sujeitos presentes. Assim, a responsabilidade da reconstrução da imagem e prestígio social da ocupação é de todo o tecido produtivo local, mas principalmente daqueles que detêm mais poder sobre o campo.

Dentro da análise destas dinâmicas de poder sobre o campo, o mapa institucional do tecido produtivo de Paredes, bem como os testemunhos recolhidos junto dos entrevistados, revelam que o sindicato representativo dos trabalhadores da Indústria do Mobiliário — o SETACCOP — assume uma presença relativamente limitada, tanto no setor em geral, como no contexto produtivo específico em estudo. Esta ausência é explicada, como já foi explorado anteriormente, pela cultura antissindical presente nas empresas, resultado de um contexto dominado por empresas pequenas e familiares, onde prevalece uma lógica paternalista em que a figura do patrão é vista como protetora e mediadora direta, o que torna a ação sindical não só desnecessária aos olhos de alguns, mas até indesejável. Tal ausência contrasta com a forte predominância das entidades representativas das empresas, nomeadamente a APIMA e a AIMMP, que se afirmam como os principais agentes institucionais. Neste cenário, o CFPIMM, criado através de um protocolo estabelecido entre a AIMMP e o IEFP, destaca-se como uma das raras organizações que, ainda que de forma indireta, respondem às necessidades e interesses dos trabalhadores, particularmente dos futuros profissionais do setor. Isto deve-se ao papel estruturante que o CFPIMM desempenha no domínio da qualificação e formação, assumindo-se como mediador essencial entre a oferta de mão-de-obra qualificada e as exigências do mercado. Por sua vez, a Câmara Municipal de Paredes exerce sobretudo uma função de valorização sociocultural, especialmente na promoção do legado histórico do setor do mobiliário e das suas ocupações. No entanto, essa valorização não se traduz em mecanismos concretos de defesa ou reivindicação dos direitos laborais. Tal lacuna pode ser reforçada pelo facto de a representação política local se encontrar amplamente dominada por empresários ligados à indústria, o que condiciona a orientação das políticas municipais para a perspetiva empresarial, em detrimento da ótica laboral.

Assim, embora o Contrato Coletivo de Trabalho resulte formalmente da negociação entre a AIMMP e o SETACCOP, a reduzida capacidade de intervenção estrutural do sindicato no setor faz com que a sua atuação se revele sobretudo limitada e de carácter mais formal do que efetivo, inclusive pelo seu cariz generalista. Neste sentido, as medidas analisadas, como a redenominação de funções ou a proposta de

reconhecimento formal de marceneiros em fim de carreira, podem ser interpretadas como consequências diretas da sub-representação dos trabalhadores no setor, uma vez que a frágil presença sindical e a ausência de mecanismos consistentes de participação laboral permitem que as estratégias institucionais surjam maioritariamente orientadas a partir da perspetiva empresarial ou política, sem uma efetiva auscultação e incorporação das necessidades e reivindicações dos trabalhadores ativos. Torna-se evidente que a prática de atribuir novos títulos às funções tradicionalmente ligadas ao trabalho manual exemplifica esta mesma lógica, sendo que se procura mitigar a estigmatização social sem que tal se traduza num reconhecimento substantivo da complexidade ou do valor intrínseco destas atividades. Ao centrar-se na mudança da nomenclatura, a medida reproduz, de forma implícita, a visão hierárquica que inferioriza o trabalho manual, mantendo-o numa posição subalterna dentro da ordem simbólica da produção. De modo semelhante, a proposta de reconhecimento formal dos trabalhadores mais experientes enquanto mestres artesãos, embora represente um passo relevante no sentido de valorizar trajetórias profissionais longas e de preservar o saber-fazer, revela limitações estruturais, porque a sua aplicação permanece bloqueada entre a inércia política e os receios do sindicato de uma instrumentalização por parte das entidades patronais. Torna-se, no entanto, evidente que ao restringir o reconhecimento apenas aos trabalhadores em final de carreira, a lógica da medida centra-se numa preservação pontual do conhecimento acumulado, em vez de constituir uma estratégia de valorização contínua dos trabalhadores ativos ao longo de toda a sua trajetória profissional.

Este desencontro entre intenções institucionais e práticas de valorização evidencia que a ausência de uma voz representativa dos trabalhadores forte no processo decisório não só limita o alcance das políticas implementadas, como também reforça uma visão fragmentada da valorização do trabalho, onde se preserva o saber-fazer no momento da sua possível perda (reforma), mas não se investe na sua dignificação e reprodução enquanto parte integrante da atividade quotidiana. Assim, a sub-representação dos trabalhadores traduz-se numa realidade em que as políticas de reconhecimento

permanecem parciais, tardias e mais centradas na lógica da conservação do que na da transformação estrutural e holística.

O predomínio do poder empresarial no setor e no tecido produtivo local, resultado desta desvalorização do poder sindical e da reivindicação dos trabalhadores, contribui para a naturalização de práticas que prejudicam diretamente os trabalhadores, tais como o recurso sistemático a horas extraordinárias e a atribuição de prémios salariais pagos de forma informal, bem como o incumprimento das obrigações legais relativas à formação em contexto de trabalho. Estas práticas, incorporadas no quotidiano laboral, permanecem muitas vezes incontestadas, dado que os próprios trabalhadores tendem a desconhecer quer os seus direitos, quer as potenciais consequências destas situações.

Fica claro que, embora a problemática seja complexa e os próprios sujeitos do tecido produtivo de Paredes reconheçam a sua importância para o setor, não existe, atualmente, qualquer plano abrangente ou integrado, seja a nível organizacional, empresarial ou sindical, que atue de forma simultânea sobre todas as dimensões que contribuem para a desvalorização da ocupação de marceneiro. Ou seja, não há uma estratégia coordenada que trate, ao mesmo tempo, questões como a valorização salarial, o prestígio simbólico do ofício, a formação e qualificação técnica, nem a melhoria das condições de trabalho. Existe, sim, algum interesse em revitalizar a imagem da ocupação, mas essa preocupação isolada é insuficiente.

O desafio de atrair novos profissionais, especialmente jovens, para a marcenaria tradicional ameaça não só o futuro da ocupação, mas a capacidade de a indústria do mobiliário conseguir entrar em certos mercados e levanta questões mais amplas sobre as perceções e representações sociais associadas a esta ocupação. Para além das dificuldades objetivas de renovação geracional, os discursos recolhidos revelam um conjunto complexo de fatores que contribuem para a sua (des)valorização. O futuro da ocupação de marceneiro em Paredes dependerá, portanto, da capacidade de todos os sujeitos do tecido produtivo de agir de forma coordenada. Apenas uma abordagem integrada, que combine valorização técnica, reconhecimento simbólico, melhoria das condições de trabalho e requalificação contínua, poderá assegurar a sustentabilidade e

prestígio da ocupação, transformando a desvalorização estrutural em oportunidades reais de afirmação e autonomia profissional.

Apesar da riqueza dos dados recolhidos e da análise detalhada das dinâmicas de valorização e desvalorização da ocupação de marceneiro em Paredes, este estudo apresenta algumas limitações que devem ser tidas em conta na interpretação dos resultados. Em primeiro lugar, a investigação carece da integração de todos os agentes institucionais relevantes, como a AIMMP e a SETACCOP, cujas perspetivas poderiam enriquecer significativamente a reconstrução da realidade laboral dos marceneiros, oferecendo uma visão mais completa das relações de poder e das estratégias de valorização da ocupação. Acrescenta-se ainda o número relativamente limitado de marceneiros participantes, o que restringe a representatividade e a diversidade de experiências captadas. Além disso, o estudo não contemplou, nem através de entrevistas nem de observação direta, empresas inseridas em contextos de produção massificada, cuja organização do trabalho e integração tecnológica poderiam revelar dinâmicas distintas das observadas em pequenas empresas locais. Em segundo lugar, por se tratar de um estudo exploratório, a profundidade dos dados recolhidos é limitada, sendo também transversal, captando perceções num momento específico, o que impede uma análise das mudanças ao longo do tempo e a avaliação do impacto de intervenções ou políticas de valorização da ocupação.

Estas limitações apontam para múltiplos caminhos para investigação futura. Estudos futuros poderiam integrar todos os atores institucionais relevantes, promovendo uma visão mais completa e sistemática do campo produtivo e das estratégias de valorização. Seria interessante aumentar o número de marceneiros entrevistados e incluir diferentes perfis profissionais, permitindo captar uma maior diversidade de experiências e trajetórias laborais, bem como incluir na investigação empresas com produção massificada, combinando entrevistas e observação direta, o que poderia fornecer evidências empíricas mais robustas sobre a relação entre automação, técnica e prestígio social. Seria também interessante incluir no estudo as perspetivas dos jovens dentro do tecido produtivo local, bem como as perspetivas do sistema de ensino e das suas respetivas escolas. Futuros estudos poderiam, ainda, expandir a investigação para

outras ocupações operárias manuais qualificados que enfrentem dinâmicas de mudança semelhantes, possibilitando, inclusive, análises comparativas entre diferentes ocupações. Adicionalmente, seria relevante estender a investigação a outros contextos geográficos, de modo a compreender como as especificidades locais influenciam a valorização, as condições de trabalho e a perceção social dessas ocupações.

Referências Bibliográficas

Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional. (2025). *Catálogo Nacional de Qualificações*. http://www.catalogo.anqep.gov.pt [Acedido em 05/2025]

Almeida, A. J. (2012). A gestão de recursos humanos em Portugal: Análise sociológica da construção de um campo profissional. Lisboa: ISCTE-IUL.

APIMA. (2024). Diagnóstico à Indústria do Mobiliário em Portugal. APIMA. https://www.apima.pt/wp-content/uploads/2024/06/1.-APIMA-Diagnostico-Lean-Industria-4.0-na-Industria-do-mobiliario-R9.5.pdf [Acedido em 02/2025]

Bauman, Z. (2001). Modernidade líquida (P. Dentzien, Trad.). Jorge Zahar Editor.

Becker, G.S. (1964), Human Capital, NBER.

Blauner, Robert. 1964. Alienation and Freedom. Chicago: University of Chicago Press.

Bourdieu, P. (2005). *O Poder Simbólico* (F. Tomaz, Trans.; 8.ª ed ed.). Bertrand Brasil. (Obra original publicada em 1989).

Bourdieu, P. (2007). *A distinção: Crítica social do julgamento* (D. Kern & G. J. F. Teixeira, Trads.). Edusp; Zouk. (Obra original publicada em 1979).

Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (2008). A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Vozes. (Obra original publicada em 1990)

Boyer, Robert (1981) - "Les transformations du rapport salarial dans la crise. Une interprétation de sesaspects sociaux et économiques", *Critiques de l'economie politique*, nº 15/16, Avril/Juin, pp. 185-227.

Braverman, H. (1998). Labor and monopoly capital: The degradation of work in the twentieth century (25th anniversary ed.). New York, NY: Monthly Review Press.

Brown, A., Kirpal, S., & Rauner, F. (Eds.). (2007). Identities at work (Vol. 5). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4989-7

Burawoy, M. 1979. Manufacturing Consent. Chicago: University of Chicago Press.

Campos, A. (2013), "Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da profissão científica", *Sociologia, Revista de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV, 11-32~.

Campos, L. M. (2020). *Introdução às Teorias Sociológicas: de Marx a Bourdieu* (2ª ed.). Sílabas & desafios, Unipessoal Lda.

Castells, M. (1999). *A sociedade em rede* (Vol. 1). Paz e Terra.

Chaves, M. (2010). Confrontos com o trabalho entre jovens advogados: As novas configurações da inserção profissional. Imprensa de Ciências Sociais.

Costa, A. F. d., Guerreiro, M. d. D., Freitas, F. d. S., & Ferreira, M. H. (1984). Artes de Ser e de Fazer no Quotidiano Operário. Centro de Estudos de Sociologia, ISCTE.

Dubar, C. (1991). La socialisation: construction des identités sociales et professionnelles.Paris: Armand Colin.

Dubar, C. (1994). Le sens du travail: Les quatre formes d'appartenance professionnelle.*Sciences Humaines* 37(3), 22–25.

Durão, S. (2002). Oficinas e tipógrafos: Cultura e quotidiano de trabalho. Etnográfica Press.

Duarte, A., Durão, S., Luzia, Â., Marques, E. M., Ventura, A. M., & Víctor, I. (1999). Memória e identidades profissionais - Reprodução de Sistemas Sócio-Técnicos. C. d. E. d. E. Portuguesa. https://arquivos-da-memoria.fcsh.unl.pt/ArtPDF/RelatorioFinalProjectoMemoriasProfissionais.pdf [Acedido em 01/ 2025]

FETCM. (2020). Bolster-Up 2: Perfis principais para profissões no setor de mobiliário. Recuperado de https://www.bolster-up2.eu/ [Acedido em 01/2025]

Freire , J. ., Pacheco , P., Veloso , L. ., Rego , R. ., & Clamote , T. . (2015). A formação dos geólogos: o papel das universidades na configuração do campo profissional. *Análise Social*, *50*(215), 226–255. https://doi.org/10.31447/AS00032573.2015215.01

Fialho, J. (2017). A construção da identidade social e profissional através da ação das redes de sociabilidade laboral. *Revista Argumentos*, *14*(1), 138–162. https://www.periodicos.unimontes.br/argumentos/article/view/271 [Acedido em 12/2024]

Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2021). Do made in ao created in – Um novo paradigma para a economia portuguesa. (Estudos da Fundação)

Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE). (2024). Estatísticas Regionais. Recuperado em 1 de fevereiro de 2025, de https://www.gee.gov.pt/pt/lista-publicacoes/estatisticas-regionais/distritos-concelhos/porto/paredes/3251-paredes/file [Acedido em 01/2025]

Giddens, A. (2005). Capitalism and Modern Social Theory (M. d. C. Cury, Trans.; 6ª ed.). Editorial Presença.

Gonçalves, C. M. (1998). Emergência e consolidação dos economistas em Portugal [Tese de doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. http://hdl.handle.net/10216/10689

Gonçalves, C. M. (2007). Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. *Revista da Faculdade de Letras*, *Sociologia, 17/18*, 177-224. http://hdl.handle.net/10216/9224

Gonçalves, C. M. (2008). Dinâmicas do mercado de trabalho na Região Norte. In C. M. Gonçalves (Org.), A Região Norte de Portugal: Mudanças e continuidades na contemporaneidade (Cap. 5). Porto: Afrontamento.

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo - Sentidos e formas de Uso (1.ª Edição ed.). Princípia.

Haddad, A. T., & Jr., R. S. (2016). The Relationship of Technology to Workers' Alienation. *Sociological Focus*, *50*(2), 159-182.m https://doi.org/10.1080/00380237.2017.1251755

Lima, M. P. (1981). A evolução do trabalho operário nas indústrias de construção e reparação navais—aspectos de uma investigação em curso e alguns resultados preliminares. Análise Social, 17(67/69), 885-923. http://www.jstor.org/stable/41010290 [Acedido em 12/2024]

Marques, A. P. (2000). Repensar o mercado de trabalho: Emprego vs desemprego. Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, 13(1), 133–155.

Marx, K. (1959). Economic and philosophic manuscripts of 1844 (M. Milligan, Trans.; D. J. Struik, Intro.). New York, NY: International Publishers. (Original work written 1844)

Marx, K., & Engels, F. (1998). Manifesto Comunista (Á. Pina, Trans.; O. Coggiola, Ed.). Boitempo Editorial. (Obra original publicada em 1848)

Mills, C. W. (1969). White Collar: The American Middle Class. Oxford University Press.

Monteiro, B. (2014). Frágil Como o Mundo: Etnografia do quotidiano operário. Edições Afrontamento.

Naville, P. (1963). Vers l'automatism social?. Gallimard.

Oswald, D., Sherratt, F., & Smith, S. (2014). Handling the Hawthorne effect: The challenges surrounding a participant observer. Review of Social Studies, 1(1), 53–73.

Parente, C. (1995). Avaliação de impacto da formação sobre as trajectórias profissionais e a competitividade empresarial: Um ensaio em empresas do sector têxtil do Vale do Ave [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. http://hdl.handle.net/10216/7060

Parsons, T. (1958). The professions and social structure. In *Essays in sociological theory* (pp. 34–50). Glencoe, IL: The Free Press.

Perackovic, K. (2011). "Division of Labour in some Classical Concepts—An Attempt of Contemporary Theoretical Synthesis," *Journal des Economistes et des Etudes Humaines*: Vol.17: No. 1, Article 1.

Pereira, F. M. C. (2011). Indústria do mobiliário no concelho de Paredes [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório da Universidade do Minho. Recuperado em 10 de novembro de 2024, de http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/18135 [Acedido em 01/2025]

Pinto, J. M. (2018). Trabalho e trabalhadores da Construção Civil: recapitulação de resultados e novas hipóteses de investigação. In Desigualdades Sociais e Políticas Públicas – Homenagem a Manuel Carlos Silva (pp. 391-413). Húmus.

Pinto, J. M., & Queiroz, M. C. (1996). Flexibilização da produção, mobilidade da mão-de-obra e processos identitários na construção civil. *Sociologia, Problemas e Práticas*, *19*, 9-29. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/1046 [Acedido em dezembro de 2025]

Priya, A. (2021). Case Study Methodology of Qualitative Research: Key Attributes and Navigation the Conundrums in Its Application. Sociological Bulletin, 70(1), 94-110. https://doi.org/10.1177/0038022920970318

Ribeiro Cruz, C. & Parente, C. (2025). WP 98 O Marceneiro: entre o trabalho artesanal e o trabalho operacional. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

Rodrigues, M. de L. (1999). Os engenheiros em Portugal: Profissionalização e protagonismo. Oeiras: Celta Editora.

Rodrigues, M. J. (1988). *O Sistema de Emprego em Portugal: Crise e Mutações* (1.ª ed.). Publicações Dom Quixote, Lda.

Rollo, M. F., Carneiro, A. C. B. L., & Caldeira, J. C. (2021). *Industrialização Portuguesa: Superação de uma Herança Pesada*. INESC TEC Science&Society, 1(2), 68-75. https://science-society.inesctec.pt/pt/index.php/inesctecesociedade/article/view/56

Sainsaulieu, R. (1977). *L'identité au travail*. Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Sainsaulieu, R. (1996). *L'identité au travail* (3rd ed.). Paris: Presse de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

Sainsaulieu, R. (1997). *Sociologie de l'entreprise: organisation, culture et développement*(2nd ed.). Paris: Presses de Sciences Politique et Dalloz.

Sennett, R. (2009). O Artífice. Record.

Sennet, R. (2014). Richard Sennett - O ignorado valor do trabalho manual [Entrevista]. Fronteiras do Pensamento e Instituo CPFL Cultura. https://www.youtube.com/watch?v=o7G-wXk6mHg

Silvestre, J.-J. (1978). Les inégalités de salaires : Marché du travail et croissance économique. Paris: Economica.

Sweezy, P. M. (1998). Foreword to the original edition. In H. Braverman, Labor and monopoly capital: The degradation of work in the twentieth century (25th anniversary ed.)

Thorlindsson, T., Halldorsson, V., & Sigfusdottir, I. D. (2018). The Sociological Theory of Craftsmanship: An Empirical Test in Sport and Education. Sociological Reaserch Online, Sage Journals, 23(1), 114-135.

Torres, A., & Capucha, L. (1986). Jovens da Escola do Mague: O Fim Arte no Trabalho. Sociologia, Problemas e Práticas(1), 91-101.

Touraine, A. (1971). The post-industrial society: Tomorrow's social history—Classes, conflicts and culture in the programmed society (L. F. X. Mayhew, Trans.). Random House.

Touraine, A., & Wieviorka, M. (1979). Mouvement ouvrier et nouveaux mouvements sociaux. In Crise et avenir de la classe ouvrière. Paris: Points.

Trist, E. (1981). The evolution of socio-technical systems: A conceptual framework and an action research program. Ontario Quality of Working Life Centre.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva & M. Pinto (Eds.), Metodologia das ciências sociais. Edições Afrontamento.

Weber, M. (2004). Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva (Vol. 2, R. Barbosa & K. E. Barbosa, Trads.; G. Cohn, Rev. Téc.). Editora Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. (Obra original publicada em 1922).

Woodward, J. (1958). *Management and technology*. London: HMSO.

Yin, R. K. (2014). Case study research design and methods (5th ed.). SAGE Publication

Anexos

ANEXO 1. DOCUMENTOS CONSIDERADOS NA ANÁLISE DOCUMENTAL 111
ANEXO 2. CÓDIGOS E RESPETIVA DEFINIÇÃO UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO 114
ANEXO 3. FOLHA DE INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE 115
ANEXO 4. TERMO DE CONSENTIMENTO 117
ANEXO 5. GUIÃO DE ENTREVISTA AOS MARCENEIROS 118
ANEXO 6. GUIÃO DE ENTREVISTA PARA EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES 122
ANEXO 7. REFERÊNCIAS CODIFICADAS (Nº) POR CÓDIGO, ATENDENDO AOS DIFERENTES GRUPOS DE ANÁLISE 125
ANEXO 8. MAPA DE OBSERVAÇÃO DA EMPRESA 1 127
ANEXO 9. MAPA DE OBSERVAÇÃO DA EMPRESA 2 127
ANEXO 10. MAPA INSTITUCIONAL OBSERVADO 128

Anexo 1. Documentos considerados na análise documental

Título	Data	Tipo de documento	Teor
Contrato coletivo entre a Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal - AIMMP e o Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços - SETACCOP - Revisão global	Ago/2024	Contrato coletivo	Regulamentação e ajuste das designações e categorias profissionais do setor do mobiliário atendendo a evolução do Quadro Nacional de Qualificações, bem como das condições remuneratórias.
Estudo de diagnóstico de necessidades de qualificações e competências no Lote n.º 20 - Madeiras, Mobiliário e Cortiça (CFPIMM, CINCORK, ANQUEP)	Mar/2023	Diagnóstico	Caraterização do setor das Madeiras, Mobiliário e Cortiça, análise das suas tendências recentes, reestruturação dos níveis de qualificações e dos seus títulos
Perfil profissional de Marceneiro/a, CNQ	Mar/ 2008	Perfil profissional	Descrição profissional e de qualificações
Perfil profissional de Artesão/ã das Artes e Ofícios em Madeira - Marceneiro/a Embutidor/a, CNQ	Jul/2020	Perfil profissional	Descrição profissional e de qualificações

Bolster-Up 2: perfis principais para pro-ssões no setor de mobiliário, FETCM	2020	Diagnóstico	Análise sobre as qualificações e na qualidade dos ofícios de estofador, marceneiro e carpinteiro na indústria europeia de mobiliário
Diagnóstico e Análise Económico-Financeira das Empresas da Fileira da Madeira e do Mobiliário 2016 – 2020, Luís Pacheco e Vasco Rodrigues a pedido da AIMMP	Mar/2022	Diagnóstico	Caracterização da situação económico-financeira das empresas da fileira portuguesa da madeira e mobiliário entre 2016 e 2020, comparando-a com períodos anteriores e com outras fileiras nacionais e internacionais
Indústria do Mobiliário no Concelho de Paredes, Fernanda Maria da Costa Pereira	Out/2011	Dissertação	Caracterização das origens históricas da indústria do mobiliário no concelho de Paredes.
Diagnóstico à Indústria de Mobiliário em Portugal: Lean e indústria 4.0, APIMA	2024	Diagnóstico	Análise da implementação atual de ferramentas Lean e tecnologias da Indústria 4.0 a empresas do setor, de forma identificar potenciais de melhoria
Plano de formação contínua janeiro - dezembro 2025, CFPIMM	----------	Plano de formação	Calendarização da oferta formativa do CFPIMM para o ano de 2025

Manual de Implementação Lean + 4.0 na Indústria do Mobiliário em Portugal	2024	Manual	Apresentação de medidas de gestão e organização industrial diferentes das praticadas até ao momento, focadas no Lean e indústria 4.0
Art on Chairs, uma estratégia de desenvolvimento territorial, Nuno Filipe Pinto de Oliveira Marques, Bernardo Providência e Elisabete Sá (Lab2PT)	2014	Projeto	Criação de uma marca local em Paredes, promovendo a indústria do mobiliário através do design, criatividade e eventos internacionais, para elevar o posicionamento das empresas, dar notoriedade ao município e afirmar a região como referência em mobiliário de qualidade.
Diagnóstico da Atratividade do Setor para Jovens com novas áreas de competências, AIMMP	2022	Diagnóstico	Diagnóstico da atratividade da indústria da madeira e mobiliário em Portugal para os jovens, analisando a perceção do setor, os desafios enfrentados pelas empresas e realização de um guia de boas práticas com base em análise contextual e ferramentas de *Employer Branding*

Anexo 2. Códigos e respetiva definição utilizados na análise de conteúdo

Código	Definição
Desvalorização	Refere-se à atribuição de menor valor, reconhecimento ou importância a uma ocupação ou atividade, podendo manifestar-se nos planos económico, social, simbólico ou técnico. **Pelos outros)** Refere-se à desvalorização identificada nos discursos de outros sujeitos do campo, tal como percebida ou relatada pelos entrevistados. **Pelo/a Próprio/a)** Refere-se à desvalorização expressa diretamente pelos próprios entrevistados sobre a ocupação, refletindo uma internalização dessas perceções.
Desvalorização na Relação Salarial	Refere-se à desvalorização através das condições materiais e físicas do trabalho, ie salários, formações, higiene e segurança e segurança social
Desvalorização Social_Simbólica	Refere-se à desvalorização ao nível social e cultural tendo em conta o reconhecimento social, prestígio e estatuto, sendo muitas vezes manifestada através de discursos estigmatizantes
Desvalorização Técnica	Refere-se à desvalorização das qualificações e tarefas do marceneiro
Valorização	Refere-se à atribuição de maior valor, reconhecimento ou importância a uma ocupação ou atividade, podendo manifestar-se nos planos económico, social, simbólico ou técnico.

Valorização Na Relação Salarial	Refere-se à valorização através das condições materiais e físicas do trabalho, ie salários, formações, higiene e segurança e segurança social
Valorização Social_Simbólica	Refere-se à valorização ao nível social e cultural tendo em conta o reconhecimento social, prestígio e estatuto, sendo muitas vezes manifestada através de discursos de admiração, orgulho e respeito.
Valorização Técnica	Refere-se à valorização das qualificações e tarefas do marceneiro

Anexo 3. Folha de Informações ao Participante

Título do estudo: Dinâmicas de (des)valorização dos marceneiros no sistema produtivo local de Paredes

Responsável: Catarina Ribeiro Cruz

Contacto telefónico: 933163378

e-mail: up201906336@up.pt

Está a ser convidado/a a participar num estudo sobre as dinâmicas de (des)valorização dos marceneiros no sistema produtivo local de Paredes. O meu nome é Catarina Cruz e sou estudante do 2º ano de Mestrado em Sociologia na Faculdade de Letras da Universidade Porto.

Esta investigação tem como objetivo geral perceber como se organizam as dinâmicas de valorização/desvalorização dos marceneiros no tecido produtivo paredense, atendendo aos processos de mudança social atual.

Para entender estas dinâmicas considerou-se essencial:

i) perceber como é que os marceneiros percecionam a sua ocupação a nível técnico e as alterações que a mesma tem sofrido nesse campo devido à introdução progressiva da máquina, atendendo à oposição entre trabalho artesanal e trabalho operacional;

ii) perceber como os marceneiros percecionam a sua própria identidade ocupacional, explorando questões como a valorização social, reconhecimento e prestígio;

iii) atender à dinamização do mercado de trabalho local, mapeando os diversos atores institucionais presentes e os seus interesses e perceber como estes se distinguem dos interesses dos marceneiros;

iv) organizar preliminarmente as lógicas anteriormente mencionadas, materializando e reunindo territorialmente as dinâmicas de (des)valorização do grupo ocupacional em estudo. Sintetizando, procura-se responder à pergunta “quem valoriza/desvaloriza o quê?”.

Para conseguir alcançar estes objetivos específicos os contributos dos marceneiros, empresas e instituições são essenciais.

É importante salientar que a sua participação é completamente voluntária. É livre para recusar participar ou para se retirar do estudo a qualquer momento, sem com isso sofrer nenhuma consequência.

Se concordar, a entrevista será gravada para que seja possibilitada a sua transcrição. As gravações das entrevistas com os participantes serão armazenadas no meu computador pessoal num arquivo encriptado até a sua transcrição.

Relativamente à confidencialidade, a sua identidade pessoal nunca será revelada. No caso de representantes institucionais, será opção dos mesmos manter a confidencialidade sobre a instituição que representam.

A data, duração e o local da entrevista serão adaptados à sua disponibilidade.

Anexo 4. Termo de Consentimento

Assinalar com X se concordar com as seguintes afirmações:

Li e compreendi a Folha de Informações ao Participante.	
Autorizo que a entrevista seja gravada em áudio.	
Foi-me dado tempo suficiente para considerar se devo ou não participar neste estudo.	
Estou satisfeito/a com as respostas que recebi em relação ao estudo e tenho uma cópia deste termo de consentimento e folha de informações.	
Entendo que participar neste estudo é voluntário e não remunerado e que posso retirar-me do estudo a qualquer momento.	
Sei com quem entrar em contato se tiver alguma dúvida sobre o estudo em geral.	
Pretendo manter a confidencialidade sobre a instituição que represento	

Declaração do participante:

Eu abaixo-assinado aceito participar neste estudo.

Nome do participante:

Assinatura: Data:

Declaração do responsável:

Eu abaixo-assinado forneci uma explicação verbal e/ou escrita do estudo ao participante e respondi às suas perguntas. Acredito que o participante entendeu o estudo e tenha dado consentimento informado para participar. Confirmo também respeitar as preferências de confidencialidade do participante.

Nome do responsável: Catarina Ribeiro Cruz

Assinatura: Data:

Anexo 5. Guião de entrevista aos marceneiros

Fase	**Atividades/Perguntas**	**Objetivo**
Apresentação	Apresentação síntese do projeto e dos direitos dos participantes; Apresentação dos participantes;	Contextualizar os participantes
Quebra-gelo	Brainstorming para a pergunta "O que é ser marceneiro?"	Perceber como os profissionais categorizam a sua ocupação e que significados atribuem à mesma

Parte 1	"Como se torna um marceneiro?", "Que tarefas executam no vosso trabalho?" e "Qual o papel do marceneiro dentro da indústria. "Que importância atribuem ao saber-fazer artesanal na marcenaria? Está a ser mantido, transformado ou perdido?" De que forma o vosso trabalho é afetado pelas novas tecnologias e máquinas no setor? Como se relacionam com outros profissionais do setor? Sentem-se parte de uma comunidade profissional? Sentem que os vossos conhecimentos e competências são únicos ou substituíveis?	Determinar a dimensão técnica desta ocupação, como se formam os seus profissionais e o seu papel na indústria
Parte 2	"Quais têm sido as maiores transformações na profissão nos últimos anos?", "Quais os maiores desafios da profissão"	Desenhar as transformações da ocupação, tal como os seus maiores desafios enfrentados por estes profissionais

	Acrescentam-se também perguntas complementares ao discurso dos participantes	
Parte 3	"Sentem-se desvalorizados na vossa profissão? Se sim, de que forma?" e "sentem-se valorizados na vossa profissão? Se sim, de que forma?" Que tipo de apoio ou incentivos sentem por parte das empresas ou instituições locais? "Porque é que consideram que os jovens mostram desinteresse neste tipo de trabalho?" Se pudessem, gostariam que os vossos filhos seguissem esta profissão? Porquê? Consideram que a vossa experiência e saber são transmitidos às novas gerações? Como? Consideram que a sociedade, em geral, reconhece e valoriza o	Perceber de que forma os marceneiros percecionam as dinâmicas de valorização/desvalorização que afetam a sua atividade profissional, tal como as dimensões destas mesmas dinâmicas

	vosso trabalho? De que forma sentem isso? Sentem que o vosso trabalho é hoje mais ou menos valorizado do que no passado? Porquê? Que mudanças gostariam de ver na organização do vosso trabalho ou na forma como a profissão é reconhecida? Há algo que gostariam que a sociedade soubesse sobre o vosso trabalho que normalmente não é dito? Acrescentam-se também perguntas complementares ao discurso dos participantes	
Conclusão	Pergunta de conclusão "como visualizam a vossa profissão daqui a 20 anos?". Outros assuntos ou perguntas que os participantes considerem relevantes.	Perceber como os profissionais veem os horizontes da sua atividade ocupacional. Concluir a entrevista e esclarecer quaisquer dúvidas.

Anexo 6. Guião de entrevista para empresas e organizações

TEMA	PERGUNTA	OBJETIVO
Questão de Quebra-Gelo	“O que é, na sua perspetiva, ser marceneiro?”	Quebra o gelo e gera uma conversa inicial descontraída, começando a introduzir o tema da marcenaria.
Contexto e Enquadramento Institucional	"Pode descrever o papel da organização/empresa no setor do mobiliário em Paredes?"	Compreender o papel das organizações e empresas na sua inserção no setor.
	"De que forma a organização/empresa se adapta às transformações no setor?"	Explorar como as organizações e empresas se ajustam às mudanças no mercado e na indústria.
Perceção sobre os Jovens e a Profissão de Marceneiro	"Nota um afastamento dos jovens em relação à marcenaria? Porquê?"	Investigar as razões do desinteresse dos jovens pela ocupação
	"Como é que procuram contrariar esse afastamento?"	Explorar estratégias adotadas para atrair mais jovens para a ocupação.
Transformações Técnicas e Tecnológicas	"Como tem evoluído a relação entre o trabalho artesanal e a evolução da tecnologia no setor?"	Entender o impacto da tecnologia na ocupação e a coexistência entre o artesanal e o industrial.

	"Considera que o domínio da máquina valoriza ou descaracteriza o saber tradicional do marceneiro?"	Explorar a tensão entre a tradição artesanal e a modernização tecnológica.
	“De que forma promovem a preservação dos saberes técnicos artesanais?"	Verificar como é que se mantém a tradição artesanal na sua formação.
Valorização Social, Material e Identidade Profissional	"Como é que a sociedade percebe o prestígio social associado à profissão?"	Investigar o reconhecimento social e o prestígio da ocupação.
	"E quanto à desvalorização material — ou seja, ao reconhecimento financeiro da profissão — considera que os marceneiros são devidamente remunerados pelo seu trabalho?"	Explorar a desvalorização material e as questões de remuneração da profissão.
	"Como é que isso se reflete na motivação dos formandos e na atração de novos profissionais para o setor?"	Entender como a desvalorização material impacta a atração de novos profissionais para a área.

	"Acha que o tipo de mercado (exigente vs. indiferente; local vs. internacional) influencia essa desvalorização material?"	Verificar se as expectativas do mercado afetam o valor atribuído ao trabalho artesanal.
Atores Institucionais e Mercado de Trabalho Local	"Que entidades trabalham em articulação (empresas, associações, autarquias)?"	Identificar as principais parcerias
	"Há iniciativas para combater a precariedade ou melhorar as condições laborais dos marceneiros?"	Investigar se existem ações para melhorar as condições de trabalho dos profissionais da área.
Síntese e Reflexão Final	"Como avalia o futuro da profissão de marceneiro em Paredes?"	Obter a visão sobre o futuro da profissão na região.
	"Que caminhos vê como possíveis para inverter o processo de desvalorização — simbólica, material e técnica— desta ocupação?"	Obter sugestões e possíveis soluções para reverter a desvalorização da profissão.
	"Há algo que gostaria de acrescentar e que não foi abordado?"	Deixar espaço para que o entrevistado adicione

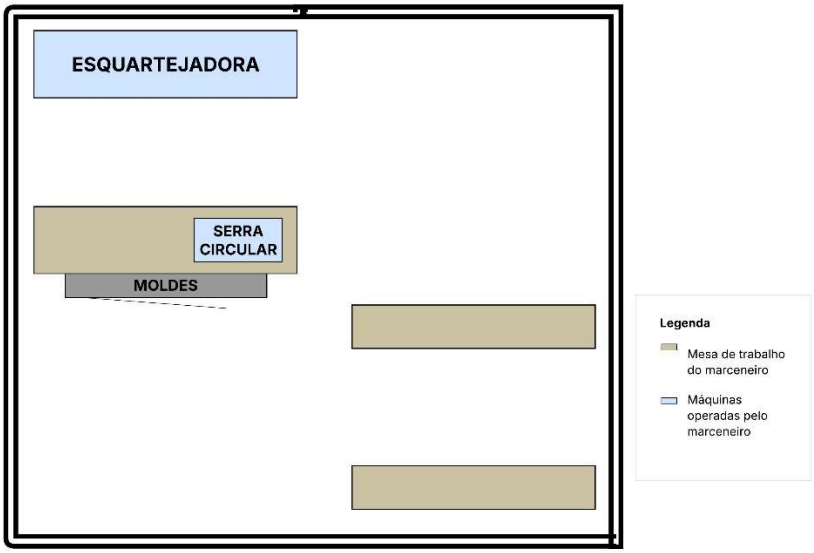
		qualquer outro ponto importante.

Anexo 7. Referências codificadas (nº) por código, atendendo aos diferentes grupos de análise

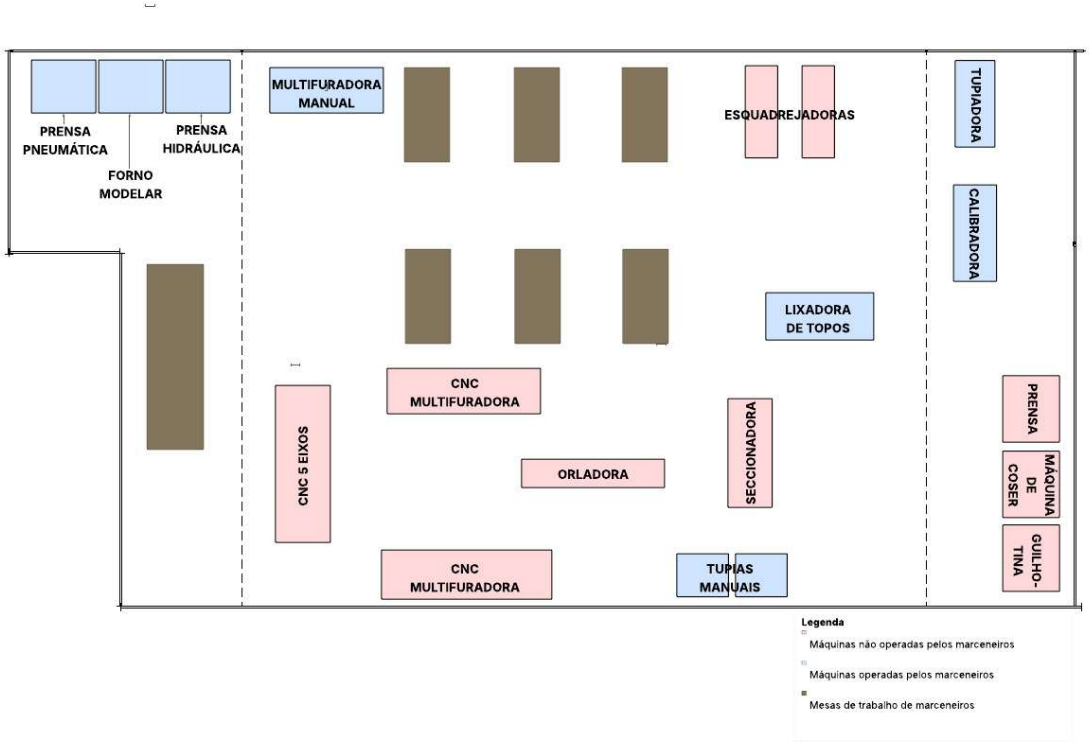
códigos/grupo de análise	A : Empresas	B : Instituições	C : Marceneiros
1 : Desvalorização	55	83	92
1.1 : Desvalorização nas Relações Salariais	12	23	25
1.1.1 : Desvalorização nas Relações Salariais por outros	5	22	21
1.1.2 : Desvalorização nas Relações Salariais pelo/a próprio/a	7	1	4
1.2 : Desvalorização Social_Simbólica	21	31	33
1.2.1 : Desvalorização Social_Simbólica por outros	18	29	22
1.2.2 : Desvalorização Social_Simbólica pelo/a próprio/a	3	2	11
1.3 : Desvalorização Técnica	22	29	34
1.3.1 : Desvalorização Técnica por outros	17	12	18
1.3.2 : Desvalorização Técnica pelo/a próprio/a	5	17	16
2 : Valorização	29	62	42
2.1 : Valorização Nas Relações Salariais	3	6	4
2.1.1 : Valorização Nas Relações Salariais por outros	1	3	2
2.1.2 : Valorização Nas Relações Salariais pelo/a próprio/a	2	3	2
2.2 : Valorização Social_Simbólica	9	20	7
2.2.1 : Valorização Social_Simbólica por outros	3	4	1
2.2.2 : Valorização Social_Simbólica pelo/a próprio/a	6	16	6
2.3 : Valorização Técnica	17	36	31

2.3.1 : Valorização Técnica por outros	5	5	5
2.3.2 : Valorização Técnica pelo/a próprio/a	12	31	26

Anexo 8. Mapa de observação da Empresa 1



Anexo 9. Mapa de observação da Empresa 2



Anexo 10. Mapa institucional observado

